

Celiane Souza Xavier

Paisagem da destruição:
autobiografia do desastre de Fundão no contexto de Mariana/MG

Belo Horizonte
2020

Celiane Souza Xavier

Paisagem da destruição:
autobiografia do desastre de Fundão no contexto de Mariana/MG

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável.

Área de concentração: Paisagem e Ambiente

Orientador: Prof. Dr. Maria Cristina Villefort
Teixeira

Belo Horizonte
2020

FICHA CATALOGRÁFICA

X3p

Xavier, Celiane Souza.

Paisagem da destruição [manuscrito] : autobiografia do desastre de Fundão no contexto de Mariana – MG / Celiane Souza Xavier. - 2020.

153f. : il.

Orientadora: Maria Cristina Villefort Teixeira.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Degradação ambiental – Teses. 2. Paisagem – Proteção – Teses. 3. Minas e mineração – Aspectos ambientais - Teses. 4. Meio ambiente – Aspectos sociais - Teses. 5. Barragens de rejeitos – Mariana (MG) - Teses. I. Teixeira, Maria Cristina Villefort. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 304.28



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AMBIENTE CONSTRUÍDO E PATRIMÔNIO SUSTENTÁVEL

FOLHA DE APROVAÇÃO

"Paisagem da destruição: Autobiografia do desastre de Fundão no contexto de Mariana/MG"

CELIANE SOUZA XAVIER

Dissertação de Mestrado defendida e aprovada, no dia **vinte de agosto de dois mil e vinte**, às quatorze horas e trinta minutos, pela Banca Examinadora designada pelo Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais constituída pelos seguintes professores:

Profa. Dra. Ana Marcela Ardila Pinto

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/UFMG

Profa. Dra. Marina Salgado

Escola de Arquitetura/UFMG

Profa. Dra. Maria Cristina Villefort Teixeira - orientadora

PPG-ACPS/UFMG

Belo Horizonte, 20 de agosto de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Marcela Ardila Pinto, Coordenador(a)**, em 24/11/2021, às 17:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Cristina Villefort Teixeira, Professora do Magistério Superior**, em 24/11/2021, às 18:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marina Salgado, Professora Magistério Superior-Substituta**, em 19/01/2022, às 11:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1103474** e o código CRC **ECF3314E**.

CITAÇÃO DA CAPES

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001".

"This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001".

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação à minha mãe, Maria Boaventura, meu maior exemplo de força, luta e fé. Mãe, não sei expressar o quanto me orgulho em ser sua filha. Seus ensinamentos não necessitam de muitas palavras. Sua história de vida me inspira todos os dias. Seu exemplo é minha maior riqueza. A você, todo o meu amor, empenho e eterna gratidão.

AGRADECIMENTOS

Gratidão é, para mim, o mais bonito dos sentimentos. Sentir-se grato é sentir um misto de emoções que se metamorfoseiam e acabam por se transfigurar em um sentimento enorme de paz. Paz que tranquiliza, que revigora e, mais que isso, recobre de sentido cada queda, cada medo, cada dúvida e cada passo adiante que, apesar de todas as dificuldades, foi dado para que se pudesse chegar onde chegou. Assim, da mesma forma que a gratidão se compõe desses sentimentos diversos, o grau de Mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável que recebo nada mais é que o produto do apoio das mãos zelosas e amigas de todos(as) aqueles(as) que estiveram ao meu lado em cada um desses passos.

Sou especialmente grata a Deus, a meus pais, Geraldo e Maria, e aos meus irmãos, Cristiane e Cleison. Sem seu exemplo, suporte e amparo, a concretização deste objetivo não passaria de um sonho distante. Vocês são a razão do meu esforço e da minha existência.

Agradeço aos meus tios João Sena e Maria das Graças e a seus(as) filhos(as), netos(as), genros e noras pela acolhida, cuidado e companheirismo que sempre demonstraram. Vocês me ensinam todos os dias o verdadeiro significado da palavra família.

Agradeço à professora Maria Cristina Villefort Teixeira pela confiança, competência, e profissionalismo de sempre. Sem seu incentivo, orientação e constante bom humor, vencer esta etapa não teria sido possível. Mais que orientadora e mestra, tornou-se, para mim, uma grande amiga.

Por fim, agradeço também às professoras Doutoras Marina Salgado e Ana Marcela Ardila Pinto, examinadoras das bancas de qualificação e defesa do presente estudo. A contribuição de vocês foi de fundamental importância para amadurecer e aprimorar a pesquisa.

Pela presença de vocês em minha vida, mesmo que o amanhã seja sempre obscuro e incerto, me sinto grata. Grata por saber que o encontro de nossas almas sempre significará apoio, cuidado, torcida e amor. Por tudo o que há de bom, o meu mais sincero obrigada!

*“Nunca na história do homem houve um tirano
tão duro, tão implacável, quanto esse dinheiro
global”*

(Milton Santos)

RESUMO

Configuramo-nos como uma sociedade suicida. É o que os acontecimentos dos últimos anos têm buscado advertir frente a sobrevalorização da economia ante as demandas reais da sociedade global. Fato é que a crescente ambição humana nos ensinou a lançar olhares de cobiça sobre a natureza e seus atributos. Como consequência, impavidamente, essa conta vem sendo cobrada. Algumas vezes, por ação da própria natureza quando da ocorrência de desastres naturais. Noutras, como resultado de nossas próprias ações quando nós, seres humanos, fabricamos nossa própria ruína. No seio das consequências dessas maquinações, podemos citar a atual derrocada mineral mineira, caracterizada pelas copiosas rupturas estruturais em barragens de mineração ocorridas recentemente no estado, como o rompimento da Barragem de Fundão, em 2015, no município de Mariana. A respeito dele, muito se discutiu e ainda se discute sobre as causas que levaram a estrutura ao colapso. Apesar dessa indefinição, comprovadamente, a acelerada corrida mundial em direção à acumulação e reprodução de capitais influenciou na configuração do desastre-crime. Antes dele, o agigantamento dos benefícios extrativo-minerais camuflou, por muitos séculos, as consideráveis consequências danosas da prática aos territórios já consolidados e à produção de novas organizações territoriais. Por sua ação, forçou-nos a experimentar, em escala ampliada, os custos da atuação de um modelo econômico que, embora predador, é privilegiado ao longo da história. Entretanto, ainda em tempo de assumir novas posturas, começamos a perceber que a sobrevalorização econômica pode ser, como vem sendo no caso da mineração brasileira, uma bomba relógio. Hoje, quase cinco anos após a ruptura estrutural em Fundão, comprovaremos neste estudo que Mariana e as pessoas atingidas ainda sentem as consequências do desastre por meio de violações e situações que, para além daquelas imediatamente percebidas, se prolongam diante do tempo. Deste modo, essa dissertação propõe sublinhar a nociva capacidade que a mineração brasileira tem de, nos moldes correntes, interferir na paisagem e no território. Isto tendo como objetivo específico o de identificar, no contexto do município de Mariana, elementos de inscrição que marcam, na paisagem municipal, a resignificação da realidade local após o rompimento da barragem. Para tanto, será essencial uma percepção ampliada e multidisciplinar sobre o termo paisagem e suas qualidades territoriais – condições objetivas para delimitação do conceito “Paisagem da Destruição” como unidade de análise prática criada para alcançar as pretensões do presente estudo. Logo, será também necessária uma combinação de estratégias metodológicas pautadas no ato de se deslocar à deriva pelo território estudado, visando integrar os indissociáveis trabalhos teóricos e de campo. Como resultado, teremos o retrato da Paisagem da Destruição em Mariana, que não só comprovará as consequências nocivas das imposições capitalistas sobre os territórios, como também evidenciará, através da identificação dos rastros do rompimento em Fundão, os moldes criativos envolvidos na atual destruição massiva a que são sujeitados nossos territórios de pertencimento.

Palavras-chave: Paisagem da Destruição. Território. Rompimento. Fundão. Mariana.

ABSTRACT

We configure ourselves as a suicidal society. This is what the events of the last few years have sought to warn against the overvaluation of the economy in the face of the real demands of global society. The fact is that the growing human ambition has taught us to take a covetous look at nature and its attributes. As a consequence, this account has been impassively charged. Sometimes, due to the action of nature itself when natural disasters occur. In others, as a result of our own actions when we humans manufacture our own ruin. In the midst of the consequences of these machinations, we can mention the current mineral mining collapse, characterized by copious structural ruptures in mining dams that occurred recently in the state, such as the Fundão Dam rupture, in 2015, in the municipality of Mariana. Much has been discussed about it and there is still debate about the causes that caused the structure to collapse. Despite this lack of definition, the accelerated global race towards the accumulation and reproduction of capital has evidently influenced the configuration of the crime disaster. Before him, the increase in extractive-mineral benefits camouflaged, for many centuries, the considerable damaging consequences of the practice for already consolidated territories and for the production of new territorial organizations. For its action, it forced us to experience, on an expanded scale, the costs of operating an economic model that, although a predator, has been privileged throughout history. However, just in time to take on new stances, we are beginning to realize that economic overvaluation can be, as has been the case with Brazilian mining, a time bomb. Today, almost five years after the structural rupture in Fundão, we will see in this study that Mariana and the people affected still feel the consequences of the disaster through violations and situations that, in addition to those immediately perceived, extend over time. In this way, this dissertation proposes to underline the harmful capacity that Brazilian mining has, in the current mold, to interfere in the landscape and in the territory. This with the specific objective of identifying, in the context of the municipality of Mariana, elements of inscription that mark, in the municipal landscape, the resignification of the local reality after the rupture of the dam. To this end, an expanded and multidisciplinary perception of the term landscape and its territorial qualities will be essential - objective conditions for delineating the concept "Landscape of Destruction" as a unit of practical analysis created to achieve the aims of this study. Therefore, a combination of methodological strategies based on the act of moving adrift through the studied territory will also be necessary, aiming at integrating the inseparable theoretical and field works. As a result, we will have the portrait of the Landscape of Destruction in Mariana, which will not only prove the harmful consequences of capitalist impositions on the territories, but will also show, through the identification of the traces of the rupture in Fundão, the creative molds involved in the current massive destruction a that our territories of belonging are subjected.

Keywords: Landscape of Destruction. Territory. Disruption. Fundão. Mariana.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Exemplo de Jardim Persa.....	25
Figura 2 - Marcas da mineração em Itabira	29
Figura 3 - Conjunto de Serras na porção central o estado de Minas Gerais	32
Figura 4- Representação da perspectiva territorial Deleuze-Guattariana	51
Figura 5 - Localização do município de Mariana	64
Figura 6 - Vista do distrito sede do município de Mariana	65
Figura 7. Percurso do rejeito proveniente do rompimento da Barragem de Fundão.....	66
Figura 8. Localização das comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo	68
Figura 9. Imaterialidades da destruição.....	74
Figura 10. O pertencimento aos lugares atingidos.....	75
Figura 11. As relações de vizinhança	76
Figura 12. Mudanças territoriais pós catástrofe.....	78
Figura 13. Vida no campo x Vida a cidade.....	78
Figura 14. Os sonhos de uma mulher atingida	82
Figura 15. As crianças atingidas	84
Figura 16. Marcas dos antigos territórios	85
Figura 17. Status dos processos de reassentamento	86
Figura 18. Manutenção de tradições religiosas	91
Figura 19. Manutenção de tradições religiosas	91
Figura 20. Feira Noturna dos Atingidos e Atingidas.....	92
Figura 21. Destruição causada pelo rompimento em Fundão.....	94
Figura 22. Divisão analítica e territorial do distrito sede do município de Mariana	97
Figura 23. Mapa Influencial 1	99
Figura 24. Antiga Escola de Paracatu de Baixo	100
Figura 25. Nova Escola de Paracatu de Baixo	101
Figura 26. Centro de Indenização Mediada da Fundação Renova	102
Figura 27. Redação do Jornal A Sirene e Centro de Reuniões	103
Figura 28. Escritório da equipe de Assessoria Técnica	105
Figura 29. Escritório da equipe do cadastro da assessoria	106
Figura 30. Escritório administrativo da assessoria.....	107
Figura 31. Antigo estabelecimento da Sandra de Bento Rodrigues	107
Figura 32. Lanchonete da Sandra de Bento Rodrigues.....	108
Figura 33. Escritório da Fundação Renova.....	109
Figura 34. Mapa Influencial 2	110
Figura 35. Antiga Escola de Bento Rodrigues	111
Figura 36. Escola Municipal de Bento Rodrigues	112
Figura 37. Casa do Jardim da Fundação Renova.....	113
Figura 38. Reportagem do Sirene sobre o “Museu” da Fundação Renova.....	114
Figura 39. Mapa Influencial 3	115
Figura 40. Marcas do desastre nos territórios destruídos.....	120
Figura 41. Marcas do desastre de Fundão no contexto de Mariana-MG.....	121

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANM – Departamento Nacional de Produção Mineral

BR – Brasil

CABF – Comissão de Atingidos pela Barragem de Fundão

COVID – Corona Virus Disease

CFEM – Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais

DNA - Deoxyribonucleic Acid

FIEMG – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

GEPSA – Grupo de Estudos e Pesquisa Socioambiental

GESTA – Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais

GPS – Global Positioning System

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRAM – Instituto Brasileiro de Mineração

ICHS – Instituto de Ciências Humanas e Sociais

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

ICSA – Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas

IEPHA – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

MAM – Movimento pela Soberania Popular na Mineração

MG – Minas Gerais

ONU – Organização das Nações Unidas

PAEBM – Plano de Ação e Emergência para Barragens de Mineração

PDV – Programa de Demissão Voluntária

PIB – Produto Interno Bruto

SDR – Sistema de Disposição de Rejeitos

T-TAC – Termo de Transação e Ajustamento de Conduta

UBR – Unidos de Bento Rodrigues

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto

UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 PAISAGEM DA DESTRUIÇÃO: DEFININDO UMA UNIDADE DE ANÁLISE .	24
1.1 O conceito de paisagem	25
1.2 Paisagem e cultura.....	38
1.3 Território e paisagem: uma leitura sensível do espaço	45
2 PAISAGEM DA DESTRUIÇÃO: O CASO DE MARIANA.....	63
2.1 O desastre de Fundão como estudo de caso	64
2.2 Resignificações da realidade: a paisagem em sua imaterialidade	74
2.3 Marcas da Destruição: a paisagem em sua materialidade	93
2.4 Mariana: da destruição à reconstrução.....	116
3. NOVA MARIANA: TEORIA E MÉRITO	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	138

INTRODUÇÃO

[...] No fundo nós temos duas hipóteses, duas atitudes possíveis, ou o mundo é uma massa virgem a modelar [...] Ou, se tem regras a respeitar, são apenas aquelas da coerência ou da perfeição técnica ou da rentabilidade econômica. (SANSOT, 1983, p.07)

Com esta narrativa, Sansot (1983) coloca-nos defronte aos fatos da realidade atual: o rápido desenvolvimento tecnológico impellido mundialmente nas últimas décadas tem realçado a crescente capacidade do ser humano de intervir no meio físico e em suas condições naturais através do aperfeiçoamento dos saberes técnicos. Com efeito, a cada dia, ratificamos nossa condição de agentes criadores e modificadores de espacialidades e, por conseguinte, também interventores nas relações e dinâmicas que os engendram (MAGALHÃES, 2015).

Nesse contexto, é notável que são diversas as razões que motivam alterações espaciais. Elas podem variar, por exemplo, desde a simples mudança do *layout* de um ambiente interno até a complexa reformulação topográfica de um local. Ambas são ações que visam adequar o espaço físico e o ambiente natural a condições favoráveis ao desenvolvimento de atividades desejáveis. Isso torna evidente que os fomentos a adequações humanas sobre o espaço dissertem diante das pretensões correntes em cada local e em cada período histórico (XAVER, 2018). Entretanto, observando-as com cautela é possível verificar a presença de um estímulo comum: o capital – agente responsável por inserir todo e qualquer espaço em uma dinâmica de capitalização cuja escala é o mundo (HARVEY, 1989). Nesse arranjo de forças, o mundo é consumido por um processo de constante aceleração que se pauta, principalmente, nas desigualdades e nas assimetrias de poder.

Embora saibamos que cada sociedade é manejada pela influência de um tipo determinado de máquina social (HAESBAERT, 2004), a máquina capitalista está posta como modo de produção predominante no globo. Sua manutenção se fundamenta, essencialmente, na propriedade privada, na acumulação de capital e na reprodução da moeda, tendo como finalidade objetiva o lucro (MARX, ENGELS, 2018). Inseridos(as) nesta lógica produtiva, podemos afirmar com propriedade que, mais que um sistema econômico, o capitalismo também opera sobre os campos políticos, institucionais, sociais e culturais das sociedades que nele se inserem ou nas quais ele é inserido. Este sistema tem, portanto e como será visto, influência direta e indireta na realidade que produz e pela qual é (re)produzido. Para tanto, conta primordialmente com a colaboração dos agentes detentores dos modos de produção de forma que, ciclicamente, o capital se estabelece, no capitalismo, como o ponto de partida e a finalidade pretendida por quase toda ação.

Motor das decisões humanas sobre o espaço, por intermédio dos agentes capitalistas, o capital parece ter livre arbítrio em diversas questões. Dentre elas, a determinação das características de uso e ocupação dos territórios pode ser citada como exemplo (HARVEY, 2001). Isto porque, tornados praticamente abstratos sob a influência de modulações internacionais (SANTOS, 2007), os dinheiros nacionais se muniram da quase nula preocupação com a garantia das condições básicas de sobrevivência à maior parte da população (ACSELRAD, 2009). Nessa ditadura do dinheiro, como nomeou Santos (2007), podemos, até mesmo, questionar-nos sobre o papel dos(as) profissionais, como o(a) urbanista, por exemplo. Se o capital global é quem dita regras de urbanização, de que servem os anos de pesquisa e empenho empreendidos no aperfeiçoamento dos critérios de uso e ocupação do solo? Seríamos nós, urbanistas, apenas ilustradores dos anseios ideológicos capitalistas?

Ao contrário do que esperaríamos de um mundo ideal, onde os profissionais – e não os capitais – têm autonomia, as práticas capitalistas e neoliberais têm avançado de modo aprofundado sobre o espaço meio ambiental configurando, conforme concluiu Acsehrad (2009), contextos de insustentabilidade¹. Neles, a aceleração imposta pelos agentes capitalistas globalizados imprime ao capital o caráter de uma máquina desterritorializadora (HAESBAERT, 2004) que fragiliza as questões materiais e imateriais afetas aos territórios. Diante disso, podem nos vir à mente questionamentos como: se a insustentabilidade promovida pela excessiva valorização dos capitais é tão latente, por que continua a ocorrer? E se a lógica capitalista é insustentável para a maior parte da população, a quem privilegia? São questionamentos que buscaremos responder ao longo desta pesquisa através da demonstração da relação existente entre as práticas econômicas hegemônicas vigentes – enquanto agentes capitalistas – e o papel que desempenham na criação de contextos insustentáveis de produção – expressos pela promoção do que iremos definir como Paisagem da Destruição.

Para introduzir, um exemplo claro dessa relação é a questão da produção e/ou transformação dos espaços já que, neste contexto insustentável, estas deixaram de ser ações particulares dos planejadores urbanos (HARVEY, 1989,2001). Para além do fato de que, em muitas cidades do globo, a urbanidade se dá de modo espontâneo e não planejado, cada vez mais, o produzir e o transformar espacial vêm sendo atravessados pelos avanços dos

¹ Nesta ocasião, é importante destacar o caráter holístico considerado nesta dissertação para o tema da sustentabilidade/insustentabilidade. Quando empregado, quer fazer referência à presença ou à falta de condições favoráveis à continuação da vida em seu sentido amplo, incluindo os aspectos ambientais mas nunca se atendo a eles. No contexto da pesquisa, por exemplo, a inserção capitalista nos territórios quase sempre ocorre em desacordo com a realidade de introdução, produzindo cenários de desigualdade, exclusão e segregação socioespacial. Por este motivo, nos termos aqui propostos, esses contextos são compreendidos como modelos insustentáveis de produção do espaço porque dificultam ou inviabilizam a qualidade e a continuidade da vida dos grupos sociais desfavorecidos pela lógica capitalista.

instrumentos de dominação e exploração do mundo, construindo territórios moldados na forma própria do capitalismo. Deste processo, resultam espaços transformados e ações movidas, particularmente, pela geoeconomia como potencial reprodutora de capitais (WISNIK, 2018).

Nesta teia de relações, podemos destacar, ainda, as novas possibilidades de atuação permitidas e impulsionadas pelo constante processo de globalização em que encontramos-nos inseridos. Muito embora, por certo viés, ele entremeie novas redes e encoraje a revalorização do lugar e da escala local (OLIVEIRA, 2007), o processo globalizante em curso também tem potencial para interferir e, até mesmo, dissolver organizações espaciais e relações pré-estabelecidas (HAESBAERT, 2004) por intermédio de sua ação sobre os diversos setores que compõem a vida humana.

No âmbito da economia, por exemplo, as atividades financeiras tornaram-se, no mundo globalizado, insensíveis à escala local na qual as riquezas são produzidas (WISNIK, 2018). O primeiro motivo para tanto parece lógico: a produção de contextos de insustentabilidade, nos moldes aqui abordados, é inerente ao capitalismo. Em um segundo momento, a interposição de redes globais permite que economias longínquas possam ser empreendidas a quilômetros de distância do local da ação o que as classifica como máquinas subversivas de atuação ou, simplesmente, causadoras de perturbação. Isto porque incidem, positiva ou negativamente, no tangente à manutenção ou alteração das dinâmicas, relações e redes pré-existentes no local de sua atuação.

As economias extrativas, para ilustrar – ou economia de saque capitalista, como denominaria Wisnik (2018) –, praticadas mundialmente ao longo da história, baseiam-se essencialmente na extração, beneficiamento e comercialização de produtos de origem animal, vegetal ou mineral retirados da natureza. Com o passar dos séculos, conforme ensinou Eduardo Gudynas (2015), a introdução da economia na existência humana produziu um olhar ambicioso no ser humano. Com isso, a categoria econômica extrativista aprendeu a se apropriar de “recursos” naturais estratégicos – como o petróleo, o minério e a água – com os objetivos únicos de obtenção de lucro e dominação sobre os espaços. Assim, gradativamente, aprendemos a assumir a postura de agentes colonizadores e desbravadores de modo que, treinados pelo capital global, retivemos o hábito de olhar para os solos ricos em minérios e ver, apenas, um “recurso” (GUDYNAS, 2015). Tornamo-nos, como bem definiram Milanez, Coelho e Wanderley (2017), neo-extrativistas.

No Brasil, dentre as principais indústrias extrativas atuantes, as maquinações minerárias se consolidaram como uma das práticas que, alicerçadas nos tempos coloniais, têm

maior protagonismo econômico no cenário nacional (CARSALADE *et.al.*, 2012). A este respeito, não podemos deixar de citar que, com atuação anterior ao próprio capitalismo, a contribuição do setor tem consequência direta no crescimento econômico do país (BRASIL, 2019). Atualmente, a indústria extrativa representa, em média, 4% de participação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, porcentagem na qual a mineração tem grande participação (BRASIL, 2012, 2013), representando cerca de 30% da balança comercial nacional (MARCONDES, 2019).

No país, um dos estados que abriga uma das mais vastas áreas de manejo mineral é o estado de Minas Gerais (BRASIL, 2014), onde estão 51,9% dos empregos gerados pela mineração no país (CUCOLO; DUCROQUET, 2019). Em si, a própria denominação do estado faz referência àquilo que, abundantemente, ali se encontra: Minas Gerais. Como o próprio nome sugere, a arrecadação proveniente da extração de minérios mineiros tem grande participação também no cenário mundial (BRASIL, 2014) já que o estado é responsável por quase 50% de toda a produção nacional (CARSALADE *et.al.*, 2012). Nos anos de 2011, 2012 e 2013, por exemplo, ocupou o 1^a lugar nacional em arrecadação da CFEM² (BRASIL, 2014). Nos dias mais atuais, precedido apenas pelo estado do Pará, Minas Gerais recebeu R\$ 1.834.442.821,24 em total de CEFEM (BRASIL, 2014), representação que alcança, em média, 43,2% da arrecadação nacional (CUCOLO; DUCROQUET, 2019).

Observando o contexto histórico mineiro, não é mais novidade que, em Minas, a grande maioria dos municípios surgiu ou se desenvolveu em consequência da prática de mineração (OLIVEIRA, 2017). Para tanto, basta observar a história do desenvolvimento de alguns de seus municípios, como o de Ouro Preto, por exemplo (SALGADO, 2010). Análises como estas nos mostrarão que Minas Gerais atraiu o interesse do capital minerador como um dos principais agentes atuantes em seu território. Como poderemos ver em Wisnik (2018), especialmente no período pós-guerra, a expansão da indústria pesada em escalas internacionais reforçou o interesse capitalista pelo potencial contido nas dadivosas jazidas ferríferas mineiras.

Com isso, ao longo dos anos, a atividade mineradora foi sendo equivocadamente interpretada como sinônima de progresso e/ou motora do desenvolvimento. Por constituir tamanha importância econômica no país, o agigantamento dos benefícios extrativo-minerais camuflou, por muitos séculos, o fato de que a prática também tem seus efeitos negativos. Ao

² A Compensação Financeira pela Extração de Recursos é o valor devido ao Estado, ao Distrito Federal e aos Municípios como compensação pela utilização econômica dos recursos minerais extraídos em seu território (DNPM, 2019).

voltarmos a observar o exemplo das questões relativas à produção do espaço, constataremos o estabelecimento da indústria mineradora brasileira como prática extrativa com gradativo potencial de intervir na configuração dos espaços já consolidados e na produção de novas ambiências rurais e urbanas. Tudo isso, a despeito das dinâmicas e relações pré-existentes nos locais onde se insere, protagonizando conflitos socioambientais que se impõem sobre nossos territórios, ameaçando sua existência. Apesar destes fatos, até os dias atuais, é concedido ao setor minerário salvo-conduto tal que acaba por validar sua influência direta e indireta na produção do espaço e intervenção nos ambientes naturais e construídos já consolidados (XAVIER, 2018).

Nesse contexto, o estado de Minas Gerais tem sido, também, o propulsor de um despertar que ocorre, principalmente, em consequência da materialização, em forma de desastres-crime, da oscilação econômica que o capital minerador vem enfrentando ao longo de seu percurso histórico (WANDERLEY, 2017). Por sorte ou infortúnio, a mesma atividade que rendeu séculos de glória e esplendor ao estado tem provocado, nos dias atuais, sua ruína. Hoje, apesar da ainda expressiva participação econômica sabemos que, nem sempre, os produtos da prática mineradora são tão prósperos e sedutores como acreditamos ser por muito tempo (BRETAS, 2019 *in* MARIANO *et.al.*, 2019).

Diante deste cenário de conflitos socioambientais provocados ou intensificados pela atividade de exploração mineral, as análises aqui propostas terão como objeto principal a máquina mineradora, cuja ação econômica extrativa tem revelado, no cenário brasileiro, a capacidade que estes agentes têm de moldar o espaço meio ambiental – bem como suas condições socioespaciais – em acordo com seus interesses econômicos. Na atualidade brasileira, tal fato tem sido evidenciado, especialmente, pelos recentes acontecimentos ocorridos em Minas Gerais. Testemunhas latentes da capacidade destrutiva do modelo de mineração praticado no Brasil, sucessivas rupturas estruturais³ em barragens para contenção de rejeito de minério corporificaram uma crescente desnaturalização da prática nos territórios estadual e nacional (XAVIER; TEIXEIRA, 2019). Dentre elas, destacamos os tristes episódios de rompimento das barragens de Fundão (Mariana, 05/11/2015) – propriedade da Samarco Mineração S.A., Vale Mineração S.A. e BHP Billiton –; da barragem B1 da Mina do Córrego do Feijão (Brumadinho, 25/01/2019) – propriedade da Vale Mineração S.A. –; e o

³ Desde os citados colapsos, diversas nomenclaturas são utilizadas como referência aos rompimentos ou possíveis rompimentos em barragens de mineração. Nesta dissertação, será utilizado o termo **desastre-crime sociotecnológico e ambiental** para fazer referência aos conflitos abordados. Mesmo quando forem utilizados apenas termos como colapso, desastre ou sinônimos, é neste contexto amplo que devem ser compreendidos.

iminente risco de rompimento de outras estruturas, como a barragem da Mina do Gongo Soco (Barão de Cocais) – propriedade da Vale Mineração S.A. –; e a barragem Serra Azul (Itatiaiuçu) – da multinacional ArcelorMittal.

Nesta indústria de desastres, a mineração brasileira e, mais precisamente, mineira tem provocado e protagonizado conflitos socioambientais de diferentes naturezas e proporções na atual conjuntura nacional e estadual. Diante disso e pretendendo contribuir com concepções que estimulem uma consciência coletiva que aponte para a urgente necessidade de descolonização econômica e reformulação do modelo mineral brasileiro, essa dissertação tem como objetivo geral: sublinhar a nociva capacidade que a atividade mineradora tem de, nos moldes correntes no Brasil, interferir direta ou indiretamente nos territórios – especialmente em situações de desastre como aquelas acima citadas. Portanto, a pergunta que pretendemos responder é a latente questão posta pelo atual cenário socioeconômico brasileiro: de que forma o modelo de mineração praticado no Brasil vem intervindo nos ambientes físico-material e sociocultural dos territórios nacionais? Respondendo à tal indagação, contribuiremos com a produção de conhecimentos e a comprovação ou refutação de hipóteses relacionadas a prática mineradora e seus efeitos para os territórios e populações atingidas.

Nesse sentido, o desastre-crime de Mariana foi tomado como estudo de caso por três motivos principais. Em primeiro lugar, está o anseio da autora em colocar os saberes técnicos aprendidos ao longo da formação pessoal e profissional a serviço de comunidades atingidas por grandes empreendimentos. Em seguida, está o relevante conhecimento prévio sobre o território escolhido em consequência da realização, do período contemporâneo ao desastre até os dias atuais, de pesquisas acadêmicas e práticas profissionais fundamentadas na imersão em campo e relativas à atividade mineradora local, ao rompimento da estrutura de Fundão e a seus desdobramentos junto às pessoas e territórios atingidos. Por último, está a maior distância temporal deste conflito com relação aos demais citados. Deste modo, seu decurso mais amadurecido traz consigo maior possibilidade de realização de análises e levantamentos de quaisquer natureza.

Assim, diante da definição do objeto de estudo é importante pontuar que, desterritorializados(as) pela destruição de seus territórios, muitos dos(as) marianenses atingidos(as) pelo rompimento em Fundão ainda estão realocados em moradias temporárias, à espera das indenizações e demais medidas de reparação definidas pela coletividade, realidade traz à tona algumas questões: quase cinco anos após esta remoção compulsória de comunidades inteiras de seus locais de pertencimento, o que será que mudou na vida dessas pessoas? O que mudou em seus territórios após o desastre? Como as relações das

comunidades atingidas se mantiveram ou se alteraram depois daquele 05 de novembro? Que marcas essas mudanças deixam na nova realidade?

Em face de questões como estas, assumimos a hipótese de que o rompimento em Fundão continua atingindo o município de Mariana e a vida das pessoas atingidas. Isto, através de efeitos que se prolongam diante do tempo, que vão além daqueles imediatamente percebidos – como os ambientais – e que influem no tangente à realidade socioespacial e cultural local. Para adotar tal direção, o principal lugar que pôde nos fornecer respostas às perguntas norteadoras levantadas foi aquele onde grande parte das famílias atingidas reside hoje: o distrito sede do município de Mariana.

De tal maneira, temos como objetivo específico: identificar como a ressignificação da realidade provocada pela desterritorialização das comunidades atingidas pode ser identificada no contexto do município marianense. Em outras palavras, objetivamos investigar as formas como as marcas visíveis e não visíveis do desastre de Fundão estão impressas e inter-relacionadas no espaço do presente das comunidades atingidas. Aqui, atentamos o(a) leitor(a) para a necessidade de compreensão de que a ressignificação da realidade de que tratamos nos objetivos extrapola as questões materiais envolvidas no forçoso deslocamento das pessoas atingidas. Ou seja, passa sim pela desvinculação físico-territorial e pelo reestabelecimento das bases materiais de existência dessas pessoas em um novo local mas, mais que isso, supera o entendimento de que a recomposição material é capaz de reconstruir a vida dos atingidos e atingidas tal como era antes do rompimento. Partindo deste entendimento, para as análises aqui pretendidas, tomamos a paisagem e o território como unidades basais de análise, compreendendo ambos os conceitos como multidisciplinares e ampliados ao campo do intangível.

Assim, fundamentadas as questões principais da pesquisa, a estrutura da dissertação encontra-se distribuída em três capítulos precedidos por esta introdução e sucedidos pelas considerações finais. Ainda, contamos com uma combinação de estratégias metodológicas que integrou os indissociáveis trabalhos teóricos e de campo, conforme descreveremos a seguir. Nesta seção introdutória, promovemos um breve debate sobre o papel da mineração na transformação dos espaços já consolidados tomando como enfoque o contexto mineral brasileiro e mineiro a partir do estudo de caso do rompimento em Fundão. Para tanto, buscamos por obras clássicas e atuais sobre os temas tratados de modo que, por corroborarem com as perspectivas aqui abordadas, referências como o renomado geógrafo britânico David Harvey e o pesquisador e economista Henry Acselrad contribuíram de forma significativa. Além disso, para aproximar as análises dos casos brasileiro e mineiro, também consultamos

dados de órgãos oficiais, como a Agência Nacional de Mineração (BRASIL, 2019) e o Instituto Brasileiro de Mineração (BRASIL, 2012, 2013, 2014).

No segundo capítulo daremos um passo fundamental para definição do conceito da Paisagem da Destruição: a introdução das unidades basais de análise. Em um primeiro momento, abordaremos o tema das paisagens como leitura sensível do espaço através de uma reflexão conceitual que considera seu percurso evolutivo até atingir as compreensões mais atuais. Para construção destas reflexões, as contribuições do filósofo francês Alain Corbin (2001), do antropólogo e sociólogo francês Pierre Sansot (1983) e da geógrafa brasileira Liz Abad Maximiano (2004) foram leituras norteadoras por instruírem acerca da formulação e compreensões diversas a respeito do tema. Ainda, auxiliando na construção das reflexões acerca da ampliação das compreensões sobre o conceito de paisagem, também foram leituras fundamentais autores como o americano James Duncan (1990) – contribuindo com uma leitura cultural do espaço com sua teoria da transformação da paisagem em texto – e mesmo do poeta Carlos Drummond de Andrade (1930, 1973, 1976) que, a partir da releitura de sua produção em Wisnik (2018), nos provou a relevância da paisagem na formação individual do ser humano, expondo reflexos de ordem diversas da ação da máquina mineradora na paisagem das cidades experimentadas pelo poeta. A partir do debate entre os(as) autores(as), constataremos que as paisagens são, por essência, uma autobiografia coletiva de determinado grupo social pois expressam, em seu acontecimento, a história, as relações, as dinâmicas, os fatos e os modos de vida da coletividade que a forma e pela qual é formada.

Assim, serão abertos os caminhos para um segundo momento quando, ainda neste capítulo, o tema da paisagem sofrerá uma aproximação com sua dimensão cultural. Nestas formulações, os arquitetos Leonardo Castriota (2013, 2017), Flávio Carsalade (*et.al.*, 2012, 2015) e Altamiro Sérgio Mol Bessa (2016) tiveram importante contribuição com seus estudos que tratam, respectivamente, sobre o componente humano das paisagens, da relação entre mineração e paisagem e da interação espaço temporal nelas impressa. Com o apoio dos autores, formularemos que as relações, as dinâmicas, as articulações e os modos de vida, de uma forma geral, são importantes elementos na caracterização de uma paisagem. Toda a reflexão deste item está confrontada com os desafios a nós apresentados pela aceleração contemporânea.

Finalizando o capítulo, estabeleceremos uma relação entre a paisagem e o território a partir, principalmente, das concepções territoriais defendidas pelos geógrafos brasileiros Rogério Haesbaert (2004 e 2007) e Milton Santos (2007) e pelos filósofos franceses Gilles Deleuze e Félix Guattari (2010). Partindo dessas leituras, serão levantadas reflexões sobre

como, em sua completude, os territórios podem ser modificados por situações de desastre, provando que as relações territoriais são inseparáveis dos processos sociais (SANTOS, 2007). Assim, buscaremos estabelecer relações entre os apontamentos dos autores e o potencial de destruição massiva que as irresponsabilidades praticadas pelo atual modelo mineral brasileiro têm sobre os territórios partindo da compreensão de que uma situação de desastre também demanda abrupta mudança de modos de vida, modificando, fragilizando e reconfigurando os locais e comunidades atingidas. Ao tratar sobre essas questões relativas ao território e as relações territoriais veremos que, sob as influências capitalistas, podem ser desencadeados processos de territorialização, desterritorialização, reterritorialização e, até mesmo, (des)reterritorialização, conceitos que serão definidos neste ponto da pesquisa e cuja compreensão é de fundamental relevância para o efetivo entendimento do conceito a ser formulado.

Por isso, todo o debate promovido no capítulo será primordial para o ponto ápice do estudo: a conceituação da “Paisagem da Destruição”, unidade final de análise através da qual a autora buscou unir as compreensões paisagísticas e territoriais abordadas com as questões afetas à produção/transformação capitalista e neoliberal do espaço, bem como sua influência nas populações, suas subjetividades e significações espaço-territoriais. Para construção destes dois primeiros capítulos, foi realizada revisão bibliográfica a respeito do tema abordado. Tudo isso, de modo a articular fundamento com vistas à formulação do conceito chave da pesquisa como a unidade de análise que, embasada nas noções de paisagem e território, permitiu alcançar os objetivos pretendidos. Assim, a revisão bibliográfica constituiu-se como etapa primordial para o amadurecimento das ideias iniciais, o conhecimento sobre a bibliografia pré-existente a respeito do tema, a identificação do problema, a delimitação da ótica de pesquisa adotada e a ressignificação do olhar sobre a realidade observada. Vale ressaltar ainda que, assumindo o caráter interdisciplinar do programa de pós-graduação onde foi desenvolvida esta pesquisa, esta dissertação conta com aporte teórico inter, multi e transdisciplinar.

Assim, após definido o conceito chave, o terceiro capítulo consistirá em sua aplicação sobre o estudo de caso adotado por meio de descrições qualificadas de fatos e elementos que compõem a Paisagem da Destruição em Mariana. Neste capítulo, visando investigar como a história delineada pelo desastre pode ser lida na paisagem citadina, distribuimos a descrição em quatro momentos principais, estando eles dedicados, respectivamente: à contextualização sobre o acontecimento do desastre de Fundão e suas consequências imediatas, ao reconhecimento de fatores intangíveis que marcam a ressignificação da realidade experimentada pelos atingidos e atingidos e atingidas pós-rompimento, ao reconhecimento de

fatores tangíveis que exprimem essa resignificação e, por fim, ao estabelecimento de relações entre os aspectos levantados sobre a Paisagem da Destruição em Mariana.

Sendo assim, com direção ao reconhecimento das intangibilidades relacionadas à realidade atual dos núcleos familiares atingidos no que tange à manutenção ou à alteração de sua cotidianidade e relações territoriais pós-rompimento, buscaremos conhecer, em linhas gerais, fatos da realidade que os núcleos familiares atingidos vivem desde o desastre. Neste momento, buscaremos identificar situações, relações, dinâmicas e agentes que, notadamente, exibam o metamorfismo do cotidiano das pessoas atingidas e de suas relações paisagístico-territoriais. Neste trecho, de encontro ao que defenderam Torres e Bassols (2009) quando afirmaram que a paisagem precisa ser descrita principalmente por aqueles que a vivenciam, a produzem e a reproduzem, os relatos dos atingidos e atingidas foram a principal fonte para levantamento de dados. Para isso, tais relatos foram retirados de jornais, revistas, publicações *online* ou, até mesmo, transcritos por meio da participação em eventos e seminários temáticos destinados ao público atingido. Importante ressaltar que essa direção foi tomada tendo como base tanto as exposições feitas por Ramos e Indrusak (2016) no que diz respeito à situação de saturação de uma coletividade que não aguenta mais tantas abordagens científicas e midiáticas frente às poucas tomadas de decisão com direção à efetiva reparação integral pelos danos causados pelo rompimento e pelas sucessivas violações de direitos que vem sofrendo desde então; quanto considerando as condições permitidas pelo atual contexto de crise em saúde pública em razão do avanço da COVID-19 pelo mundo, exigindo distanciamento social.

Em seguida, buscaremos identificar as formas tangíveis de manifestação das novas relações, dinâmicas e agentes territoriais identificados no primeiro momento. Para tanto, procuramos por elementos de inscrição que marcam, na paisagem do município, o acontecimento do desastre de Fundão. Para este momento, contamos com metodologias de imersão na realidade estudada tanto através das aclarações de Careri (2013) a respeito da utilização da prática estética caminheira como instrumento de investigação urbana, quanto por meio da aplicação do método *Deriva*, idealizado por Guy Debord (1958). Aqui, o ato de caminhar pelo território analisado foi tomado como ação crítica, simbólica e afetiva através da qual o corpo caminante tornou-se capaz de identificar significados dos lugares pelos quais se percorreu, buscando a observância da materialização da resignificação da realidade das famílias atingidas. Neste momento metodológico, caminhar pelo espaço citadino capacitou a identificação dos elementos pretendidos pelo estudo porque, mais que simples caminhadas, esses lançamentos ao território demonstraram o valor dos percursos urbanos como atos simbólicos e investigativos (CARERI, 2013).

Assim, após o detalhamento da aplicação dos procedimentos metodológicos acima introduzidos e da apresentação dos resultados por meio de mapas produzidos no trabalho pós-campo, a união dessas duas primeiras etapas práticas resultará em descrições fundamentadas dos aspectos imaterial e material componentes da Paisagem da Destruição no contexto de Mariana. A partir delas, estabeleceremos relações entre os elementos identificados e a realidade vivenciada no município desde que houve o desastre. Deste modo, este capítulo terá como fontes principais de dados os depoimentos dos próprios atingidos e atingidas e os resultados do trabalho de campo. Além disso, os agentes identificados através das aplicações práticas também serão importantes fontes de dados por meio de seus documentos/produções/atuações.

Por fim, a partir das discussões desenvolvidas, o quarto e último capítulo consistirá em uma análise da Paisagem da Destruição no contexto de Mariana à luz das discussões fundamentadoras do estudo. Deste modo, complementando as estratégias metodológicas adotadas, promovemos uma associação da teoria com o estudo de caso, assumindo as perspectivas das óticas analíticas fundamentadoras da pesquisa e, mais precisamente, do conceito da Paisagem da Destruição. Nesta construção, estudiosos como o urbanista americano Neil Brenner (2014), a arquiteta e urbanista brasileira Maria Ângela Faggin Leite (1994) e o antropólogo americano Russell Parry Scott (2012) contribuíram de forma significativa por meio de seus estudos sobre o capitalismo, a transformação do espaço e a postura de agentes hegemônicos quando em uma situação de conflito socioambiental. Após o debate e sua associação com o caso estudado, serão apresentadas as considerações finais incluindo, também, possíveis desdobramentos futuros da pesquisa.

Assim, buscando encontrar parâmetros de análise que permitam alcançar e conhecer as entranhas dessa nova realidade experimentada pelas pessoas atingidas, deparamo-nos com a necessidade de definições dos conceitos norteadores desta pesquisa: a paisagem e o território. No prisma das concepções mais atuais sobre os termos, encontraremos o subsídio teórico que nos permitirá alcançar os objetivos propostos pelo presente estudo. De tal maneira, iniciaremos agora um aprofundamento conceitual nas definições dessas unidades basais de análise. Qual a ótica conceitual adotada nesta pesquisa para ambos os termos? Qual a relação entre o território e a paisagem? E como essas unidades são influenciadas por um contexto de conflito? É o que buscaremos responder no próximo capítulo como complemento ao aporte teórico que permitirá a formulação do conceito final utilizado para as análises aqui propostas.

1 PAISAGEM DA DESTRUIÇÃO: DEFININDO UMA UNIDADE DE ANÁLISE

Na atualidade, a compreensão basal fundamentada pelo campo das geografias sobre o tema das paisagens vem sofrendo amadurecimentos conceituais por intermédio de esforços multidisciplinares. Não haveria de ser diferente já que as paisagens são, em si, eventos complexos e multifacetados. Da noção-chave que as compreendia como sistemas ambientais operantes em espaços físico-materiais, alcançamos, hoje, uma concepção ampla e multiforme onde estão reunidos, para além dos aspectos palpáveis, os componentes socioculturais formados por uma paisagem e, também, dela formadores.

As paisagens são, portanto, porções espaciais únicas resultantes da interação recíproca entre seus componentes antrópicos, físicos e biológicos (AMORIM, OLIVEIRA, 2008). Representam, no tempo atual, a sobreposição das camadas temporais anteriores, mas sem nunca se ater a esta acumulação de usos e ocupações (QUEIROZ, QUEIROGA, 2019). Devem ser reconhecidas como uma “[...] realidade histórica e social” (QUEIROZ, QUEIROGA, 2019, p.04) e compreendidas como a expressão do modo de viver de determinado grupo. Elas são, portanto e em essência, únicas e dinâmicas. Possuem, por natureza, caráter mutável. Alteram-se a cada momento em acordo com o tempo, os interesses dominantes e modos de vida locais.

Assim, em acordo com essas reflexões introdutórias, neste capítulo buscaremos aprofundar na assimilação das paisagens como elementos que se expandem para além do material, do campo do visível e do tangível. A partir dessa maturação, a reflexão conceitual sofrerá uma aproximação da discussão paisagística e suas atribuições culturais. Para tanto, serão levantadas discussões acerca das relações existentes entre os conceitos de paisagem e território por interposição da ótica cultural, utilizando-a como elo que interliga as unidades basais de investigação. A partir de então, nos tornaremos capazes de compreender as relações paisagístico-territoriais estabelecidas entre as sociedades e os lugares que elas elegem como seus territórios.

Por fim, encerrando o capítulo, a assimilação das perspectivas conceituais propostas se dará por meio da definição do conceito Paisagem da Destruição, cuja proposta visa não somente integrar as abordagens paisagísticas e territoriais propostas como, principalmente, associá-las aos moldes de transformação capitalista do espaço e suas influências sobre as populações.

1.1 O conceito de paisagem

[...] se o passado é visto como “uma série de ‘agoras’ em contínua passagem”, ele é “uma agora que passou”, tornando-se, assim, uma ausência “concebida como um tipo de presença”. (HAESBAERT, 2004, p.168)

Talvez seja correto afirmar que todo indivíduo tem uma noção, ainda que mínima, sobre paisagem (MAXIMIANO, 2004). Para nós, ela pode não ter uma definição clara ou de fácil explicação, mas, com certeza, ao falarmos sobre paisagem, alguma imagem nos vem à mente. Não é incomum que, nessas observações, direcionemos nosso imaginário a cenas ou elementos específicos da natureza, como um conjunto de montanhas, um vasto campo gramado ou uma bela cachoeira. Isso também pode ser observado com facilidade nas pinturas rupestres (RISSO, 2008), por exemplo, cujas cenas representadas são provas da percepção humana direcionada sobre o meio. Apesar dela, as concepções conscientes do ser humano sobre o ambiente são dados muito recentes se comparados à história da vida no Planeta Terra. As próprias paisagens, só muito recentemente, passaram a existir enquanto conceito (MACIEL; LIMA, 2011).

A este respeito, o estudo retrospecto realizado por Maximiano (2004) nos mostra que o percurso evolutivo da noção tem origens ainda na antiguidade por meio da criação de “miniaturas do universo”, como denominou Risso (2013). Ou, simplesmente, jardins, naturezas domesticadas e passíveis de controle e ordenamento humano (Figura 1). A partir deles, as primeiras aproximações em relação à percepção paisagística conduziram o tema a um entendimento que sugeriu formas de organização/desorganização do espaço (ROMERO, JIMENEZ, 2002, p.16) do espaço.

Figura 1- Exemplo de Jardim Persa



Fonte: HASHIMOTO *et.al.*, 2019.

A partir de então, a paisagem foi considerada como portadora de beleza tal que nos “obrigava” à contemplação (SANSOT, 1983), característica que impôs a ela um fim decorativo e contemplativo, valorado “[...] objetiva e subjetivamente” (BESSA, 2016, p.183). De tal modo, o belo ali estava para ser observado, admirado e contemplado e “[...] a visão de paisagem estava relacionada à utilidade e à estética” (RISSO, 2013, p.67) de forma que, a partir da contemplação, definiam-se as intervenções futuras de atribuição ou retirada de sentido aos lugares observados (BESSA, 2016). Essa postura aponta e justifica a vinculação inconsciente – que perdurou por séculos – da paisagem como um elemento a ser admirado. E, por essa razão, paisagem é um termo que remete com frequência aos ilustres ambientes naturais causadores de deslumbre. E, também por essa razão, são estes os cenários copiosamente representados e emoldurados por artistas dos séculos passados, como pintores e fotógrafos. Arriscando um palpite, seriam também estas as imagens vinculadas ao nosso pensamento quando pensamos em uma paisagem?

Com o passar do tempo, em consequência do cada vez maior afastamento entre o ser humano e a natureza, o afincamento visual atrelado ao tema se transmutou. Gradativamente, o olhar humano sobre o meio se ressignificou já que, agora, pela maior possibilidade de interferência e transformação, a natureza tornou-se apropriável (MOTTER, 2011). Dessa forma, em meados do século XIX, a descrita conduta contemplativa deu lugar aos emergentes estudos sobre peculiaridades vegetativas e análises ambientais (MAXIMIANO, 2004) através das quais um ambiente poderia ser descrito também conforme suas características físicas, reforçando a direção conceitual que levaria o tema a um forte apego físico-material.

Se recorrermos às origens etimológicas do termo, saberemos que a palavra paisagem, conforme denominamos na atualidade, tem origem francesa: uma variação de *paysage* que, por sua vez, deriva de *pays* – ou país, em português (CORBIN, 2001). Nesse momento, países foram definidos geograficamente como regiões cujos padrões espaciais são, grosso modo, homogêneos. Com definição datada do século XVI, elas passaram a ser compreendidas como um espaço marcadamente homogêneo em termos físico-territoriais, assumindo uma conotação de expressão das identidades regionais (PIMENTEL; CHAPUIS; SIVA, 2018, p.63). Então, os países e, portanto, as paisagens, passaram a ser identidade. Expressavam fisicamente as características comuns a uma determinada região. E assim o são, de certa forma, ainda hoje: únicas.

Seguiram-se a essas compreensões iniciais (CAETANO; BEZZI, 2011), entendimentos diversos (AMORIM; OLIVEIRA, 2008). Ora, a paisagem encontrava-se unicamente vinculada aos aspectos naturais de determinado local (NABOZNY, 2011).

Outrora, era compreendida como uma combinação entre a natureza e a sociedade, tornando-se um evento “[...] *variado y complejo* [...]”⁴ (ROMERO, JIMENEZ, 2002, p.15). Noutras vezes, ainda, era confundida com conceitos advindos de matrizes e disciplinas diversas como os de espaço e lugar. Por muito tempo, também, a paisagem foi confundida com os geossistemas definidos pela própria geografia. E ainda houve momentos em que parecia ser um termo equivalente ao de região ou de território. Mais tarde, entretanto, viríamos a saber que as paisagens, na realidade, sumarizam os significados de todos estes termos.

O conceito de paisagem é controverso e polissêmico. No âmbito da geografia, desenvolveram-se definições bastante variadas. Além disso, concepções diversas foram geradas em outras áreas: arquitetura, paisagismo, biologia, ecologia, arqueologia, para citar apenas algumas. Esse movimento resultou na formação de várias tradições de pensamento em torno do conceito, construindo uma verdadeira babel de entendimentos, definições e metodologias. (RIBEIRO, 2017, p.29)

Muito em breve, essas abreviações do que hoje compreendemos como paisagem vieram a mudar e a se inter-relacionar, sendo a conceituação do termo complementada por versões menos aprisionadas ao tangível e, por outro lado, mais completas. Com o passar do tempo, o movimento evolutivo das diversas disciplinas interessadas nas definições paisagísticas (NABOZNY, 2011) trouxe-nos a uma importante evolução conceitual sendo a própria geografia protagonista nesse processo. Assim como parte considerável das grandes áreas de conhecimento, ela conta hoje com uma perspectiva interdisciplinar.

Nos estudos mais recentes sobre o tema, para ilustrar, há fortes influências de autores que, como James Duncan (1990) e Soraya Nór (2013), formulam a interpretação da paisagem considerada como um texto. De tal modo, está submetida a interpretações diversas mas expressa, de um modo geral, a possibilidade de leitura histórica e social do espaço. Apesar de seu caráter conotativo, essas formulações são válidas do ponto de vista científico e cada vez mais aplicadas no estudo sobre o tema das paisagens. Como texto, a pesquisa paisagística assumiu como pilar a interdisciplinaridade. Aliadas, as disciplinas provam que o espaço “pode apresentar-se como componente principal da narrativa, sendo fundamental, quando não determinante” (NETA, 2004, p.01) para as questões socioculturais de determinada sociedade.

Outro exemplo que podemos observar nesse sentido é o fato de que os relatos de viagens de naturalistas nos séculos passados ofereceram – e ainda oferecem – detalhes diversos sobre os espaços, seus componentes, as pessoas que ali habitavam, seus hábitos e

⁴ “[...] *variado e complejo* [...]” (ROMERO, JIMENEZ, 2002, p.15).

costumes (PROUS, 2015). Fundamentalmente a partir desses relatos, o exercício geográfico pôde ser praticado sobre áreas a partir dos registros pessoais da experiência de terceiros, sobretudo registros literários, que inscreviam não somente o lugar mas a relação que os indivíduos que ali habitavam estabeleciam com eles. Estes registros eram – e são –, portanto, capazes de documentar a experiência concreta de seu(sua) redator/interpretador/registrator(a) para com o lugar.

Nos tempos mais recentes, um exemplo clamoroso tanto dessa possibilidade de registro, leitura e interpretação espacial quanto da afetação do lugar sobre o indivíduo, está notado na obra Drummond. No seu produzir literário, o poeta registrou o longo processo de debilitação ao qual foi submetida Itabira, sua cidade natal. A narrativa do escritor documentou décadas do produzir minerário itabirano mencionando, de muitas formas, o modo como ele próprio, como indivíduo fortuitamente imerso na cultura econômica minerária foi atingido pelos modelos organizativos em construção na cidade sob influência de agentes capitalistas externos.

Cada um de nós tem um pedaço no pico do Cauê,/ Na cidade toda de ferro/
As ferraduras batem como sinos./ Os meninos seguem para a escola./
Os homens olham para o chão./ Os ingleses compram a mina. (ANDRADE, 1930)

A leitura deste pequeno trecho pode provocar, quase instintivamente, a formulação de imagens mentais guiadas pela descrição do poeta e complementadas pelas assimilações individuais. A autora, por exemplo, imagina um pequeno povoado interiorano permeado por singelas e aconchegantes construções de estilo colonial, em cujas ruas de pedra caminham, sob o soar dos sinos das Igrejas barrocas e o estalar das ferraduras de cavalos e mulas, os empresários e estrangeiros de requintada vestimenta, destoando do sertanejo local.

Essa possibilidade de formulação paisagística por intermédio dos registros do poeta sobre sua perspectiva de paisagem atravessada pelas atividades mineradoras comprova a teoria de Duncan (1990) quando nos propõe encarar a paisagem como um texto na dinâmica da interpretação. Refletida no ambiente físico-material de Itabira, estão as marcas (Figura 2) das conjunturas sociais, políticas e econômicas às quais a cidade foi submetida ao longo de seu percurso histórico. Como em muitas cidades de Minas e de todo o Brasil, Itabira registra em suas encostas, as cicatrizes da incessante “cirurgia mineralógica” que materializa essas marcas nos espaços do presente (WISNIK, 2018).

Figura 2 - Marcas da mineração em Itabira



Fonte: ANDRADE, 2019.

A exemplo da poesia política de Drummond que expôs a brutalização da paisagem de Itabira (WISNIK, 2018), numerosos outros registros paisagísticos serviram não só como forma de “denunciar a situação vigente” (NETA, 2004, p.03) mas de demonstrar a importância de tais anotações pela potência que possuem como instrumento de percepção alargada sobre as paisagens. Tal prática geoliterária transformou as perspectivas sobre o conceito de paisagem.

Nessa transmutação, o anglo-americano James Duncan (1990) demonstrou a estreita relação entre os textos sagrados e sua reprodução urbana e social sobre o contexto da coletividade do reino de Kandy, no Sri Lanka. No estudo, provou que a paisagem do reino reproduz as relações culturais e de poder norteadas pelos textos sagrados dos deuses concluindo que, no espaço citadino, materializaram-se diversas relações sociais, organizativas e de poder pautadas nas escrituras sagradas, aproximando a paisagem (material e imaterial) da produção/transformação do espaço e da reprodução cultural.

Assim, seja na transformação da paisagem em texto (como em Drummond) ou na transformação do texto em paisagem (como no estudo de Duncan), através do estabelecimento de relações entre elementos literários e a estrutura socioespacial local, os autores demonstram como a paisagem pode orientar – e/ou ser orientada – a/pela conduta do povo que a

habita/ocupa, criando uma sensação de pertencimento/apropriação àquela/daquela cultura. A partir de estudos como estes, a paisagem passou a ser tomada como unidade cujo significado e leitura ancoravam-se nos processos políticos e sociais em que estavam inseridos. Ou seja, percebeu-se que, através dela, o sistema social não só pode como é comunicado (NETA, 2004).

Então, a paisagem passou a ser interpretada como a totalidade formada pela natureza e os elementos da cultura da sociedade que habita o lugar (MAXIMIANO, 2004). Deste modo, no alvorecer do vigésimo século, iniciaram-se os primeiros passos em direção a um estudo mais amplo das paisagens, o que marcou o início do reconhecimento de que elas são muito mais do que aquilo que se vê ou se contempla, superando noções primárias como a de Sauer (CAETANO; BEZZI, 2011) ou a de Sansot (1983).

“Inicialmente, as novas abordagens partem da crítica à antiga concepção supraorgânica, a qual era fundamentada em objetos materiais e quase desvinculada dos seus agentes” (NABOZNY, 2011, p.32). Isso se deu pelo fato de que a cultura passou a ser objeto de interesse ao tema. Com o passar dos anos e do crescente interesse multidisciplinar pela questão da paisagem, a cultura como *Genius Loci*⁵ (SCHULTZ, 1980) passou a ser fator determinante. A partir de então, as paisagens passaram a ser compreendidas como o produto da interação recíproca entre o ambiente natural e as ações provenientes do uso e apropriação humana sobre determinado local (MAXIMIANO, 2004). “Então poderíamos, em termos quase equivalentes, falar de uma sociedade feita natureza ou de uma natureza que se torna social” (SANSOT, 1983).

Como espaço coeso produto da união entre natureza e sociedade, as paisagens passaram a ser interpretadas como elementos que integram e expressam as relações organizacionais, funcionais e culturais de determinado grupo social (PIMENTEL; CHAPUIS; SIVA, 2018). Sob esta ótica, enraizou-se a noção da paisagem como fenômeno único, como são o Reino do Sri Lanka (DUNCAN, 1990) e a Itabira de Drummond (ANDRADE, 1930). A partir de então, uma paisagem jamais seria considerada como similar a outra. Em cada uma, existiriam singularidades e reciprocidades ímpares, formadas e formadoras daquele lugar específico, que não pode ser transferido ou replicado em outro local.

Com o novo olhar, “observamos que essa mudança trouxe também uma nova perspectiva de escala de análise: o cotidiano” (NABOZNY, 2011, p.33). Com a evolução conceitual, elas passaram a possuir endereço exato, geográfico e temporal porque, além de

⁵ Termo latino que faz referência ao “espírito do lugar”.

tudo, transformam-se constantemente por ocasião de sua sujeição à ação do tempo e de novos interesses interagindo em seu cotidiano. Ou seja, passou a ser considerada como elemento carregado de significados (PIMENTEL; CHAPUIS; SIVA, 2018). Deste modo, a crescente complexidade do termo tornou também complexas as disposições disciplinares em busca de uma definição mais completa sobre as paisagens. Ou seja, de uma delimitação de conceito que contemplasse toda sua multiplicidade.

Maximiano (2004) associou a esta interdisciplinaridade a justificativa pela dificuldade de aplicação e entendimento exatos do que, de fato, sejam as paisagens. Isto porque, nesse esforço científico inter, multi e transdisciplinar, cada área do saber acabou encontrando um seguimento que satisfizesse a si própria. Algumas vezes, essas tentativas de delimitação conceitual convergiam. Noutras, se complementavam. E, em outras, ainda, em muito pouco se relacionavam. Assim, da mesma forma como suas definições divergiam de local para local, também se distinguiram em acordo com o campo do saber, adotando conotações específicas quando definidas por cada área de estudo. Em meio a tantas definições possíveis, é importante ressaltar que, independentemente do local e do campo do saber, passo a passo, foi sendo desconstruída a noção de uma paisagem que existe sem o ser humano e isso é consenso a quase todas as disciplinas.

Mesmo que seu acontecimento não dependa de nós, nós sabemos que, sem nossa convivência, ela foi chamada a desaparecer. Em testemunho a existência precária de um jardim que, em alguns anos ou às vezes no tempo de uma primavera de negligência, ele “estraga” e se torna irreconhecível. O jardim não suporta nossa deserção, nós precisamos acompanhá-lo em todas as estações, na sua primavera, no seu verão, no seu outono - e tem jardineiros que na sua ausência, vivem na angústia, sabendo que aquela planta não aceitará ser cuidada por outras mãos, que a gente não molha impunemente a qualquer hora, no mês de agosto. (SANSOT, 1983, p.05)

Assim, “[...] *solo como consecuencia de su percepción y valoración por parte del hombre, el paisaje adquiere verdadero significado*”⁶ (ROMERO, JIMENEZ, 2002, p.18) de modo que, como um evento que tem local e data bem definidos, passou a ser interpretada como um acontecimento, como a expressão de uma realidade atual. Sendo assim, uma paisagem estará infinitamente alterada após um determinado decurso temporal de modo que “[...] *representa um momento sensorial a través del cual el sujeto capta [...]*”⁷

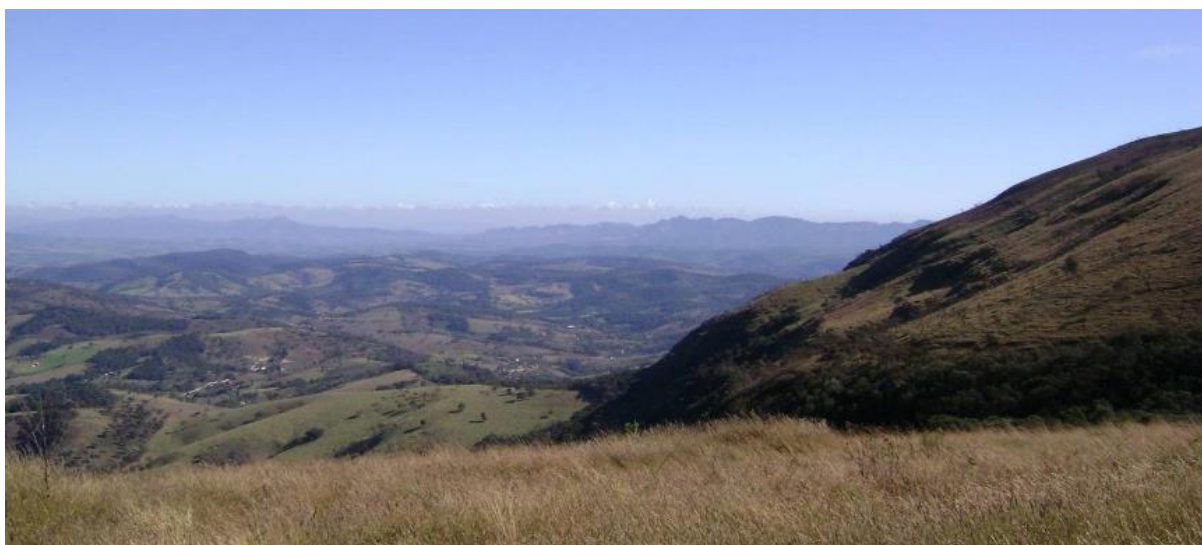
⁶ “[...] somente como conseqüência de sua percepção e valorização por parte do homem, a paisagem adquire verdadeiro significado” (ROMERO, JIMENEZ, 2002, p.18)

⁷ “[...] representa um momento sensorial através do qual o sujeito capta [...]

(BAXENDALE, 2012, p.47) sua situação atual. Do ponto de vista material, por exemplo, uma vila montanhosa com características de uso e ocupação muito homogêneas pode, com o passar do tempo e da mudança de interesses, dinâmicas e poderes atuantes sobre aquele território, transformar-se em um conjunto de arranha-céus ou qualquer outro ambiente muito díspar do inicial. Neste momento, a paisagem composta pelo antigo vilarejo pode não mais existir em sua materialidade ao passo que atributos socioculturais desse período ainda podem ser marcantes, como um cheiro característico ou a predisposição daquele território ao turismo.

Para ilustrar este exemplo, basta lançar nosso olhar ao ambiente das Serras da Calçada e da Moeda (Figura 3). Minerais e mineiras, como chamaria Wisnik (2018), as serras convivem, hoje, com uma multiplicidade de apropriações humanas (MINOMI *et.al.*, 2019).

Figura 3 - Conjunto de Serras na porção central o estado de Minas Gerais



Fonte: MINAS GERAIS, 2020.

Localizadas na porção central de Minas Gerais – na região metropolitana da capital Belo Horizonte –, a essência turística dessa região de serras resiste ao passar do tempo e da multiplicidade de usos que vem e vão. Nos primórdios da história do estado, o ambiente compôs uma rota alternativa à Estrada Real, como descreveram Minomi (*et.al.*, 2019). Hoje, pelo valor histórico que possui, este conjunto de serras constitui um importante destino turístico mineiro, propício ao desenvolvimento de práticas esportivas e de lazer, como passeios e trilhas.

Perpassando tempos históricos, uma das características principais dessas serras é sua propensão ao desenvolvimento de atividades caminheiras e, muitas vezes, contemplativas em relação à beleza do ambiente natural e à vista das cidades ao redor. Por outro lado, o conjunto compõe a região mineira conhecida como Quadrilátero Ferrífero: área heterogeneamente rica

em atributos minerais, especialmente, minério de ferro. No conjunto de serras, a realidade não é diferente de seu entorno territorial. Ali, a mineração se faz presente e operante e, apesar da existência conflituosa, turismo e atividade mineradora seguem convivendo no ambiente serrano.

Tal situação pode ser relacionada ao “destino mineral mineiro” tantas vezes discursado por Wisnik (2018). Estando todo o território do estado embebido por certa “pré-disposição natural” à mineração, o autor formulou que, na conformação econômica vigente, a riqueza mineral do estado foi tomada como fomentadora da prática mineradora local, exemplo que nos mostra que

O tipo de relevo, as características climáticas, a aptidão dos solos, a disponibilidade hídrica, ente outros tantos fatores, interferem diretamente no modo de vida das sociedades, ou seja, o meio natural é indissociável às atividades humanas. (MOTTER, 2011, p.31)

De tal modo, condicionadas tanto pelo meio quanto pela ação do tempo, o acontecimento de uma paisagem nada mais é que a somatória de suas situações anteriores (ROMERO, JMENEZ, 2002). Portanto, também “o tempo [...] [passou a ser] visto como fator marcante no desenvolvimento de uma paisagem, posto que a mesma resulta de uma sucessão de estados” (FILHO, 1998, p.07). Apesar disso, é interessante destacar que a paisagem não trata, apenas, de uma sobreposição de camadas temporais naturalmente condicionadas. Na verdade, compõe-se da inter-relação recíproca entre o passado, o presente e o futuro dos elementos físico-materiais e socioculturais formados e formadores de uma paisagem, constituindo-se como importante vestígio onde se pode aprender o tempo (BESSA, 2016).

A esta altura, vemos se delinear uma compreensão que, enriquecida pelos fatores da transdisciplinaridade, do reconhecimento da cultura como agente determinante, da reconhecimento da imaterialidade como de igual importância aos aspectos materiais e da certificação do tempo como agente condicionante, foi sendo ampliada com direção à integração de um elemento mais atual: a perspectiva do observador, baseada em suas experiências individuais. Retomando o exemplo do ambiente serrano mineiro, é possível notar que a paisagem terá uma percepção deveras distinta a depender de quem experimentá-la (ROMERO, JIMENEZ, 2002). Para um grande empresário, pode ressaltar o grande potencial econômico encoberto sob seus ricos solos. Para um caminhante, pode ser que a vista que se alcança lá de cima seja o fator mais relevante. Para um naturalista, talvez, as riquezas da fauna e flora chamem mais atenção. E, para um esportista, podem ser desafiadores os riscos de suas alturas. Fato é que, “[...] *en*

*torno al vínculo naturaliza-sociedad*⁸ (TORRES, BASSOLS, 2009, p.228), a formação pessoal de cada observador interfere diretamente em suas intenções/interpretações por trás da interação recíproca com o meio (TOLEDO, MOLINA, 2007).

Reforçando a perspectiva que pretende demonstrar como a paisagem também estará infinitamente alterada quando da mudança de observador – e com a qual corroboramos –, ainda arriscamos dizer que, em cada um dos exemplos citados, o leitor buscou, inconscientemente, transportar o olhar para a perspectiva do observante ou do narrador. Isso acontece devido a um caráter essencial das paisagens: a forma “como o visível pode se tornar dizível, sem perder seu caráter de visibilidade” (SANSOT, 1983, p.02). Vemos, portanto, que a paisagem é percepção e, deste modo, varia de indivíduo para indivíduo. Assim, sua história, sua estética e sua cultura podem ser descritas de diferentes modos em acordo com os interesses ou vínculos daquele ou daquela que a descrever.

Logo, como “[...] *espacio preciso analizado por um observador*”⁹ (BAXENDALE, 2012, p.48), chegamos a um estágio onde “[...] a paisagem é fundamentalmente uma construção mental e subjetiva, elaborada a partir da percepção e vivência no território” (MOTTER, 2011, p.25). É, neste prisma, tudo aquilo que for passível de percepção aos cinco sentidos humanos de modo que sons, cheiros, informações visuais, sabores e tatos são igualmente definidores de uma paisagem (PENA, 2019). Acaso não é verdade como um cheiro específico nos faz lembrar de um lugar, uma época ou um momento? Ou como alguns elementos não palpáveis são característicos de um local, como o ar seco de um ambiente desértico ou o barulho constante de uma grande capital? O tiquetaquear de um trem pode nos fazer lembrar daquele dia, na cachoeira, no interior. Da mesma forma como um sabor pode nos transportar imediatamente para a época ou lugar em que nos marcou. É inegável admitir, deste modo, como nos guiamos, constantemente, da paisagem à nossa individualidade (SANSOT, 1983). E mais, como narramos uma paisagem a partir daquilo que vemos, que ouvimos, que experimentamos e que sentimos.

Novamente, nos prestando vários exemplos na prosa guiada nesta dissertação, Wisnik (2018) reforça a perspectiva da individualização relacionada à percepção da paisagem ao demonstrar, em suas análises, como este elemento está intimamente ligado e atravessado pelo “eu” de Drummond. Bastam poucas leituras da poesia do escritor para identificar, para além da já sobressaltada minúcia da narrativa do poeta sobre as transmutações da paisagem ao seu redor, as influências desta realidade no contexto e rotina não só da cidade de Itabira mas do

⁸ “[...] em torno ao vínculo natureza-sociedade.” (TORRES, BASSOLS, 2009, p.228)

⁹ “[...] espaço preciso analisado por um observador.” (BAXENDALE, 2012, p.48)

estado, do país, do mundo e, especialmente, do próprio poeta. Em sua cidade natal, observou suas primeiras visões de mundo e noção de paisagem serem avassaladas e extirpadas “[...] no processo de uma gigantesca cirurgia siderúrgica [...] [que a transformou em uma] paisagem de fachada que esconde uma ruína mineral” (WISNIK, 2018, p.36).

Neste caso, a desconstrução do componente físico de uma paisagem levou à quase completa remodelação cultural e econômica itabirana. Entre relações e descrições, o literário evidenciou como, para cada eu, há uma paisagem nova. Provou, portanto, que, individual ou coletivamente, estamos em constante interação com as paisagens ao nosso redor (TORRES, BASSOLS, 2009).

[...] Esta manhã acordo e/ não a encontro/
 Britada em bilhões de lascas/
 deslizando em correia transportadora/
 entupindo 150 vagões/
 no trem monstro de 5 locomotivas/
 – o trem maior do mundo, tomem nota–/
 foge, minha serra, vai/
 deixando no meu corpo e na paisagem/
 mísero pó de ferro, e este não passa [...]. (ANDRADE, 1973)

Sansot (1983) denominou essas interações entre o eu e a paisagem como “afeição paisagística”, sempre composta pela memória afetiva/pessoal de cada observador. Com o termo, o autor quis fazer referência à integração mútua em que consistem nossa afetação e afetividade diante das paisagens. Conscientes delas, podemos perceber que, ao tentar recordar sobre algo que nos escapa à memória, primeiro recorreremos às afetações sensoriais que nos atingiram em tal momento. Na tentativa de recuperação da memória de uma paisagem, nosso cérebro “[...] se dirige em função de certa aura, solicitada por uma série de registro de sons por uma certa luz, por uma certa tonalidade afetiva” (SANSOT, 1983, p.03). Deste modo, teria a poesia de Drummond tal conteúdo não fosse o contexto que o cercou? Muito provavelmente, não.

Na filosofia, Corbin (2001) alcançou as compreensões mais atuais do tema ao definir a paisagem como “uma forma de experimentar e apreciar o espaço” (CORBIN, 200, p.04). Por essa razão, hoje é também quase consenso que a paisagem advém, essencialmente, de uma percepção contextual que é individual, como foi pra Drummond (WISNIK, 2018). Soma-se a isto o que fato de que “[...] a apreciação individual pode se referir a uma leitura coletiva” (CORBIN, 2001, p.04). Ou seja, nossa percepção sobre uma paisagem está intimamente relacionada à paisagem – ou ao conjunto de paisagens – que nos formou. E, ainda, as percepções sociais e as percepções individuais estão, constantemente, agindo uma sobre a outra, unindo as significações sociais e individuais em nossas assimilações paisagísticas. Assim,

[...] conteúdos do passado individual entram em conjunção, na memória, com os do passado coletivo [...] fazendo a subjetividade saltar para uma significação que a ultrapassa, ganhando uma dimensão ao mesmo tempo individual e social, íntima e histórica. (WISNIK, 2018, p.34)

Portanto, além do entendimento de que as paisagens são únicas em relação ao tempo e espaço, constatamos que também são únicas com relação ao indivíduo que a percebe. Logicamente, essa percepção individual está ancorada em experiências sociais e de paisagem de cada ser humano de modo que as características individuais do observador são, como vimos, fatores determinantes para sua apreensão. Entretanto, isso não quer dizer que muitas dessas percepções não possam ser – ou vir a ser – coletivas, características de um determinado grupo social.

Sob esta ótica, tudo o que é possível para um observador externo é relacionar características comuns dentre percepções particulares de diversos indivíduos que vivem – ou viveram – uma paisagem. Com isso, concordamos que é possível identificar percepções ou interações comuns de um determinado grupo social sobre/com uma unidade paisagística, o que nos leva a reconhecer sua dimensão sensível. Para apreendê-la, Torres e Bassols (2009) apresentam a análise da historicidade como importante ponto de partida na compreensão das dinâmicas atuais.

Agora, sendo o homem essencial à existência e interpretação da paisagem, outro fator se torna imprescindível: a cultura. Já que somos, por essência, seres sociais, as culturas que nos formam – e que são por nós formadas – também estão intimamente vinculadas às paisagens em que acontecem. Deste modo, “a paisagem se dá como um ‘intercambio’, entre o sensível e o mundo das significações” (SANSOT, 1983, p.13) culturais. Portanto, sendo a cultura o agente responsável por dar significado à existência humana, conseqüentemente, ela também significa, de certa forma, uma paisagem.

Sob esta perspectiva, elas são também definidas como uma “[...] autobiografia coletiva inconsciente que reflete gostos, valores, aspirações e medos” (GOMES, 1999, p.47). Expressa, por si só, múltiplos aspectos da cultura formada por ela própria e através da qual ela se forma, produzindo uma rica autobiografia de si mesma. Demonstra, portanto, saberes, valores e símbolos particulares daquela expressão cultural, onde a paisagem produto do presente sumariza as marcas de expressão de suas antecessoras e soma a elas novos significados. Por natureza, são complexas e multiformes. Com a intervenção humana, tornam-se sistemas dinâmicos, hierárquicos e em constantes e acelerados processos de transformação

(MOTTER, 2011) que lhes confere um “[...] *carácter monista, polisémico y multivalente*”¹⁰ (TORRES, BASSOLS, 2009, p.245).

Até aqui, sabemos que, no percurso de evolução conceitual do termo, “[...] o sentido científico e espacial de paisagem da atualidade foi precedido por um sentido estético e visual” (MOTTER, 2011, p.23). Dentre os tantos limites que merecem ser reconhecidos com relação a este apego inicial dado ao caráter visual, cabe sublinhar aquele destacado por Sansot (1983), que tem relação com a redução de uma paisagem a determinado estado de seu acontecimento e que em muito contribuiu para as necessárias reformulações interpretativas sobre o termo. Como fez o francês, outros estudiosos nos advertiram para o fato de que “[...] não podemos confundir a paisagem com imagem” (NABOZNY, 2011, p.30). As imagens são apenas capturas da condição física da paisagem em um determinado momento, mesmo e apesar da grandiosa carga de informação que a observação de dado instante de uma paisagem pode trazer (ROMERO, JIMENEZ, 2002). Segundo suas perspectivas, essa trará, apenas, um fragmento da realidade que pode não expressar todos os arranjos de forças e componentes que ali coexistem.

Como também vimos, deu-se início a uma transferência da significação das paisagens para o campo do sensível, ultrapassando a descrição puramente material (SANSOT, 1983) por meio da inclusão de fatores como o tempo, a cultura e as subjetividades individuais e coletivas. Portanto, partimos de um início onde a domesticação da paisagem era sua condição de existência para uma atualidade onde ela é composta por tudo aquilo que somos, ou não, capazes de perceber em determinado ambiente.

Nesse sentido, convidamos o leitor a sintetizar as compreensões aqui abordadas sob três aspectos principais: [1] a compreensão paisagística adotada nesta dissertação refere-se àquela que, corroborando com as perspectivas aqui abordadas, supera sua condição físico material e se define, conclusivamente, como fenômenos únicos caracterizados por uma “[...] forma de ordem que toma forma de um consenso difuso nas maneiras de ser e fazer comuns a uma população” (SANSOT, 1983, p.02). [2] “[...] Uma paisagem se encontra em perpétua evolução, podendo a sua estrutura e composição mudar drasticamente através do tempo” (FILHO, 1998, p.31) e da mudança de interesses/forças que influem em seu acontecimento. [3] Por meio das sensibilidades individuais, particularizadas através das formulações culturais às quais está sujeitada, é possível ler uma paisagem a partir de interpretações/registros de terceiros ou daquilo que fomos capazes de perceber na experiência sensorial individual.

¹⁰ “[...] carácter monista, polissêmico e multivalente.” (TORRES, BASSOLS, 2009, p.245)

Essa leitura sobre as paisagens propõe sua interpretação a partir do reconhecimento dos agentes sociais envolvidos no processo de sua formação, na histórica local, nas características físicas, no cotidiano daqueles que a experimentam e nas percepções subjetivas desses mesmos indivíduos (BRAGA *et.al.*, 2017). Ou seja, convergimos para as compreensões mais atuais sobre o tema das paisagens: uma manifestação do modo de viver local. A paisagem como espelho de uma sociedade é fluida, é mutável e é única. É, como veremos a seguir, a expressão da cultura de um povo.

1.2 Paisagem e cultura

[...] sem um ser sensível e sem um ser que consente, nunca um fragmento do mundo acederia a eminente dignidade da paisagem. (CORBIN, 2001, p.14)

Como vimos nas abordagens anteriores, a evolução conceitual no tema trouxe-nos a uma realidade em que é consenso a quase todas as disciplinas a negação de uma noção de paisagem que existe sem o ser humano. Assim, na maior parte das disciplinas científicas, “[...] só [se] utiliza o termo paisagem a partir do momento em que a atividade humana passa a ser considerada” (MAXIMIANO, 2004, p.87). Dessa maneira, como é comum aos conceitos científicos, a disputa conceitual levou a um intensificado aprofundamento nas interpretações do termo de modo que, hoje, além da compreensão que a define como um acontecimento que se expande para além dos aspectos visuais e palpáveis, a interpretamos como algo a que somente se atribui significado após intervenção humana.

Nesse percurso em busca de um discurso tão completo quanto possível, derivaram-se do termo variadas outras formas de se narrar uma paisagem. Neste sentido, e diante da necessidade de diferenciação entre si, emergiram termos como os de “paisagem cultural” ou “paisagem natural”, por exemplo (SOUZA, 2019). Ainda que seja muito difícil – e diríamos até impossível – imaginar um ambiente sobre o qual não atue ou tenha atuado, em algum momento, a ação humana, para essas definições, paisagens são consideradas naturais quando da pouca ou nula intervenção humana sobre o ambiente. O termo “paisagem cultural”, por sua vez, quando criado pela UNESCO em 1992, pretendia fazer referência a sítios de interesse patrimonial em consequência de seu valor universal. Mais tarde, a ampliação das compreensões sobre o patrimônio (XAVIER; TEIXEIRA, 2019) e sobre a própria definição de paisagem refletiu na temática das “paisagens culturais”. A partir de então, elas passaram a considerar, também, os elementos não visíveis como de interesse para preservação

patrimonial. Elas seriam, deste modo, um todo singular que nos identifica e, portanto, nos diferencia diante de outras culturas e, obviamente, outras paisagens.

Essa separação inicial pode ser explicada pelo fato de que, da mesma forma como o estabelecimento de relações entre os campos material x imaterial influenciou diretamente na ampliação das compreensões acerca das paisagens, a histórica separação entre natureza e cultura também tem relação com a distinção entre patrimônio cultural e patrimônio natural (CASTRIOTA, 2017). Ou, no âmbito desta pesquisa, entre “paisagem cultural” e “paisagem natural”. A este respeito, Ribeiro (2017, p.36) afirma que, por muito tempo, foi alimentado “[...] um antagonismo entre as categorias cultural e natural, reflexo de um pensamento que começava a se tornar anacrônico”.

Para o caso das paisagens, nos atreveremos a propor uma superação dessa dicotomia por acreditarmos que as “paisagens naturais”, na prática, não existem e que, portanto, todas as paisagens são, em essência, culturais. Falar em uma paisagem cultural se torna, deste modo, pleonasma. Para corroborar com tal postura, basta observar o caso das mudanças climáticas experimentadas atualmente ou, mais precocemente, a história evolutiva da nossa espécie. No primeiro momento, sabemos que, nos dias atuais, um conjunto de ações praticadas cumulativamente em determinado ambiente tem potencial para interferir direta e indiretamente nas características climáticas tanto daquele espaço como de outros, mesmo os localizados a milhas de distância da fonte que provocou a alteração. Portanto, sendo as paisagens uma somatória de tudo aquilo que fomos capazes de perceber em um ambiente – como vimos no capítulo anterior –, alterar as percepções/sensações climáticas significa, também, alterar a paisagem. Logo, tal fato não só reforça a “[...] relação que o global exerce sobre o local” (BRAGA *et.al.*, 2017), como também confirma a posição aqui tomada.

Em segundo lugar cabe sublinhar que, ao longo do tempo, diversas facetas evolutivas do ser humano experimentaram mutações promovidas por uma somatória de eventos progressistas (RIBEIRO, 2018) que influíram no tangente à interação do homem com o meio resultando naquilo que compreendemos hoje como uma paisagem. Com a criação e aperfeiçoamento de suas técnicas para fabricação de utensílios e o desenvolvimento de formas de linguagem para propiciar a comunicação da espécie, o hominídeo, nosso antecessor, incorporou a si o predicado humano (VARGAS, 1994). A partir de então, aquela criatura com capacidade pensante, dotada do saber da técnica e capaz de se comunicar através da linguagem, passou a ser chamada ser humano. Como único ser com capacidade de pensamento e articulação de ideias, o homem assumiu uma postura de dominador perante as demais espécies (JUNGES, 2001) e o ambiente natural (RIBEIRO, 2018).

Desse lugar, substituindo o nomadismo pelas atividades localizadas no seio deste primeiro laço de interligação entre o homem e o espaço (CAETANO; BEZZI, 2011), o simples ato de coleta dos frutos das árvores foi uma ação humana de desvirginção do ambiente natural. Em seguida, a caça, a pesca, a domesticação de animais e vegetais, as revoluções agrícola e industrial, a urbanização e o controle climático, nessa ordem, constituíram e constituem a rede de ações antrópicas responsáveis por oportunizar as diversas mudanças evolutivas, ambientais (RIBEIRO, 2018) e, portanto, paisagísticas seguintes. Quanto mais avançamos nessa escala, entretanto, menos natureza virgem ou “paisagem natural” é possível encontrar. Como fator agravante, com o passar dos séculos, a introdução da economia e do aprimoramento técnico-tecnológico como características culturais humanas tornou a natureza ainda mais maleável sob o condicionamento dos saberes técnicos de modo que, gradativamente, o ambiente natural passou a sofrer adaptações mais significativas de acordo com as nossas necessidades (VARGAS, 1994).

Partindo desse caminho que nos leva a supor que não existe nenhum ambiente terreno sobre o qual não tenha havido alguma interferência humana, ainda que indireta, fica evidente que uma das irrefutáveis características culturais humanas é nossa postura colonizadora e condicionadora do ambiente natural. Assim, por ação das culturas a que estamos vinculados, com a nossa intervenção e intermédio, “[...] esta[s] categoria[s] privilegiada[s] enformadora[s] do real [...]” (BESSA, 2016, p.182) de que se caracterizam as paisagens articulam o tempo e a cultura no espaço. Desse modo, expressam a ação humana sobre o ambiente resultando naquilo que hoje denomina-se como paisagem cultural ou, para não ser redundante, simplesmente paisagem.

Definidas como aquelas onde estão impressas as características culturais do grupo social que habita determinado ambiente (CASTRIOTA, 2013), é através delas que se manifestam as especificidades de um grupo que compartilha uma identidade comum. Essa marca, por sua vez, é ilustrada em certas características, hábitos, direitos e obrigações sociais que são produto da interação histórica do grupo naquele local (GALLIANO, 1981). “[...] Deste ângulo, a paisagem confere identidade” (PAOLIELLO, 2015, p.02).

No âmbito da temática discutida nesta dissertação, pode-se dizer que a mineração em Minas Gerais tornou-se um fator cultural (XAVIER; TEIXEIRA, 2019; CARSALADE *et.al.*, 2015). Por tal característica, é também um caráter marcadamente perceptível nas paisagens mineiras. Não somente em termos físicos, mas também – e, talvez principalmente – em termos socioculturais. Afirma-se isto não só em relação ao fator econômico, mas ao caráter habitual atribuído à prática com o passar do tempo. Para a maioria dos mineiros, que tem a

marca dessa atividade expressa em seu gentílico, conviver diariamente com a mineração é situação comum. A poeira infundável, os trens transportadores, os ônibus que vêm e vão carregando os funcionários e as encostas com seus numerosos cortes e aterros são realidades diárias das cidades que convivem com as práticas minero extrativas. Trabalhar na mineradora, em muitos casos, é sinônimo de bom emprego e é quase um perjúrio sugerir uma alternativa à mineração diante da importância econômica e influência cultural que as atividades minerárias têm para os municípios. Assim, cravada culturalmente como a marca do estado, é quase impossível falar de Minas Gerais sem citar a prática da mineração.

Com este exemplo, podemos citar a prática mineradora como importante peça na maquinação das paisagens do mundo porque, por sua ação e lógica produtiva, essa atividade insere “[...] muitos lugares [...] [no] patamar da indústria pesada” (WISNIK, 2018, p.78) o que interfere diretamente nas realidades materiais e imateriais locais. Nessa condição, registram-se nas paisagens, nas culturas e nas pessoas que a habitam esses locais, as marcas da mineração, o que acaba por demonstrar, como vimos também em Drummond (1930, 1973) e em Duncan (1990), que a união entre o espaço físico-material e as características imateriais definidoras de um grupo social encontram-se evidenciadas nas paisagens através das culturas.

Ou seja, não existe paisagem [...] sem códigos culturais e vice-versa, pois os mesmos manifestam-se na paisagem, demonstrando as peculiaridades espaciais que o homem, mediado pelos artefatos técnicos, materializa nas paisagens tornando-as singulares. (CAETANO; BEZZI, 2011, p.454)

Mas o que seriam, afinal, esses códigos culturais de que tratam os autores? Conforme definiu a estilista e consultora de negócios de moda Luciane Morazzi (2013), códigos culturais nada mais seriam que os elementos imprescindíveis para compreensão de uma cultura. É a identificação desses códigos que permite concluir que certo estilo musical atrai grande parte do público de determinada idade ou que certo modo de se vestir e falar é comum ou característico em determinada região. Quando identificados, esses padrões auxiliam na percepção de gostos, características ou tendências comuns que levam a indústria ao desenvolvimento de produtos que, assertivamente, chamam a atenção do grupo de indivíduos onde foram identificados os padrões.

Por essa razão, não é desatino afirmar o quanto essa configuração de sociedade tem potencial para interferir direta e indiretamente em nossas paisagens. Tudo está vinculado a um padrão cultural hegemônico do qual as grandes massas têm pouca consciência (LEONARD, 2008) e no qual é a indústria quem, através de suas estratégias de identificação de códigos

culturais, define a qual grupo determinado produto se destina, impondo necessidades irreais e prazos para obsolescência dessas produções a partir das necessidades dos setores pela inserção de novos produtos no mercado. Como resultado, monopoliza “a criação consciente no domínio do modo de vida” (TROTSKY, 2009, p.01), materializando seus efeitos nas paisagens. Isto, no primeiro momento, através da nossa crescente capacidade de adaptação do meio físico às necessidades humanas e, no segundo, influenciando no tangente aos aspectos imateriais formadores de um grupo cultural.

A partir desta reflexão, torna-se cada vez mais clara a forma como esse padrão hegemônico de cultura é impresso em nossas paisagens. Desde nossa vestimenta, nossas crenças e os serviços e comércios aos quais temos acesso; passando pelo estilo construtivo de nossas casas, pelos nossos problemas sociais e o pelo alimento que ingerimos; e se estendendo até mesmo sobre fatores como as músicas que ouvimos, as tragédias que vivenciamos e os projetos de vida que temos. Tudo isso, somado às atribuições culturais locais, se sumariza em nossas paisagens tornando-as semelhantes em termos culturais hegemônicos mas, nunca, iguais. Com uma identidade comum mas singularidades especiais atreladas ao grupo social que a forma e pela qual é formada (CAETANO; BEZZI, 2011). De tal modo, a combinação das histórias, dos valores, das crenças e das posturas locais e globais está, em nossas paisagens, impressa.

Então elas são, conclusivamente, testemunhas dos problemas sociais atuais, das formas como organizamos nossas cidades ou do interesse/desinteresse pelo desenvolvimento de determinado setor. Com importância cultural, as paisagens diferenciam-se à medida que se diferenciam também as culturas que agem sobre ela. Logo, elas são “[...] como um registro da atividade humana sobre a Terra, propicia um guia inestimável para os valores das pessoas que a elaboraram” (GUELKE, 1982, p.222 *apud* CAETANO; BEZZI, 2011, p.456). Por meio da cultura, a paisagem demonstra perfeitamente as relações existentes entre os aspectos material e imaterial presentes em determinado local (CASTRIOTA, 2013). Elas são “[...] o resultado de uma interação constante entre os grupos humanos e o território [...]” (CARSALADE *et.al.*, 2012). E é neste sentido de compreensão ampla que devemos buscar interpretá-la nesta dissertação: como uma expressão do modo de vida de uma sociedade e da união entre os aspectos materiais e imateriais deste grupo social, onde “a cultura é o agente, a área natural é o meio [...] [e] a paisagem [...] o resultado” (RISSO, 2013, p.69).

Diante disso,

[...] embora as definições de “modo de vida” venham sendo utilizadas com pertinência teórica e metodológica por autores de

renome internacional e nacional, ainda é grande a imprecisão teórica em torno do mesmo, sendo comum, em muitos textos científicos o termo não merecer sequer definição acerca do significado que o autor lhe atribui. Assim, não constitui exagero afirmar que paira sob o mesmo a doxa. Vários termos distintos são traduzidos de estudos internacionais indiscriminadamente como modo de vida. Ao se analisar essa pluralidade de traduções, vislumbra-se uma verdadeira Babel. (BRAGA *et.al.*, 2017, p.373)

Como se vê, a utilização indiscriminada do termo “modo de vida” dificulta, até mesmo, sua clara definição. Sem conceituação precisa, “a sua abrangência e os questionamentos que encerra são, em si o maior fator de indefinição [...]” (GUERRA, 1993, p.59). Intimamente ligado ao cotidiano dos grupos sociais, aqui o modo de vida deve ser interpretado como “[...] o nível da vida cotidiana articulado com o econômico, o político, o cultural, bem como as redes de poder estabelecidas nas articulações entre as diferentes esferas do social” (BRAGA *et.al.*, 2017, p.371). Em outras palavras, exteriorizam as práticas cotidianas, as construções sociais que levam à racionalidade ou à irracionalidade dessas ações, os atores envolvidos naquela paisagem, as construções culturais, os hábitos comuns, as tradições, os modos de ocupar o território, as crenças e a história de um povo.

Trotsky (2009, p.01) definiu os modos de vida como “[...] o meio ambiente e os hábitos quotidianos”. Corroborando com o enunciado por Braga (*et.al.*,2017), o autor ainda reforça que o termo tem relação muito mais profunda com o passado do que com o presente já que exterioriza a consolidação de determinadas práticas/hábitos ao longo da histórica daquela sociedade. O modo de vida é, portanto, e de modo conclusivo, indissociável à cultura. Dessa forma, por fim, modos de vida são a expressão dos códigos culturais de uma coletividade e são importantes na compreensão paisagística porque é a partir dessas características singulares a cada grupo social que se formam expressões únicas de paisagem (CASTRIOTA, 2017).

Nestes termos, a paisagem é a manifestação cultural da ação dos sujeitos sociais de construir e recriar o “[...] cenário entre a natureza e a cultura, sendo este processo expresso pelos seus modos de vida” (BRAGA *et.al.*, 2017, p.373). De tal modo, indicam interações que, dotadas de significado, demonstram as relações entre a sociedade e o ambiente onde ela vive. Logo, as paisagens são, por definição, uma construção sociocultural onde o adjetivo “cultural” é empregado com intenção de significar que a “paisagem natural” sofreu intervenção humana sob regência de determinada cultura.

As paisagens históricas, por exemplo, fortalecem o ideário de pátria e nação (HAESBAERT, 2004) por intermédio de seu testemunho do passado e do presente (NÓR, 2013). Nelas, os elementos históricos revelam a importância de seu conteúdo “[...] junto com

outros aos quais se liga intimamente [...]” (WISNIK, 2018, p.188), operam sobre os sujeitos, numa perspectiva individual, e sobre as comunidades, numa perspectiva coletiva, de modo que se tornam parte indissociável do contexto social e da formação particular dos indivíduos. Então, a história impregnada na materialidade física e intangibilidade das construções culturais não só embasa como também se mescla às histórias individuais e coletivas locais.

Assim sendo, as paisagens expressam a evolução da sociedade através da “transtemporalidade” (RISSO, 2013, p.75) e da “espacialização do tempo” (BESSA, 2016). Em outras palavras, expressa a sobreposição e interação recíproca de camadas temporais formadas por influência de determinações culturais e forças sociais internas e externas contemporâneas a cada período de sua existência (CASTRIOTA, 2017): “O legado [...] que temos hoje nada mais é do que obra das interações entre as populações passadas com o meio, num processo constante de transformação” (MOTTER, 2011, p.31). Marcada pela temporalidade e pela temporaneidade, como assimilou Bessa (2016), baseia-se, respectivamente, nas lógicas das histórias passadas e do presente. Ou seja, a paisagem é, por fim, um palimpsesto “[...] *que muestra la intervención cultural de distintas colectividades humanas en el devenir; la imposición y superposición de valoraciones éticas y connotaciones estéticas en el medio*”¹¹ (TORRES, BASSOLS, 2009, p.246).

Para além da representatividade local que expressam, são marcas da interação recíproca entre o ser humano e o espaço meio ambiental e entre o ser humano e ele mesmo. Podem ser identificadas como paisagens intencionalmente planejadas ou que acontecem espontaneamente. No primeiro caso, o conceito tende a estar visceralmente associado ao universo material. É o caso, por exemplo, da criação de cenários, do planejamento de espaços como jardins, parques ou a composição da própria arquitetura quando a disposição dos elementos e as impressões/sensações que se deseja causar foram cuidadosamente programadas por meio de estratégias de organização espacial, disposição cromática e conforto ambiental. No segundo momento, as sensibilidades e o campo do imaterial têm maior espaço de incidência.

De qualquer modo, Carsalade (*et.al.*, 2012) afirmou que as paisagens estão relacionadas muito mais ao significado que têm para os povos, cabendo a nós reconhecer que sua vinculação à questão cultural é fator primordial nessa atribuição de significado. É a cultura quem fornece os valores que fundamentam o pertencimento e reconhecimento de um povo a determinado local, tanto quanto os elementos físicos que compõe aquele espaço.

¹¹ “[...] que mostra a intervenção cultural de distintas colectividades humanas no futuro; a imposição e superposição de avaliações éticas e conotações estéticas no meio.” (TORRES, BASSOLS, 2009, p.246)

Diante disso, cabe questionar: se estão estritamente vinculados, o que acontece quando as atribuições imateriais de uma cultura são forçosamente desvinculadas de seu lugar físico? Se há alguma transformação nos padrões culturais, como estas se manifestam nas paisagens? É o que buscaremos responder no próximo item a partir do reconhecimento da paisagem como conceito estritamente relacionado ao território e, de modo geral, à identificação e ao pertencimento a um dado local.

Assim, ao fim do presente capítulo, estabeleceremos a definição de uma unidade de análise cuja aplicação sobre o estudo de caso eleito por esta dissertação nos fornecerá as respostas aos questionamentos levantados ao longo de todo o texto.

1.3 Território e paisagem: uma leitura sensível do espaço

Aqui, o argumento da desterritorialização e o projeto neoliberal caminham juntos, um a serviço do outro. (HAESBAERT, 2004, p.24)

A esta altura, percebemos que, no que tange à temática abordada por esta dissertação, a produção acadêmica do fim do milênio passado e dos primeiros anos deste século foi marcada pela “[...] pluralidade teórica e analítica” (CABRAL, 2007, p.142). Do ponto de vista conceitual abordado no primeiro item deste capítulo, vimos que a multidisciplinaridade do tema das paisagens é uma característica ambígua. Se, por um lado, a interação mútua entre as diversas áreas do saber colabora de modo inextricável a um amadurecimento conceitual onde estão contempladas disciplinas diversas e, portanto, facetas distintas da realidade socioespacial; por outra perspectiva, acaba por aquiescer certa indefinição na demarcação do termo quando da sua utilização indiscriminada, assumindo um significado diferente a depender da autoria da produção científico-acadêmica e do campo do conhecimento a ela vinculado.

Na forma ampla como são compreendidas na atualidade, paisagens são muitas vezes confundidas com termos considerados similares. Nessa inexatidão, noções congêneres às de espaço, lugar e, em alguns casos, território, são empregadas como se fossem expressões que, apesar de distintas, fazem referência a uma mesma conceituação. A este respeito, autores como Santos (1999) nos advertem que não há relação de equivalência nas definições destes termos. Por isso, conforme defendeu Cabral (2007), é necessário que haja cautela no sentido de reconhecer que cada uma dessas locuções abrange um significado que, ainda que próximo, se distingue do conjunto, mesmo que por características, por vezes, ínfimas (LOPES, 2012).

Em razão disto, é de suma importância para apreensão das conceituações propostas pelo presente estudo um aparte para compreender, diferenciar e inter-relacionar cada uma dessas dimensões.

A noção de espaço, por exemplo, está mais comumente associada a um local físico. De fato, o espaço é principalmente definido pela distribuição dos elementos e sua organização interna ao ambiente (GOMES, 1999). Ou seja, sua noção está associada a uma fisicalidade onde a organização tem lógica e essa lógica é determinada pelas condições físico materiais daquele local e pretensões humanas sobre o ambiente. Dessa perspectiva, conforme definiu Santos (2007), o espaço nada mais é do que o conjunto entre um ambiente material e o arranjo de ações que ele estimula. O autor acrescenta, ainda, que o espaço é uma mescla indissociável de “formas-conteúdo”, um sistema indivisível de objetos e ações. Em outras palavras, a materialidade espacial é que determina, permite ou predispõe práticas e usos que só têm significado em consequência de seu contexto material.

Portanto, da esfera “fiscalista do espaço” – conforme nomeou Soja (1993) – é que provém a organização da sociedade em um ambiente. A partir dela, as transformações decorrem em acordo com a ocorrência das experiências sociais, o que nos leva “[...] a insistir no pressuposto de que o espaço (e sua vivência) seja uma equação dada pela morfologia e pelos diferentes sentidos que ela é capaz de veicular e condicionar” (CABRAL, 2007, p.145). Deste modo, ressignificar o espaço é ação cotidiana decorrente de novos processos, novas possibilidades e novas perspectivas: "A ação não se dá sem que haja um objeto; e, quando exercida, acaba por se redefinir como ação e por redefinir o objeto" (SANTOS, 1999, p.77).

É uma via de mão dupla. Da mesma forma como o ambiente cria condições ao desenvolvimento de tais e tais ações, essas ações, quando praticadas, remodelam o espaço físico, resultando na criação de novos espaços e ações ressignificadas (CABRAL, 2007). A este respeito, é importante salientar que as ações de determinado grupo social sobre o espaço, apesar de dependerem do contexto físico-material para acontecer, não são, de nenhuma maneira, determinadas por essas condições (GOMES, 1999). Logo, as conjunções espaciais não são determinadoras da conduta humana sobre o espaço. Com isso, queremos dizer que essas ações podem mas não necessariamente são, definidas pela conjuntura espacial e sim motivadas por ela.

No contexto desta pesquisa acadêmica, um exemplo a ser citado é o caso da mineração no estado de Minas Gerais. Como vimos nos itens anteriores, a riqueza físico-territorial do espaço mineiro foi um dos principais fatores responsáveis pelo advento e agigantamento da prática mineradora estadual. O fato é que o espaço físico ofereceu e oferece condições que

“predispuseram/predisõem” Minas Gerais a se estabelecer como um dos principais polos minero-extrativos do país. Assim sendo, tanto esse adjetivo mineiro auxiliou na definição e redefinição de práticas sociais, econômicas e históricas locais, como as práticas sociais decorrentes influenciaram/influem no contexto físico-espacial do estado. Esses fatores, em conjunto, definem algumas características socioculturais, econômicas e materiais do espaço mineiro. Nesse sentido, diferente das paisagens que são, como vimos, marcadamente transtemporais, o espaço é sempre presente. É, em resumo, “[...] a síntese [material], sempre provisória, entre o conteúdo e as formas espaciais” (SANTOS, 1999, p.88) ou, em outras palavras, “[...] as formas mais [o produto d]a vida que a[s] anima” (SANTOS, 1999, p.103) e as suscita.

Dessa síntese, advém o entendimento sobre os lugares, definidos, resumidamente, como espaços a que se atribui função e, principalmente, significado. “[...] O lugar é o espaço ocupado [...]” (ALVES, 2007, p.01). Constitui-se como uma “[...] funcionalização do mundo [...]” (CABRAL, 2007, p.149) em que cada lugar se diferencia do outro em função da utilidade que a sociedade atribui ao espaço. De tal modo, o ponto de estada do lugar é o cotidiano. Os hábitos praticados no dia a dia são as características que o diferem de lugares outros de modo que “as práticas sociais dão sentido ao lugar, e o lugar é fundador de tais práticas” (NÓR, 2013, p.123).

Desta ótica, são as rotinas, as crenças e, de um modo geral, as culturas que significam a caracterização de um espaço como lugar. Temporário e modificável, ele é transmutado pelas relações e pelo perpassar do tempo de modo que, em dado lugar e em dada época, desenrolam-se relações únicas de arranjo social e de poder que significam a forma como o grupo social identifica determinado espaço. Logo, “o lugar pode ser apreendido por seu caráter identificador, que permite que seus habitantes se reconheçam e se definam por meio dele” (NÓR, 2013, p.123), contextualizando os povos e suas tradições. Tal perspectiva converge ao pensamento de Serres (1995, p.40) que sugere: “Diz-me onde habitas e dir-te-ei quem és”.

Deste modo, podemos concluir que “a passagem criativa do tempo habilita o espaço a ser [lugar e, por fim,] paisagem” (BESSA, 2016, p.182). Logo, espaço e lugar são, respectivamente, os componentes físico-contentos e socioculturais das paisagens em cujo entrelaçamento de relações, forças e poderes estão sintetizadas as paisagens. Mas e os territórios, onde entram nesta equação? Para SANSOT, “[...] a distância que separa o território da paisagem não é imensa” (1983, p.02) mas para compreender tal afirmação precisamos, antes, compreender o que são, de fato, os territórios.

Não diferente dos demais conceitos aqui tratados, por sua natureza conceitual difusa, interpretações diversas podem levar a compreensões quase contrárias daquilo que se compreende como território. Uma primeira reflexão poderia nos levar a compreendê-lo como “[...] a divisão da terra pela organização administrativa, fundiária e residencial” (HAESBAERT, 2004, p.195). Ou seja, pelos continentes, nações, estados, regiões, cidades, bairros e, por fim, terrenos. Entretanto, nesta dissertação, devemos encarar essa noção administrativa e fiscalista como superada uma vez que “[...] é possível afirmar que as ciências sociais promoveram uma verdadeira redescoberta do território” (SANTOS, 2007, p.44).

Assim, como foi com o percurso evolutivo do tema das paisagens, diversas áreas do saber contribuíram para formulação do conceito de território. Este, por sua vez, incorpora um significado mais ou menos material ou subjetivo a depender da atribuição dada por cada campo do conhecimento. Da mesma forma, também há diferenças de significação conforme o agente que com ele se relaciona. Para os hegemônicos, por exemplo, o território é tido como uma base material estabelecida como fonte de recursos; para uma comunidade indígena, por sua parte, significa abrigo, sobrevivência e domínio.

Defronte a essa pluralidade de entendimentos, estudiosos como os influentes geógrafos brasileiros Rogério Haesbaert (2004 e 2007) e Milton Santos (2007) reuniram as principais concepções de território em acordo com as correntes teóricas predominantemente empregadas nas construções científico-acadêmicas. Santos (2007), por exemplo, é objetivo ao tratar sobre tais agrupamentos conceituais, identificando duas grandes correntes principais de pensamento:

- a) O binômio materialismo e idealismo, desdobrado depois em duas outras perspectivas, a visão mais totalizante e a visão mais parcial de território em relação a: i) o vínculo sociedade-natureza; ii) as dimensões sociais privilegiadas (econômica, política e/ou cultural);
- b) a historicidade do conceito, em dois sentidos: i) sua abrangência histórica – se é um componente ou condição geral de qualquer sociedade ou se está historicamente circunscrito a determinado(s) período(s) ou grupo(s) social(is); ii) seu caráter mais absoluto ou relacional: físico-concreto (como “coisa”, objeto), a priori (no sentido de espaço kantiano) ou social histórico (como relação). (SANTOS, 2007, p.45)

A partir da definição dessas correntes teóricas e pretendendo estabelecer uma relação entre elas e as classificações reunidas por Haesbaert (2004 e 2007), na direção da compreensão e alcance da perspectiva territorial adotada neste estudo, buscaremos agora identificar a circunscrição das principais formas de interpretação territorial na atualidade. No binômio

materialismo-idealismo apresentado por Santos (2007), por exemplo, podemos identificar, 03 dos 05 grandes grupos conceituais elencados por Haesbaert (2004). No desdobramento do vínculo sociedade-natureza (SANTOS, 2007), temos:

- I) Em i), o território numa perspectiva materialista-dialética: assume a postura sugerida pelos cientistas políticos, onde “[...] é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado” (HAESBAERT, 2004, p. 40), evidenciando a influência das formações político-administrativas no estabelecimento de espaços territoriais;
- II) Em ii), o território numa perspectiva idealista quanto às relações de controle e condições de uso: associado à experiência territorial das comunidades mais tradicionais que tem o território como principal fonte de recursos à sobrevivência humana, como o exemplo do território indígena anteriormente citado.

Ainda considerando o binômio materialismo-idealismo, no âmbito das dimensões sociais privilegiadas (SANTOS, 2007), temos em Haesbaert (2004):

- III) O território em seu sentido cultural: incorpora uma dimensão ideal onde se inter-relacionam de forma coesa as distintas dimensões da vida humana. Aqui, “[...]o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido” (HAESBAERT, 2004, p.40).

Por fim, considerando a segunda vertente apresentada por Santos (2007), na historicidade do conceito, temos:

- IV) Em i), o território numa perspectiva histórica: definido pelas relações de poder nele estabelecidas ao longo do tempo e a partir das mediações espaciais, como quando se considera Minas Gerais, por influência de sua história, um território da mineração;
- V) Em ii), o território em seu sentido físico e relacional: cuja definição em muito se assemelha às interpretações de Cabral (2007) ou ao destino mineral mineiro proposto por Wisnik (2018) pois pretende destacar a forma como uma relação social pode ser “[...] mediada e moldada na/pela materialidade do espaço. Assim, mais importantes do que as formas concretas que construímos são as relações com as quais nós significamos e “funcionalizamos” o espaço[...]” (HAESBAERT, 2004, p.350).

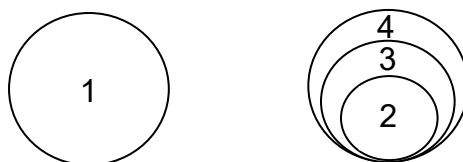
A partir dessa inter-relação das categorizações elaboradas pelos autores, torna-se clara a vastidão analítica atrelada à conceituação territorial. Dentre tantas abordagens conceituais, qual seria então a perspectiva desta dissertação para a compreensão do território? Aqui, antes de tudo, este conceito deve ser encarado como um híbrido formado por todas essas interpretações. E mais, como um nível psicológico que faz referência às relações sociais dos indivíduos para com as paisagens. Deve ser interpretado como a paisagem a que se pertence e com a qual se identifica o indivíduo. É, portanto, um estado alcançado individualmente a partir das construções coletivas impressas nas paisagens. Assim, é neste “[...] quadro de vida [...]” (SANTOS, 1994, p.15) que é o território que “[...] se desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isso é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência” (SANTOS, 2007, p.13).

Aqui, o território não se resume às noções materialistas-idealistas ou aos sentidos históricos e relacionais com que é frequentemente abordado. É, sobretudo, subjetivo, pautado na percepção e sentimento individuais advindos das relações pessoais e coletivas para com o lugar. Associa-se a fatores de identificação e pertencimento ao espaço, ao lugar, às relações/dinâmicas ali estabelecidas ou, em síntese, à paisagem: ao material e ao simbólico-cultural (OLIVEIRA, 2007). É uma relação espacialmente mediada que produz identidade e que portanto não é, de nenhuma maneira,

[...] apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.” (SANTOS, 2007, p.14)

Esta perspectiva territorial tem em Deleuze e Guattari (2010) uma de suas principais e mais amplas definições pois não só engloba como vai além daquelas organizadas por Santos (2007) e Haesbaert (2004 e 2007). Para os autores, nas diversas abordagens teórico-conceituais existentes, um conceito acaba por englobar o outro, relação que pode ser representada por uma simples, embora dilatada, questão escalar (Figura 4). O início dessa gradação se dá, para os autores, no “[...] território etológico ou animal (1), [...] [passa] ao território psicológico ou subjetivo (2) e daí ao território sociológico (3) e ao território geográfico (4) (que inclui a relação sociedade-natureza)” (HAESBAERT, 2004, p.121).

Figura 4- Representação da perspectiva territorial Deleuze-Guattariana



Fonte: HAESBAERT, 2004.

Importante ressaltar que, nesta escala, mais que uma hierarquização ou sobreposição conceitual, está representada a principal diferença entre as inúmeras abordagens territoriais existentes: a natureza do conceito. Portanto, composto por todas as definições apresentadas mas, paralelamente, buscando reunir e superar tais perspectivas, está a visão de território aqui adotada: a perspectiva Deleuze-Guattariana.

A noção de território aqui é entendida num sentido muito amplo, que ultrapassa o uso que fazem dele a etologia e a etnologia [...]. Os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes e aos fluxos cósmicos. O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido quanto a um sistema percebido no seio da qual um sujeito de sente “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nas quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos (GUATTARI, ROLNIK, 2011, p.323)

Portanto, aqui o território deve ser interpretado como “[...] um movimento mais centrípeto que centrífugo” (HAESBAERT, 2004, p.123), como um “[...] lugar compartilhado no cotidiano, criador de raízes, laços de pertencimento e símbolos que lhes dão sentido e motivam seus movimentos internos” (CARSALADE *et.al.*, 2012, p.05). Ancorado a este caráter subjetivo comum, os territórios são, por natureza, bem delimitados em níveis imateriais dotados de significado para aqueles que os constroem. São um “[...] espaço bem circunscrito pelo limite entre exterior e interior, entre o Outro e o semelhante[...]” (CHIVALLON, 1999, p.05 *apud* HAESBAERT, 2004, p.75). Consolidam-se pela identificação com lugares cujos sistemas de objetos e relações são semelhantes aos “nossos” e pela diferenciação daquilo que é externo ou diferente (COX, 2002).

Nossos corpos, por exemplo, são nosso primeiro território (PAOLIELLO, 2015). Através dele se revelam, de um modo geral, nossos hábitos culturais, nossa genealogia, nossa praxe alimentar e nossas práticas cotidianas. Similarmente, nossos territórios de vivência são construídos no dia-a-dia, por aproximação/repelência daqueles (ou daquilo) que (não)nos é

comum de modo que, significados pelo conjunto social, os lugares tornam-se territórios quando qualificados por atribuições de identificação e pertencimento.

Portanto, se as paisagens são a totalidade formada pela somatória entre espaço e lugar, elas são anteriores ao território já que é a dimensão identitária atribuída à cultura quem qualifica uma paisagem como a circunscrição à qual pertence um indivíduo. As paisagens são, sobretudo, a manifestação das relações sociais entrelaçadas aos lugares (NÓR, 2013) de forma que, através delas, é que são permitidos e vivenciados os “estados de espírito” aqui chamados territórios (DELEUZE, GUATTARI, 2010). De tal modo, por fim, a paisagem imprime, por intermédio da cultura, “[...] o resultado da integração entre todos os processos de organização do território que se exercem sobre [...] [os] lugares [e espaços] ao longo do tempo” (LEITE, 1994, p.94).

Sendo assim, uma das características mais marcantes do território é a territorialidade, “[...] esta ‘qualidade necessária’ [...]” (HAESBAERT, 2004, p.86) para sua construção. Intimamente relacionada ao pertencimento a este lugar comum “[...] onde a vida comunal acontece [...]” (CARSALADE *et.al.*, 2012, p.05), a territorialidade é uma condição territorial individual e/ou coletiva que expressa vínculos que entrelaçam e enriquecem a identificação simbólico-cultural de uma sociedade ou indivíduo para com seu território. Deste modo, a constância desses valores faz com que as subjetividades individuais e coletivas adquiram dimensão “[...] ao mesmo tempo individual e social, íntima e histórica [...]” (WISNIK, 2018, p.34) fazendo com que as histórias dos indivíduos sejam mescladas e permeadas pela dimensão territorial e vice-versa.

A força da territorialidade é tão significativa que transforma o território em um construtor de identidades. Isto porque, através dela, podemos reconhecer os significados simbólicos e culturais das relações sociais estabelecidas no lugar. Ser territorial é, portanto, pertencer a um território. Obviamente, a depender da ótica conceitual e/ou grupos sociais recortados, a territorialidade assumirá um sentido diverso.

O Estado nação [por exemplo] surge para promover tanto uma territorialidade, no sentido de controle de acesso, quanto no sentido de classificar e mesmo nomear as pessoas conforme seu lugar de nascimento. Toda existência “legal” dos indivíduos dependerá de sua condição territorial nacional. (HAESBAERT, 2004, p.89)

Vemos nestes exemplos que uma das formas mais comuns de se interpretar a territorialidade humana é a partir das relações de poder/controlado ou construção político-administrativa que fazemos sobre o espaço, guiados por uma forma de ordem geográfica. Por

vezes, a territorialidade humana também aparece associada àquela exercida no mundo animal por meio de uma demarcação territorial que, embora não seja física, delimita de modo efetivo os territórios sob controle e domínio dos indivíduos de cada espécie.

Seja comparada ao mundo animal – interpretada no sentido de construção de uma identidade cultural que permite controle simbólico sobre indivíduos e territórios – ou na perspectiva político-econômico de organização e a apropriação do espaço, um julgamento comum a todas as formas de interpretar a territorialidade está no fato dela se estabelecer como uma concretude que une os membros de determinado grupo social (GOTTMAN, 1973, p.220). Nessa perspectiva, constitui-se como a representação da identidade cultural de um povo muito mais que, simplesmente, sua localização geográfica. Portanto, enquanto laço territorial, a territorialidade é a qualidade que traduz a necessidade de estabelecer uma relação espiritual com o espaço-lugar de vida.

Assim, a territorialidade está expressa no nível do cotidiano. Compõe-se pelas pequenas coisas do dia-a-dia e da quotidianidade, de modo que a história de um dado local se mescla e se transforma na história de cada indivíduo nele habita. Assim, “por sedimentação, [...] se transforma no que Nietzsche chamou de “diário/figurativo” (...) Diário que nos ensina “que podemos viver aqui porque vivemos aqui” (pp.169-170, grifo do autor)” (HAESBAERT, 2004, p.225). Por isso, a territorialidade se constitui como um elemento de coesão transformado em um “[...] inconsciente social e telúrico de cujo interior é *impossível* sair” (WISNIK, 2018, p.35), manifestando-se nas múltiplas tribos, comunas ou departamentos a que possamos pertencer.

Como relação territorial, a intensificação ou atenuação da ligadura territorial da qual se define a territorialidade pode ser tomada como fator indicador de mudanças no território. No âmbito desta pesquisa, por exemplo, tanto a disputa territorial denunciada por Drummond (1930, 1973; WISNIK, 2018), quanto os tantos outros processos de territorialização privada praticados pelos agentes hegemônicos, são capazes de demonstrar a dimensão territorial atrelada aos contextos políticos e econômicos por meio da interferência desses agentes nas territorialidades pré-existentes.

Novamente recorrendo à produção Drummondiana, será possível notar o quanto se metamorfoseou a territorialidade do autor por ação da introdução, agora em seu território de trabalho (Belo Horizonte), de uma nova territorialidade de natureza minerária.

Triste Horizonte. Por que não vais a Belo Horizonte? a saudade cicia/ e continua, branda: Volta lá./ Tudo é belo e cantante na coleção de perfumes/ das avenidas que levam ao amor,/ nos espelhos

de luz e penumbra onde se projetam/ os puros jogos de viver. / Anda! Volta lá, volta já. E eu respondo, carrancudo: Não./ Não voltarei para ver o que não merece ser visto./ o que merece ser esquecido, se revogado não pode ser./ Não o passado cor-de-cores fantásticas./ Belo Horizonte sorrindo púbere núbil sensual sem malícia./ lugar de ler os clássicos e amar as artes novas./ lugar muito especial pela graça do clima/ e pelo gosto, que não tem preço./ de falar mal do governo no lendário Bar do Ponto./ Cidade aberta aos estudantes do mundo inteiro, inclusive Alagoas,/ ‘maravilha de milhares de brilhos vidrilhos/’ mariodeandrademente celebrada./ Não, Mário, Belo Horizonte não era uma tolice como as outras. / Era uma provinciana saudável, de carnes leves pesseguíneas./ Era um remanso, era um remanso/ para fugir às partes agitadas do Brasil,/ sorrindo do Rio de Janeiro e de São Paulo: tão prafrentex, as duas!/ e nós lá: macio-amesendados / na calma e na verde brisa irônica... Esquecer, quero esquecer é a brutal Belo Horizonte/ que se empavona sobre o corpo crucificado da primeira. (...) Fujo/ da ignóbil visão de tendas obstruindo as alamedas do Senhor./ Tento fugir da própria cidade, reconfortar-me/ em seu austero píncaro serrano./ De lá verei uma longínqua, purificada Belo Horizonte/ sem escutar o rumor dos negócios abafando a litania dos fiéis./ Lá o imenso azul desenha ainda as mensagens/ de esperança nos homens pacificados - os doces mineiros que teimam em existir no caos e no tráfico./ Em vão tento a escalada./ Cassetetes e revólveres me barram/ a subida que era alegria dominical de minha gente./ Proibido escalar/ Proibido sentir/ o ar de liberdade destes cimos,/ proibido viver a selvagem intimidade destas pedras/ que se vão desfazendo em forma de dinheiro./ Esta serra tem dono. Não mais a natureza/ a governa. Desfaz-se, com o minério,/ uma antiga aliança, um rito da cidade./ Desiste ou leva bala. Encurralados todos,/ a serra do Curral, os moradores/ cá embaixo. Jeremias me avisa:/ ‘Foi assolada toda a serra; de improviso/ derrubaram minhas tendas, abateram meus pavilhões./ Vi os montes, e eis que tremiam./ E todos os outeiros estremeciam./ Olhei terra, e eis que estava vazia,/ sem nada nada nada’. Sossega minha saudade. Não me cicies outra vez o impróprio convite. Não quero mais, não quero ver-te, meu Triste Horizonte e destroçado amor. (ANDRADE, 1976)

É possível notar, no poema, o abalo territorial sofrido pelo autor ao assistir o avanço da mineração na transformação de Belo Horizonte tanto em uma perspectiva espacial-econômica, quando na identificação do poeta para com o lugar. Como neste exemplo, vemos que os conflitos territoriais acabam por modificar em grande monta as relações com o território, sejam elas individuais ou coletivas, materiais ou abstratas. Em muitos casos, a ação de novas territorialidades pode, até mesmo, expulsar de seus territórios aqueles que, de fato, pertencem ao lugar.

Tais disputas são, muitas vezes, protagonizados pela introdução de práticas econômicas hegemônicas – como foi para Drummond por influência da mineração nas serras belo-horizontinas. A este respeito, Carsalade (*et.al.*, 2012) afirmam que as atividades de

grande porte são evidentes exemplos de agentes transformadores com alto potencial de intervir na composição dos territórios. Como efeito, também induzem ou modificam as relações territoriais previamente estabelecidas e, neste caso,

[...] a mineração é muito representativa, uma vez que é uma atividade que exerce grande alteração na paisagem e no espaço [...] Além disso, a mineração é capaz de alterar substancialmente a estrutura e configuração de agrupamentos sociais e comunidades, visto que reconfigura o território por completo e suas relações, (des)construindo referências espaciais e culturais. Há situações onde observamos a completa destruição de lugares, desvinculando as raízes e identidade de famílias e grupos com o lugar. (ACCIOLY, 2012, p.65)

Assim, como a mineração fez em Belo Horizonte – e faz, ainda hoje, em muitos territórios brasileiros conforme foi evidenciado no capítulo 2–, diversas outras atividades podem atuar de modo similar nos territórios individuais e coletivos, provocando conflitos de variadas ordens e naturezas. De tal modo, nem sempre é permitido aos territórios, no nível psicológico aqui abordado, existir. Vimos em situações fatídicas – como no constante e ininterrupto avanço da indústria mineradora sobre a cidade de Itabira (WISNIK, 2018) e de Belo Horizonte (DRUMMOND, 1976) ou nos sucessivos desastres minerários ocorridos no Brasil nos últimos anos – que, frente ao avanço descabido do mundo sobre ele mesmo, os territórios têm sido, de muitas formas, chamados a desaparecer (HAESBAERT, 1958). E, neste ponto, o capitalismo é força motriz, afirmação que podemos comprovar.

Em primeiro lugar podemos citar os efeitos do imposto e cada vez mais intensificado processo de globalização através do qual, em muitos termos, o mundo tem tendido a se homogeneizar. Diante dele, muito embora uma força resultante impulsione, em paralelo, a revalorização das particularidades e saberes locais (FRÓIS, 2004), os lugares têm tendido ao desaparecimento. As culturas, ao apagamento. E, as histórias, ao esquecimento. Despidos das particularidades e significados únicos que atribuem a uma determinada paisagem a qualidade territorial, os territórios acabam por perder sua essência enquanto lugar. Os lugares tornam-se simples espaços. E os espaços se transformam em ambientes comuns. E assim, gradativamente, precisamos reconstruir e redefinir nossa territorialidade em acordo com as mudanças territoriais que nos são impostas.

Não seria devaneio pensar, sob essa perspectiva, em uma territorialidade dominante praticada pelos agentes detentores do poder dentro da lógica capitalista. Acaso não é verdade como um grande centro urbano tem características muito semelhantes no Oriente e no Ocidente? Ou como as precarizações periféricas se repetem de Norte a Sul? Os problemas

urbanos também parecem ser sempre os mesmos, em qualquer lugar do mundo. E não é verdade que o comércio de todo canto é dominado pelas mesmas grandes marcas? No mundo todo, por ação de padrões culturais hegemônicos, nossas vidas são majoritariamente regidas por hábitos e formas comuns, o que coloca em cheque as nossas individualidades territoriais. Diante disso, mesmo e ainda que estejamos, cada vez mais, vivenciando um aprofundamento conceitual sobre os espaços, lugares e territórios a partir de suas dimensões imateriais, estamos nos permitindo despir de nossa pluralidade cultural, um dos principais fatores que caracterizam um espaço como lugar e a paisagem formada por estes dois como território. Se os lugares desse sistema hegemônico são, em essência, genéricos, a que território devemos pertencer?

Ainda, inseridos em na lógica cultural global de consumo desmedido (LEONARD, 2008) instrínseco à “sociedade do espetáculo” (DEBORD, 2007), somos induzidos(as) a todo tempo a consumir mais, a trocar pelo novo e a descartar o que não é mais moderno. A partir daí, são introduzidos em nossas culturas objetos e sistemas de objetos que nos aproximam, cada vez mais, de um modelo cultural hegemônico. “É uma integração mundial não só econômica, mas com uma dimensão política, social e cultural” (LIMA *et.al.*, 2019, p.02).

Somando-se a isto, como ensinou Haesbaert (1958), os modernos sistemas de comunicação e locomoção transformaram-nos em uma sociedade em rede. Agora, não existem mais barreiras territoriais ou limites para a integração: “O mundo das divisões [geográficas] territoriais, dos Estados Nação, na forma de colcha de retalhos, estaria condenado frente ao mundo das redes [...]” (HAESBAERT, 1958, p.20). Deste modo temos, por um lado, os benefícios trazidos por uma integração mundial em níveis informacionais, de conhecimento e de possibilidades; Por outro, a “deslugarização” dos agentes globais permite a ação de agentes externos sobre territórios diversos, transformando os contextos de todo o mundo em lugares “[...] não puramente locais, nem genericamente globais, mas sim, *glocais*” (XAVIER, CARNEIRO, 2020, p.23). Nisso, “os padrões globais [...] vêm sendo seguidos, deixando de lado os padrões locais, e acabam por promover uma descaracterização dos hábitos culturais em detrimento dos modelos globais aderidos” (LIMA *et.al.*, 2019, p.02).

Entretanto, há controvérsias com relação à denunciada ação da globalização sobre os padrões culturais, como é o caso de Fróis (2004, p.02) quando defende que “[...] a ideia de que a conformação de uma cultura global comunitária homogênea é impraticável”. Em seu estudo, a autora assume uma postura contrária à “crise da territorialidade dominante” denunciada por Haesbaert (1958, p.20). Em nenhum momento, nega a influência da globalização nas culturas mas posiciona-se favorável à implementação das culturas ou criação

de novas formas culturais e não à sua rarefação.

Neste caso, os indivíduos seriam, para a autora, a principal fonte de introdução de novos elementos nos sistemas culturais já consolidados. A partir de referências individuais possibilitadas pelos processos globais, ocorreria um espelhamento na cultura à qual aquele indivíduo pertence. Essas modificações, entretanto, não seriam, segundo sua visão, suficientes para promover o apagamento de uma cultura devido a fatores diversos como, por exemplo, à pouca projeção ou a dificuldade de aceitação de um sistema cultural sobre outro, como a tentativa da cultura ocidental de se sobrepor à oriental.

A globalização representa, ao mesmo tempo, interpenetração e interconexão marcadas pela supremacia do capital e do mercado [...] e potencialização da demanda por singularidade e por espaço para a diferença. Se nas instâncias econômicas a globalização significa o retraimento da soberania dos estados sobre essas, nas instâncias culturais o processo encontra a necessária resistência à perda das identidades e à anulação de culturas. (FRÓIS, 2004, p.06)

Apesar do pertinente argumento apresentado pela autora, segundo as compreensões norteadoras desta pesquisa acadêmica, a necessidade de afirmação de identidades enunciada não tem sido suficiente para promover considerável defensiva frente às investidas dos agentes capitalistas. Diante delas, concordamos que muitos sistemas culturais, geralmente os mais fechados e indisponíveis ao novo, mantêm-se pouco alterados. Contudo, a grande maioria dos territórios e suas respectivas culturas já estão inseridos em uma lógica de capitalização que comprova a capacidade da globalização – inflada pelo capitalismo – de impor padrões e modelos culturais. Nisso, “[...] pouco se pode prevenir em relação a nosso próprio lugar, por mais vigilantes e cuidadosos que sejamos em guarda-lo” (BAUMAN, 2003, p.100). Portanto, na lógica aqui considerada, as redes globais estão a serviço tanto dos processos sociais, quanto da desestruturação dos territórios (HAESBAERT, 2004). E a globalização, sobretudo a econômica, profetiza abalos expressivos nas identidades territoriais (MARX, ENGELS 2018), como demonstrou Drummond (1976).

Assim, por intermédio de formas criativas de se destruir o espaço (BRENNER, 2014) em nome de sua reconstrução (LEITE, 1994), além dos rearranjos políticos decorrentes, a globalização econômica também provoca a modificação estrutural das sociedades. Nesse arranjo de forças, as paisagens e territórios têm seus elementos constantemente modificados de acordo com os anseios dos agentes hegemônicos em cada período histórico. Desse modo, ainda que os territórios não se resumam à suas atribuições físicas, necessitam delas para existir, de forma que destruir criativamente o espaço é, também, destruir uma paisagem e, em

consequência, os territórios à ela vinculados.

A este processo de desvinculação territorial, dá-se o nome de desterritorialização, “uma das características centrais do capitalismo e, mais ainda, da própria modernidade” (HAESBAERT, 1958, p.22). No Manifesto Comunista, (2018), embora os autores não tenham utilizado o termo desterritorialização, já manifestaram certa preocupação com as consequências da ação dos capitais globais sobre os territórios.

Inseparáveis, territorialização e desterritorialização caminham juntas. Estão postas para provar, respectivamente, a importância das mediações socioespaciais nas construções culturais/afetivas e a debilitação dessas mesmas construções em função das subordinações locais aos critérios do lucro e da acumulação globais. Nessa lógica sistêmica, a territorialização de agentes hegemônicos tem como um de seus resultados a desterritorialização de povos e comunidades descapitalizados.

Importante ressaltar que, como todos os demais conceitos aqui tratados, essa desterritorialização pode assumir compreensões diversas nos campos econômicos, políticos, geográfico e/ou culturais e a depender do grupo a que faz referência, bem como da vinculação com a compreensão territorial. Se, por um lado, para os capitais e classes mais afortunadas, a desterritorialização é positiva e faz referência à abstração locacional e monetária permitida pela pós-modernidade, para as classes desfavorecidas, desterritorialização tem a ver com privação do espaço-lugar e dos meios de consumo e produção. E, mais que ser compulsoriamente desvinculado do espaço físico, estar desterritorializado nos moldes aqui propostos, é estar fragilizado em níveis de pertencimento, de reconhecimento e de identificação (SAID, 1990). É estar desvinculado de seu modo de vida, da sua cotidianeidade, da sua base existencial e de memória. É estar desenraizado por meio da exposição dos problemas territoriais. Nesses processos, os sujeitos desterritorializados são levados a abandonar “[...] as relações [com] as quais aprende cotidianamente a se significar” (PAOLIELLO, 2015 p.16).

Em disputa, especialmente sob a ótica da globalização econômica que consagra o capitalismo como uma máquina desterritorializadora (DELEUZE, GUATTARI, 2010), os territórios são sujeitados a situações tais que ameaçam a manutenção de sua própria sobrevivência enquanto condição para perpetuação de modos de vida. Tal situação resulta em processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização em níveis físico-geográficos e simbólico-culturais (SANTOS, 2007). De tal modo, “[...] os sistemas maquínicos [...] [nos] levam a atravessar, cada vez mais rapidamente, as estratificações materiais e mentais” (GUATTARI, ROLNIK, 2011, p.323), o que seria, então, a característica

primordial dos territórios: a dinâmica basal da des-re-territorialização (DELEUZE, GUATTARI, 2010).

Em grande parte das vezes, entretanto, essa dinâmica ocorre por ação de forças externas, como produto de agenciamentos maquínico-capitalistas de influência territorial e a problemática está exatamente aqui. Quando a des-re-territorialização não é impulsionada por espontaneidade do indivíduo ou conjunto de indivíduos, as desterritorializações são compulsórias, ancoradas na lógica das maquinações capitalistas, e as (re)territorializações são, conseqüentemente, muito precárias.

Quando somos nós que definimos o território dos outros, de forma imposta, eles não estão de fato se territorializando, pois se “territorializado” por outros, especialmente quando completamente contra nossa vontade e sem opção, significa desterritorializar-se. Assim, “reterritorialização” implica um movimento de resistência – à desterritorialização imposta pelo movimento de territorialização comandado por outros. (HAESBAERT, 2004, p. 262)

Nessa lógica, com modificações territoriais tão intensas provocadas por ocasião da territorialização de terceiros, o que acontece com os territórios previamente estabelecidos? Como essa situação pode modificar um território? Em que resultam os conflitos territoriais ali estabelecidos? Sendo a paisagem, como vimos, o conteúdo fundamental do território, como ela se mantém ou se altera em consequência dessa introdução? São informações como essa que pretendemos investigar no próximo capítulo desta dissertação. Para tanto, a partir das discussões paisagísticas e territoriais aqui desenvolvidas, buscaremos agora nos debruçar sobre a definição da unidade de análise que nos permitirá levantar as informações pretendidas: a Paisagem da Destruição.

Dentre os agenciamentos maquínicos que acabamos de conhecer (DELEUZE, GUATTARI, 2010) e fazendo referência às discussões fundadoras construídas principalmente com o auxílio das formulações de Harvey (1989, 2001, 2004 e 2007) e Wisnik (2018), já sabemos que as maquinações minerárias têm considerável participação no âmbito da economia e da produção/alteração do espaço. Isto, desempenhando, fundamentalmente, os papéis de grande propulsor econômico (BRASIL, 2013) e, concomitantemente, potencial agente desterritorializador compulsório (HAESBAERT, 2004). Nesse sentido, fundamentada, ainda, na influência da cultura nas concepções paisagísticas – vistas, por exemplo em Castriota (2013, 2017) –, em sua possibilidade de leitura espacial – ensinadas por Duncan (1990) e Drummond (1930, 1973, 1976) – e na interligação recíproca entre as paisagens, culturas e as perspectivas territoriais – clareadas, principalmente, por Santos (1999, 2007),

Haesbaert (1958, 2004, 2007) e por Deleuze e Guattari (2010) –, podemos definir a Paisagem da Destruição como aquela que, por intermédio da ação dos agentes hegemônicos, expressa o viés negativo da globalização sobre os ambientes locais. Ainda, mais que isso, como aquela que revela a forma como o local absorve e responde tal interferência. É, portanto, fruto da *glocalização* ensinada por Haesbaert (2004), que tem como um de seus principais pilares a ação de

[...] territorializados que desterritorializam por uma reterritorialização sob seu comando e desterritorializados em busca de uma outra reterritorialização, de resistência e, portanto, distinta daquela imposta pelos seus desterritorializadores. (HAESBAERT, 2004, p. 259)

De tal modo, Paisagens da Destruição estão intrínsecas ao capitalismo. São aquelas que expressam tanto a desvinculação simbólico-cultural e territorial dos(as) compulsoriamente desterritorializados(as) com o lugar do presente ao mesmo tempo em que mesclam, formando um todo híbrido, as identidades contidas no território atual e no antigo. São paisagens transformadas (MACEDO, 2001, 2012) por ocasião da ação de atores territoriais hegemônicos. São, por definição, aquelas através das quais o conjunto compulsoriamente desterritorializado pode ser percebido. São, portanto, fenômenos caracterizados pela mudança, causados pela efetiva ação de fragilização territorial praticada pelos agentes hegemônicos. Em outros termos, poderíamos dizer que são uma espécie de paisagem cuja expressão não reflete a cultura dos(as) que foram imperiosamente forçados a se desvincular de seu território. Justamente porque não foram os hábitos e práticas culturais do grupo desterritorializado que formaram aquela paisagem. Deste modo, expressam, fundamentalmente, a desterritorialização de muitos causada pela territorialização imperante de poucos.

Assim, como marca expressiva dessa ação da “territorialidade dominante” sobre as territorialidades previamente construídas, o conceito aqui colocado propõe agrupar os componentes materiais e imateriais, espaciais e subjetivos, resultantes de processos de territorializações desterritorializadoras. Percebida em diversas formas, a Paisagem da Destruição pretende, deste modo, reunir informações relativas ao território que foi (ou não) construído no movimento, na mudança, na transformação. Busca englobar não somente as características físico-materiais da paisagem gerada por este processo des-re-territorializador mas, também – e, talvez, principalmente –, a esfera sociocultural ligada à progressiva exclusão disposta pelo capitalismo, onde “[...] não se detecta em seu uso outra função, sentido

ou fundamento que não seja reafirmar e colocar certos lugares e grupos sociais para fora da cidade” (OLIVEIRA, 2007, p.207).

Em sua imaterialidade, pode ser apreendida com o auxílio daqueles e daquelas que a vivenciam ou pela utilização de técnicas de observação direta. Aqui, os(as) sujeitos(as) que a experimentam têm papel primordial já que, sendo as paisagens experiências sensíveis únicas e individuais (SANSOT, 1983), somente quem a experimenta é capaz de descrevê-la. Em sua materialidade, por sua vez, pode ser expressa por intermédio de fatores materiais delatores dos processos de transformação territorial que nelas ocorre, exprimindo as formas como as relações sociais estão organizadas ou transformadas e, portanto, revelando-nos “[...] como estão imbuídas em seus planos os ideais interessados de um grupo [territorial] para com outros” (MARTINS, 2009, p.886). Combinando seus aspectos tangíveis e intangíveis, a Paisagem da Destruição é capaz de expressar a integralidade da realidade local uma vez que, na lógica das formas urbanas, os processos em curso são revelados (SANTOS, 2007) e, nos relatos daqueles(as) que a vivem, é dito sobre os agentes envolvidos nas transformações em curso, bem como de suas posições sociais e formas de atuação/integração.

No caso específico desta pesquisa, a Paisagem da Destruição em Mariana é fruto da desterritorialização compulsória provocada pelo rompimento da barragem de Fundão. Compõe-se pelo todo formado pelo conjunto dos elementos visíveis e não visíveis que só existem hoje em consequência do rompimento. Portanto, em primeiro lugar, está associada à exclusão do acesso à terra e à destruição da base espacial de existência do grupo de atingidos e atingidas, em cuja dinâmica de relações, poderes e saberes significavam os lugares destruídos. Em segundo, está ligada ao fato de que, forçadas a se reterritorializar em outras bases existenciais, a inclusão dessas comunidades em um novo cenário territorial possui reverberações de ordens sociocultural, físico-urbana, relacional e rentária em razão do contexto de seu acontecimento. Nesse sentido, manifesta não somente a defluência das práticas territoriais hegemônicas globais sobre uma paisagem territorial local, como a particularização local de absorção desses influxos, transformando o local em *glocal* (HAESBAERT, 2004) ou, dizendo em outros termos, em uma Nova Mariana (CARERI, 2013). Deste modo, por meio da *glocalização*, a Paisagem da Destruição marianense expressa, mais que essa combinação e entrecruzamento de processos multiescalares, um dos efeitos provocados pela multiterritorialidade permitida aos poucos privilegiados no sistema de capitais: a desterritorialização de muitos.

Portanto, no próximo capítulo descreveremos a utilização deste novo conceito no que tange ao caso específico da situação dos atingidos e atingidas pelo rompimento da barragem

de Fundão. Para isso, faremos não somente um relato qualificado dos aspectos socioculturais da Paisagem da Destruição em Mariana, expressa pela situação atual das famílias atingidas, como também uma descrição da aplicação metodológica prática que permitiu identificar, nesta paisagem, a manifestação material dessa nova realidade territorial *glocalizada*.

2 PAISAGEM DA DESTRUIÇÃO: O CASO DE MARIANA

A esta altura, tornou-se evidente o entrelaçamento recíproco entre a paisagem e o território estando, esta primeira, circunscrita ao “*estado de espírito*” (DELEUZE, GUATTARI, 2010) de que se constitui a qualidade territorial. Assim, o conjunto completo de tudo aquilo que designa um território é sumariado e expresso por meio da paisagem. Reunidos, esses componentes significam e atribuem valor e particularidades específicas ao espaço que, agora transformado em lugar, pode ou não criar/reforçar/desestruturar os vínculos de identificação e pertencimento capazes de elegê-lo como território.

Vimos, entretanto, que processos correntes como os de globalização e aceleração econômica, fomentados pelo capitalismo, têm ameaçado a diversidade de existência desses sistemas culturais únicos. Observamos, ainda, que são estes os mesmos processos que têm promovido investidas tais sobre as paisagens e territórios que sinalizam, muitas vezes, mais que a modificação e/ou homogeneização cultural, processos de territorializações desterritorializantes (HAESBAERT, 2004) praticados pelos agentes hegemônicos de poder.

Nesse sentido, a Paisagem da Destruição definida no capítulo anterior está posta como a unidade de análise elegida para permitir as investigações de cunho paisagístico-territorial vinculadas a esses avanços desmedidos. Dessarte, a partir da identificação do desastre-crime sociotecnológico e ambiental do rompimento de Fundão como uma situação de conflito que maculou a paisagem de tantos territórios atingidos, neste capítulo, alcançaremos efetivamente os objetivos propostos pelo presente estudo. Aqui, iremos relacionar o rompimento, também, às modificações que a ele se seguiram e que transformaram a realidade de Mariana no que definimos, nesta dissertação, como Paisagem da Destruição.

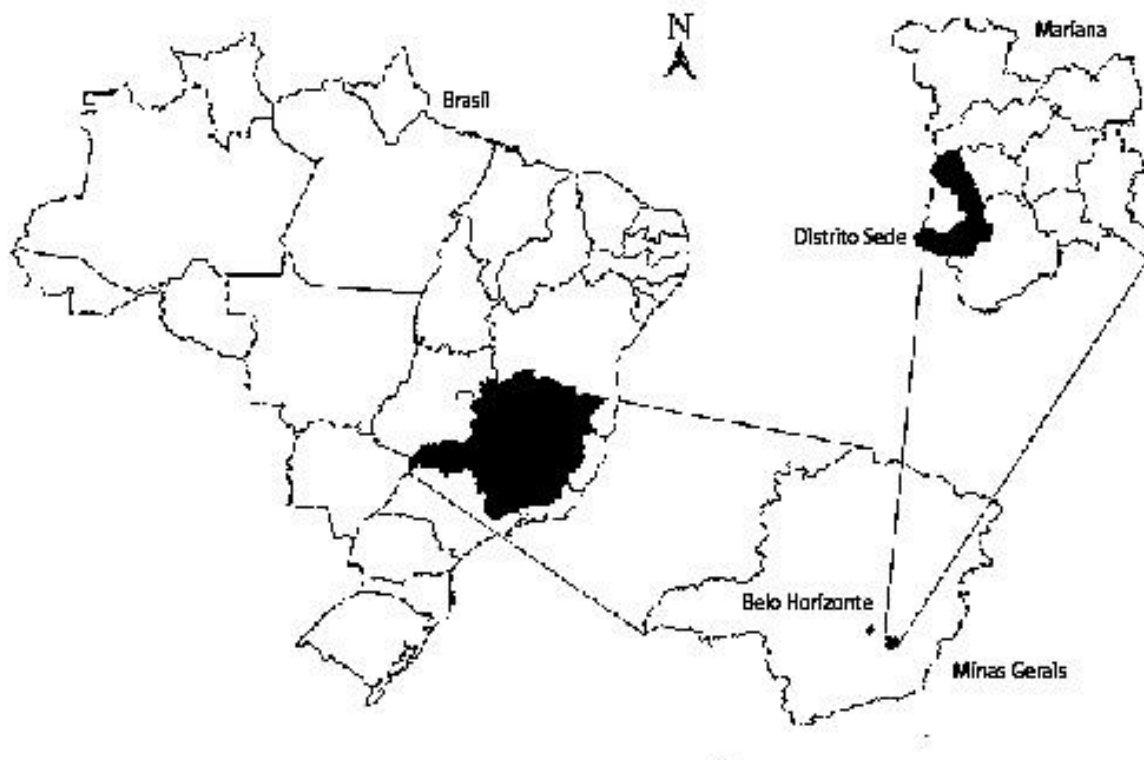
Para tanto, inicialmente, contextualizaremos o desastre-crime de Fundão sob perspectivas com as quais corrobora a autora. Em seguida, elaboraremos um relato qualificado sobre os aspectos intangíveis da Paisagem da Destruição em Mariana por meio da descrição da realidade vivenciada pelos núcleos familiares atingidos desde o rompimento até os dias atuais. Depois, tomaremos a cidade como um campo aberto para o reconhecimento dos processos contidos em seu interior formulando um levantamento dos elementos visíveis que compõem essa paisagem e buscando identificar como o rompimento em Fundão e a realidade relatada pelos atingidos e atingidas tem sua autobiografia impressa na paisagem material local (GOMES, 1999). Por fim, elaboraremos uma discussão sobre os elementos materiais e imateriais levantados, buscando relacioná-los entre si à luz do conceito da Paisagem da Destruição.

2.1 O desastre de Fundão como estudo de caso

[...] o tempo celerado da mercadoria que come por dentro, como que despercebido, mas que se revela instantâneo e devastador. (WISNIK, 2018, p.43)

Localizado na porção central do estado de Minas Gerais (Figura 5), a 112km de Belo Horizonte, a história do município de Mariana é conhecida por sua trajetória econômica e arquitetura colonial. A primeira capital do estado de Minas Gerais tem seu surgimento datado do século XVII em razão da descoberta de ouro no Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo. Desde então, a consolidação e crescimento do município têm relação direta com a emersão da atividade mineradora no local (OLIVEIRA, 2017). A partir dali, Mariana assistiu “[...] à entrada em cena, insidiosa e sem estrépito, de [...] [uma] agência lógica e econômica, a do comprador-explorador internacional (WISNIK, 2018, p.138). Hoje, mais de 300 anos após seu surgimento, como se com uma dívida impagável à economia de saque material (WISNIK, 2018), os agentes mineradores continuam enriquecendo através da extração, principalmente, do ferro contido nas terras municipais (GARCIA, 2016).

Figura 5 - Localização do município de Mariana



Fonte: SOUZA, MELO, 2012 (Modificado pela autora)

Além de um importante polo extrativo mineiro, o município é também conhecido pelo valor artístico e histórico guardado em seu patrimônio cultural (Figura 6). Além disso, dentre

as cidades coloniais do estado, Mariana é a única que contou com ações de planejamento urbano, compondo-se por monumentos de relevante valor histórico e artístico que narram sobre os tempos áureos do Brasil Colônia. Por essa razão, o município é também um dos principais destinos turísticos do estado de Minas Gerais, tendo como vizinha a também histórica e minerária Ouro Preto.

Figura 6 - Vista do distrito sede do município de Mariana



Fonte: JORNAL O ESPETO, 2020.

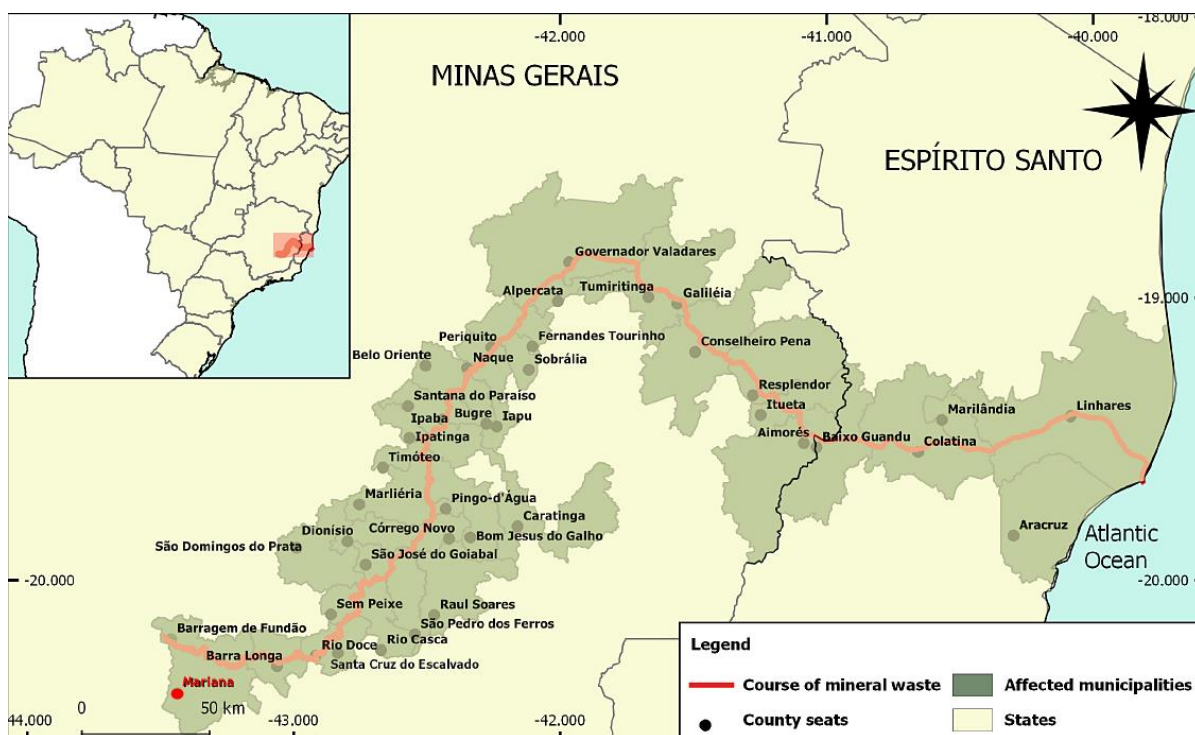
Para autores como Ferreira (2016, p.33), além dos traços arquitetônicos e urbanísticos de uma cidade colonial, “Mariana traz no seu DNA a cultura da extração”. Isto porque a responsabilidade de ter se estabelecido como um dos principais fornecedores de ouro para a Coroa Portuguesa ainda tem seus reflexos no município. Até hoje Mariana é, essencialmente e do ponto de vista econômico, um município minerador (BRASIL, 2014). Por isso, é também fortemente dependente da prática de mineração. Para dimensionar essa relação subordinada, basta observar o fato de que, no estado mineiro, Mariana é um dos municípios que contribui de forma mais significativa ao produto financeiro estadual proveniente da extração, beneficiamento e comercialização de minérios (BRASIL, 2014). Além disso, mais de 70% da receita municipal advém da arrecadação de CFEM, somada ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias (ICMS) e de Imposto sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (SALINAS, 2016).

Apesar da relação de dependência econômica que se estabeleceu no município com o passar dos séculos, há de se considerar a relevância da prática mineradora para o crescimento

e desenvolvimento de Mariana. De acordo com as determinações legais, por exemplo, a própria CFEM arrecadada deve ser aplicada em projetos que revertam em melhorias para a comunidade local, seja nas áreas da saúde e educação ou de infraestrutura e qualidade ambiental.

Não obstante, no alvo do interesse minerador, Mariana passou a conhecer também os perigos envolvidos no agigantamento da prática em seu território. Em 2015, o município foi acometido pelo rompimento da barragem de Fundão (Figura 7), que trouxe drásticas consequências não somente ao cotidiano municipal, mas de diversas localidades pelas quais passou ao atingir dois estados brasileiros até encontrar, 17 dias depois do colapso (MAB, 2016), o mar do litoral do Espírito Santo.

Figura 7. Percurso do rejeito proveniente do rompimento da Barragem de Fundão



FONTE: Zhouri *et al.*, 2017 (Modificado pela autora).

Conforme indicam os relatos das pessoas atingidas, na tarde daquele cinco de novembro, o dia havia começado como qualquer outro nos territórios destruídos de Mariana. As comunidades despertaram junto ao dia com o característico aroma do café colhido no quintal e coado na hora, como em todas as manhãs. Em alguns casos, nem mesmo se esperava pelo sol. O trabalho no campo começava cedo. As conduções que saíam em direção às cidades e comunidades circundantes tinham horário certo. Também já era hora do mercado abrir, das crianças irem para a escola e de se iniciarem os cuidados com as criações e as amplas roças.

Os ônibus e carros das mineradoras locais iam e vinham carregando funcionários. Muita gente da comunidade trabalhava lá. Aquela senhora que gosta do sol da manhã também já estava a postos, no banco construído em frente à sua casa. A Dona Maria acenava da outra janela. Os vendedores da cidade em breve chegariam para apanhar os produtos cultivados organicamente nas hortas. Uma manhã normal. Tudo estava em seu devido lugar.

As brincadeiras na rua [...], corridas na praça para pegar bandeirinhas. O sabor do canudinho de doce de leite que a Maria da Fazenda vendia com a filha. O coral ensaiado pela Dona Lala. Dona Dercília e Dona Raimunda que cuidavam da coroação e, no final, davam doces para as crianças na saída da igreja. (SANTOS, 2016b, p.14)

Como em um piscar de olhos, as primeiras horas do dia se foram rapidamente. Os trabalhadores e trabalhadoras do campo logo chegaram para almoçar. As crianças do turno matutino enfeitavam as ruas com suas brincadeiras e euforia na volta para casa. As escolas logo se encheriam novamente para o turno da tarde. Algumas pessoas já estavam retornando da cidade de carona ou em seus veículos próprios. A tarde também parecia normal. As criações já começavam a buscar a sombra. O típico clima eximido de poluição sonora era, ao mesmo tempo, recheado de cantos de pássaros, murmuros de outros animais, cumprimentos de amigos, vizinhos, gente que ia e vinha ou que simplesmente, se conduzia à praça para conversar. O som do vento tocando as árvores era adornado pelo correr das águas dos rios e córregos que cortavam a comunidade ao mesmo tempo em que dava pra ouvir o falatório das pessoas na praça. Uma tarde normal. Tudo estava em seu devido lugar.

Filha do José, Marinalva questiona com o pai a veracidade da história que ouvia quando ainda era criança, sobre a mata que preenchia toda a região [de Bento Rodrigues]. Segundo a lenda, quando a última das tantas palmeiras que existiam na redondeza do subdistrito caísse, o lugar não existira mais. Elas se esgotaram dois anos antes [...]. (SANTOS, 2016b, p13)

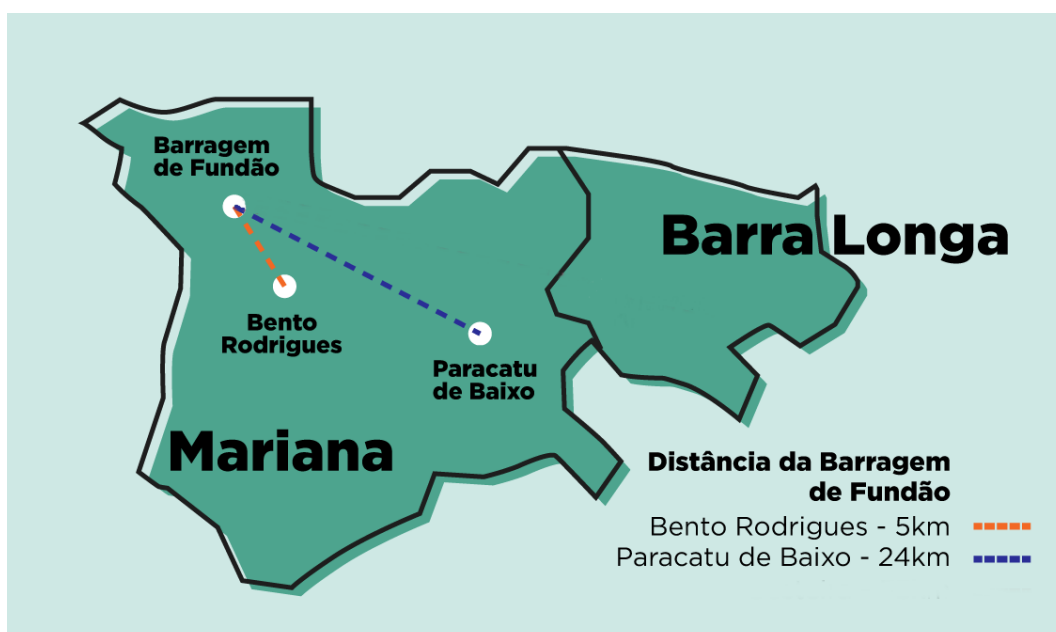
Naquela tarde aparentemente comum, a história professada pelos mais idosos logo veio a se concretizar. A comunidade de Bento Rodrigues foi a primeira a ouvir um estrondo. E apenas isso. Nada de sirenes, nada de alertas. Alguns minutos mais tarde, os próprios moradores entenderam o que acabara de acontecer: “o monstro havia rompido”. Em questão de segundos, essa realidade ideal – mas não irreal se analisada pela perspectiva das pessoas atingidas – se transformou. A fúria da lama de rejeitos de minério proveniente do rompimento da barragem de Fundão veio como um carro desgovernado. Destruindo tudo, invadindo o que estivesse ao alcance e sufocando a vida que um dia existiu nas comunidades atingidas. As

peessoas que nelas residiam, “[...] ao fugirem dos rejeitos que rapidamente tomaram as localidades, deixaram para trás os resquícios da vida que tiveram até 05 de novembro [de 2015]. Nada jamais seria igual” (SANTOS, 2016b, p.13).

Em meio ao susto e a tantas dúvidas sobre o que estava a ocorrer e como seria o futuro dali para frente, em uma tentativa desesperada de permanecer em segurança, as comunidades dos locais destruídos se viram forçadas a separar-se de suas origens, a retirar-se do lugar de suas raízes. Apesar de todos os problemas e percalços que poderiam haver nas antigas realidades, aqueles territórios é que foram elegidos como o local de pertencimento das pessoas atingidas e, este, não voltaria jamais. Os territórios destruídos não existiriam mais enquanto local de vida. As manhãs, tardes e noites seguintes agora possuiriam um gosto amargo, difícil de ingerir. Sem casa, sem pertences e, muitas vezes, sem notícias dos seus, a maior parte das pessoas desabrigadas pelo desastre foi conduzida para o distrito sede do município de Mariana.

Retiradas de seus locais de pertencimento, as comunidades ainda sentem na pele as consequências do atual modelo de mineração brasileiro. Em razão do desastre, as pessoas atingidas foram forçadas a lidar com uma abrupta mudança de realidades e rotinas. Grande parte delas perdeu completamente seu ponto de apoio existencial (SHULZ, 1980) em consequência da destruição de suas comunidades (Figura 8), como o subdistrito de Santa Rita Durão, Bento Rodrigues, e o distrito de Paracatu de Baixo, localizado próximo à divisa com o município de Barra Longa, também atingido pelo desastre-crime.

Figura 8. Localização das comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo



FONTE: CORREA, 2020

Nas horas e dias iniciais, pessoas do país inteiro se dedicaram à arrecadação de fundos, doações de roupas, mantimentos e o que mais fosse pertinente às necessidades básicas das comunidades atingidas naquele momento. A mídia em muito se inflamou com a possibilidade da cobertura do maior desastre sociotecnológico e ambiental da história brasileira. A comunidade acadêmica mobilizou esforços multidisciplinares em investigações sobre o ocorrido. As autoridades e alguns órgãos de administração pública locais agora precisavam estar de prontidão 24 horas por dia. Foi um tumulto. Os primeiros dias, meses e até anos pós-desastre, foram um período de muito assédio às comunidades atingidas. Mesmo que a intenção primeira fosse ajudar, as pessoas se saturaram de tantas perguntas, tanta ausência de respostas e aparente impossibilidade de realização dos planos que tinham para o futuro provando que nem tudo o que o desastre destruiu foi de imediato.

Desde a expulsão pela onda de rejeitos, os modos de vida essencialmente rurais foram/são colocados em cheque em razão do deslocamento dessas pessoas para um ambiente essencialmente urbano. Agora, já não é mais possível a criação de gado ou outros animais não domésticos. O mergulho na cachoeira se afastou do cotidiano. Não se consome mais aquilo que vinha da horta. Nem mesmo se tem produtos de época para vender, doar ou trocar. Sem juízo de valor, é inegável que, na cidade, a vida é outra. Nessa realidade flutuante, os núcleos familiares encontram-se relocados em moradias “temporárias”, desconectados uns dos outros, aguardando a concretização, conforme o acordado no processo de ressarcimento dos núcleos familiares atingidos, dos reassentamentos coletivos das comunidades destruídas e do pagamento das indenizações e implantação das demais medidas de reparação integral para dar início à reconstrução da vida (XAVIER, 2018)

Ainda hoje, muito se discute sobre as condições que levaram a estrutura ao colapso. Apesar disso, já é provado que circunstâncias de cunho institucional, políticas e técnicas contribuíram para caracterização de uma conjuntura tal que acabou por resultar no desastre-crime. Dentre os apontamentos que corroboram com a posição aqui adotada, estão aqueles que sustentam que o rompimento da estrutura de propriedade das mineradoras Vale Mineração S.A., Samarco Mineração S.A. e BHP Billiton não foi um acidente mas sim o produto de ações privadas que ignoraram as consequências da lógica econômica de curto prazo. Por sua ação, evidenciou a clara relação existente “[...] entre o desastre configurado por aquele empreendimento minerário e as [...] contradições do modelo de capitalismo extrativista que veio vigorando no país [...]” (ACSELRAD, 2018 *in* ZHOURI *et.al.*, 2018, p.158), revelando as marcas do desastre histórico de que se constitui o modelo mineral brasileiro.

Para mais certeza sobre isso, basta observar que o alvorecer do segundo milênio

trouxe, consigo, um potente *boom* econômico fomentado pela hipervalorização mundial dos minérios – especialmente do minério de ferro que, como vimos, é o mais abundante nos solos de Minas Gerais (XAVIER, 2018). Isso se deveu, em grande parte, à intensificação da corrida desenvolvimentista e à crescente demanda de países emergentes por produtos minerais. Diante dessa reivindicação global gradual, a reação das empresas mineradoras de todo o mundo foi, obviamente, expandir a produção. Dessa forma, entre os anos 2000 e 2013, a sextuplicação das importações globais de minério fez com que o preço da tonelada variasse de 32 a 196 dólares, sendo o Brasil o segundo maior país exportador do período (SALINAS, 2016). Na escalada econômica, a Samarco – uma das proprietárias da barragem – ocupou o segundo lugar mundial no ranking das exportações transoceânicas de minério de ferro (SALINAS, 2016). Tal posição pleiteou adaptações por parte da empresa, incluindo a busca por novas áreas de extração e deposição do material rejeitado.

Segundo dados do MAB (2016), neste período, a produção de rejeitos da mineradora Samarco passou de 16.358.589,00 Toneladas em 2010 para 21.978.000,00 Toneladas em 2014, demonstrando que Fundão foi construída como demanda do pico produtivo setorial e, portanto, materializou a alta do setor minerador no território de Mariana. Desde então, a estrutura passou a compor o Complexo de Germano, planta mineradora onde também se inserem as barragens de Germano e Santarém (MAB, 2016). No ciclo econômico em análise, breve recorte dentro da história minerária estadual e municipal, Fundão testemunhou os últimos anos de fulgor no produzir mineral. Isto porque a busca por novas áreas de extração e a intensificação da atuação nos territórios já minerados levou as empresas mineradoras a um ritmo produtivo tão acelerado que, rapidamente, a produção saturou o mercado mundial e, como resultado, o lucro passou a decair, dando início à uma fase de *pós boom* no preço das *commodities* minerais.

Diante disso, iniciaram-se esforços públicos e privados em nome da recuperação do setor. Por um lado, especialmente no Governo do ex-Presidente Michel Temer (2016-2018), o poder público buscou investir em estratégias de reestruturação, flexibilização e reformulação do modelo mineral brasileiro de modo a destravar o setor que enfrentava, no período de seu mandato, os desafios de um mercado saturado, com muita oferta e pouca demanda mundial (MILANEZ; COELHO; WANDERLEY, 2017). Por outro, para vencer o travamento, situações como a terceirização de serviços e mão de obra e o negligenciamento de normas e práticas de segurança se tornaram, a cada ano, mais frequentes entre as empresas de mineração, conjuntura apontada por autores como Zonta e Trocette (2016) e Davies e Martin (2009) como factíveis para instauração de conflitos socioambientais.

Antes do colapso, a “[...] arrecadação do município [de Mariana] com as mineradoras Vale e Samarco era de R\$ 30 milhões por mês em 2014. Hoje, de acordo com prefeito, é de pouco mais de R\$ 12 milhões. Uma perda de 60% em apenas cinco anos” (MARIANO *et.al.*, 2019, p.01). Apesar da queda, o exemplo de Mariana nos mostra que a mineração – enquanto agente atuante no território do município – parece factualmente possuir certo arbítrio nas questões relacionadas ao território e à modificação do espaço municipal. Tal fato nos leva de encontro ao enunciado por Harvey (1989) ao redigir sobre a produção/transformação capitalista dos espaços. Sob a perspectiva clareada pelo geógrafo, é possível notar como a prática interfere e, mais que isso, molda o ambiente físico-material em acordo com suas pretensões. Como consequência, as relações e dinâmicas pré-existentes nos territórios tornam-se fatores também remodelados por intermédio da mineração, provando que todo desastre “[...] envolve processos sociais complexos, eivados de disputas [...] [e] de resistências políticas” (ALMEIDA *et.al.* 2019, p.01).

Ao tratarmos dos impactos relativos ao colapso de Mariana, comumente o relacionamos a seus atroz resultados imediatos: a perda de numerosas vidas humanas, a destruição de enorme diversidade animal e vegetal, o assoreamento dos rios e córregos, a inviabilização de atividades econômicas, a poluição dos corpos hídricos, a remoção compulsória de comunidades inteiras de seu local de pertencimento, a destruição dos patrimônios material e imaterial, a morte de centenas de espécies animais e vegetais, a completa modificação da vida das pessoas atingidas e incontáveis outras consequências ulteriores. Para além deles, a “tragédia anunciada” (MARIANO *et.al.*, 2019) daquele 05 de novembro trouxe resultados muito mais profundos e complexos.

Sobre os números veiculados, por exemplo, “[...] dizer que 19 pessoas morreram [...] [não faz] jus a cada indivíduo que teve seu direito à vida subtraído pela passagem abrupta do rejeito” (BENTO; DRUMOND, 2018, p.02). Para as populações atingidas, o que restou depois de Fundão foram sucessivas violações de direito e a completa desestabilização das comunidades e municípios: “Hoje a mineradora vem, extrai e vai embora. O que fica para a população? Nada além daquele emprego momentâneo. A mineração não tem deixado legado para Minas e, mais que isso, se tornou uma inimiga” (BRETAS, 2019 *in* MARIANO *et.al.*, 2019, p.01). Hoje, quase cinco anos após o desastre, é possível perceber que a destruição causada pelo colapso é muito maior que a devastação material provocada pela onda de rejeitos.

Em Mariana, desde os tempos coloniais, a territorialização de agentes econômicos internacionais tanto trouxe uma potente fonte de recursos para o crescimento e

desenvolvimento do município, quanto resultou no maior desastre socioambiental do país, Produto dessa territorialização da máquina mineradora, a realidade vivenciada pelas pessoas atingidas desde o acontecimento do desastre confirma o fato de que “[...] a modernidade é talvez a primeira civilização que faz da desterritorialização seu princípio [...] (ORTIZ, 1999, p.67), tornando evidente o modo como a condição territorial e, portanto, os territórios, estão “[...] vinculados às ‘formas e normas a serviço de alguns’” (HAESBAERT, 2004, p.60). Enquanto isso, à massa de excluídos que se segue é permitida, apenas, uma reintrodução territorial débil.

No contexto do município, os conflitos territoriais soam gritantes já que a consolidação do vetor de avanço da exploração mineral sobre os territórios – impulsionada pela globalização e pelos moldes criativos de se destruir o espaço (BRENNER, 2014; LEITE, 1994) – demonstra não apenas as sucessivas desterritorializações praticadas pelos agentes setoriais, como também a assertiva Deleuze-guattariana (2010) que afirma que o movimento da des-re-territorilização é intrínseco ao capitalismo. No primeiro momento, calcado principalmente na remoção compulsória de comunidades inteiras de seu local de pertencimento. No segundo, com base na reinserção dessas pessoas em um cenário territorial completamente díspar dos anteriores.

Compulsoriamente desvinculados(as) de seus locais de identificação e pertencimento, por ocasião da ação de atores territoriais hegemônicos, a coletividade compulsoriamente desterritorializada foi submetida, depois de Fundão, à uma reterritorialização sob o comando de seus desterritorializadores. Nessa conjuntura, nasceu uma paisagem em transformação, metamorfose iniciada na destruição da materialidade das comunidades destruídas mas também transportada para o local do presente por meio do esforço dos atingidos e atingidas pela reterritorialização. Deste modo, no município, o fenômeno da Paisagem da Destruição se manifesta por intermédio da evidente fragilização socioterritorial à qual as famílias atingidas foram (e são) submetidas desde o desastre, situação que se reflete na paisagem citadina.

Diante de todo o exposto vemos que, dentre as tantas possibilidades de maquinação do mundo ensinadas por Deleuze e Guattari (2010) e por Wisnik (2018), a influência de Fundão como grande empreendimento de mineração ainda é uma forma expressiva de alterar substancialmente as paisagens e as relações territoriais das pessoas atingidas. Isso torna evidente que o projeto minerário, por si só, é capaz de promover impactos territoriais em diferentes níveis, setores e escalas da existência humana. E, ainda, que essas influências são inerentes a todas as etapas de execução do projeto minerador, inclusive, as fases pré e pós-mineração. Logo, o modelo de mineração brasileiro é um dos mais expressivos fomentadores

de Paisagens da Destruição. Por meio das consequências do desastre de Fundão, Mariana testemunhou e testemunha essa realidade, demonstrando a transformação da cidade pré-existente em um novo território.

Toda essa destruição chama a atenção para as contrariedades inerentes à aceleração contemporânea. Se há progresso, certamente não é para as comunidades atingidas já que, no capitalismo, tudo se tornou financeirizável. Inclusive, a vida. Lamentavelmente, nessa indústria de desastres, o ganho incide sobre poucos e o martírio recai sobre a grande maioria da população. Apesar da consciência de serem os minerais recursos finitos, mesmo que diante de realidades como a experimentada por Mariana, nossa sociedade ainda se esforça muito pouco na busca por alternativas econômicas que viabilizem a transição deste modelo predatório para outro mais sustentável. Em outras palavras, a luta e a busca pela minoração da atividade mineradora predatória ou por alternativas à minero-dependência (COELHO, 2017) são ainda muito tímidas e pouco amplas.

Apesar de todo o exposto, os sucessivos desastres que vem ocorrendo têm diluído o caráter habitual atribuído à onipresença da atividade minerária não somente em Minas, mas em todo o território nacional. Consequente da instabilidade econômica do capital minerador, a destruição causada pela ruptura estrutural tem nos advertido para as consequências danosas da excessiva valorização historicamente dada à atividade de mineração. Se é possível destacar algo de positivo proveniente destes episódios é que, agora, aquelas estruturas inócuas que permeiam o estado e o país – inerentes ao produzir minerário – já não são vistas com naturalidade, passaram a causar desconforto e, conseqüentemente, reação por meio de cobranças sociais direcionadas ao setor da mineração (XAVIER, TEIXEIRA, 2019).

Diante deste cenário, cada dia mais fica provado que, ainda que se produza expressiva riqueza, o setor da mineração também é potencialmente capaz de produzir não somente alterações espaciais como, também, grande sofrimento às populações atingidas por seus empreendimentos, alterando rotinas, cotidiano, perspectivas pessoais e projetos de vida. Frente a esses conflitos, matura-se a percepção de que estamos alimentando uma sociedade suicida, autodestrutiva, que tende a implodir. Apesar do potencial devastador, desastres dessa natureza acabam por se tornar modelos de negócio. Como comprovaram os processos de destruição criativa do espaço (BRENNER, 2014), tornou-se justificável destruir para reconstruir (LEITE, 1994). Sempre visando o lucro e a movimentação das indústrias, essa destruição criativa dos espaços gera, portanto, a “necessidade” de reconstrução dos lugares, movimentando indústrias como a da construção civil ou mesmo a própria indústria mineradora – fornecedora da matéria prima para fabricação do aço, por exemplo.

Diante deste cenário, conforme foi esclarecido na introdução, conheceremos em seguida os efeitos intangíveis e de longo prazo que formam a Paisagem da Destruição em Mariana. Para tanto, o próximo item terá como uma de suas principais referências jornais e revistas onde constam relatos dos próprios atingidos e atingidas cuja vida o desastre modificou. Importante recordar que essa direção metodológica foi tomada em razão das recomendações de distanciamento social impostas pelo contexto pandêmico vivenciado no tempo de elaboração deste estudo em razão da disseminação do Novo Coronavírus pelo mundo. Portanto, a partir dos relatos dos(as) próprios(as) atingidos(as), conheceremos a realidade do município sob a ótica da unidade de análise criada relacionando-a, em seguida, às discussões propostas por este estudo científico.

2.2 Ressignificações da realidade: a paisagem em sua imaterialidade

A lama passou. A comoção passou. A imprensa passou. O tempo passou. [...] A comunidade reunida não tem mais. A alegria de viver juntinho não tem mais. O que tem – e não tinha – são as pessoas se adoecendo por causa de um trauma tão grande. Isso passa na cabeça de quem diz que o pior já passou? (SANTOS, 2016a, p.13)

Como nos sugere essa epígrafe e nos mostrarão os depoimentos das pessoas atingidas, hoje, os territórios destruídos e as relações neles estabelecidas estão encobertos por novos depósitos de rejeitos de mineração (Figura 9).

Figura 9. Imaterialidades da destruição

Como está o seu negócio?

Iracema nos recebeu na cozinha de sua casa, no bairro Colina, em Mariana, enquanto terminava o almoço. Sentada no sofá, releu a matéria publicada na edição número 5, em agosto de 2016, que falava sobre o trabalho que ela desenvolvia na sorveteria que tinha em Paracatu. Iracema não esperou para responder que nada havia mudado daquela entrevista pra cá. Os sorvetes naturais, com a nata do leite e as frutas colhidas no quintal de casa, de acordo com a "época" de cada uma, não conseguem existir da mesma maneira sem a comunidade. O que aumentou foram os consertos de roupa, que também fazia. O sentimento por trás da frase "Eu quero minha casinha de volta", agora carrega o peso de dois anos de espera.



FONTE: TITA *et.al.*, 2018b, p.04 (Modificado pela autora)

Ou de quase cinco anos de espera, para atualizar. Fato é que, passado o alarde inicial causado após o desastre, paira no ar uma sensação de que o pior já passou. De que as famílias atingidas estão seguras e indenizadas em suas novas casas. De que todos os responsáveis pelo

desastre foram responsabilizados. E de que algo assim não voltaria a se repetir. Com uma realidade totalmente contradita por vivências como a da Dona Iracema, ainda hoje, os atingidos “[...] seguem sem indenização definitiva, lutando pelo reconhecimento de direitos emergenciais. Vivem, continuamente, o rompimento da barragem. Na prática, estão aprendendo a ser atingidos – um saber indesejado e necessário” (DRUMMOND, 2017, p.02). Nas palavras deles próprios, a “dor aguda dos primeiros dias virou [um] sofrimento crônico” (AUTOR DESCONHECIDO, 2017 *in* DRUMMOND, 2017, p.02).

“Desde o início, não foi fácil. Quando a gente chegou aqui em Mariana, as pessoas foram muito solidárias mas, com o passar do tempo, alguns começaram a nos criticar falando que a empresa são voltava por culpa dos atingidos. Pessoas já falaram que estamos nadando em dinheiro. Agora, eu me pergunto: que dinheiro? Ser um jovem atingido é perder os sonhos. Antes eu imaginava um futuro bem diferente. [...] Fico muito dias sem ver meus amigos, antes eu via todos os dias. Hoje eu nem sei onde alguns moram” (SALGADO, 2017 *in* HELENA, 2017, p.02)

Diante da marcante perda de referências territoriais impulsionada pelo desastre, somente os atingidos e atingidas são capazes de expressar o que significa desvincular-se, compulsoriamente, de seu território. Segundo indicam seus relatos, mais que a perda de sua base material de existência, essa remoção compulsória significou, também, perda de identidade já que, como produto das experiências vivenciadas nos atingidos territórios, os vínculos afetivos antes estabelecidos caracterizavam-se por uma “[...] identidade coletiva tão intensa que se mistura[va] com a identidade individual” (RAMOS; INDRUSIAK, 2016, p.20). Sem sua base existencial, relatos como os de Júlio César ou o das senhora Geralda Joana (Figura 10) revelam a importância das relações comunitárias e territoriais na formação e identificação individual e coletiva com os lugares atingidos.

Figura 10. O pertencimento aos lugares atingidos



A gente foi nascido e criado na roça, é o lugar mais sossegado. Tudo que nós precisamos, aqui tem. Quando eu fiquei viúva, meu filho pejejou para me levar pra Mariana, mas não fui. Minha "memória" não dá pra morar na cidade. Aí a gente fica aqui na roça, que tem os vizinhos, mas, nesse meio tempo, a gente está meio pobre de vizinhos.

**Geralda Joana Gonçalves,
Paracatu de Cima**

FONTE: A SIRENE, 2018a, p.18

Como nos casos acima, são comuns a quase todas as narrativas a expressão da relevância do vínculo que as pessoas atingidas possuíam com seus antigos territórios.

Ah, eu nasci e me criei aqui. Eu não tenho vontade de sair. Com essas plantações que eu tenho, vou sair pro lado de lá, que só tem casa? Lá não vou ter plantação igual tenho aqui. (SILVA, 2018 *in* A SIRENE, 2018a, p.19)

Para dimensionar a força desse laço territorial, basta conhecer também a história do senhor José Barbosa dos Santos, de 69 anos, ex-morador do subdistrito de Bento Rodrigues, que conseguiu se salvar do desastre no dia do rompimento. Quando questionado sobre o que sentiu naquele momento, ele respondeu: “Se eu tivesse chegado lá e meu povo não estivesse, eu voltava e caía na lama. O que eu ia ficar fazendo sozinho no mundo?” (SANTOS, 2016b, p.13). A potência presente na indagação do atingido ratifica o entendimento aqui construído sobre o que significa ser territorial. O vínculo é tamanho que qual seria o sentido de se reterritorializar sem o que restou do antigo território, sem as pessoas do antigo território? A pergunta do senhor José sublinha o anseio de que, mesmo que as bases espaço-territoriais tenham sido destruídas/modificadas, ainda seja possível perdurar atributos simbólico-culturais, relacionais e demais elementos imateriais do antigo cotidiano. Nesse escopo, relações territoriais estabelecidas nos antigos territórios, como as de vizinhança (Figura 11), por exemplo, são de fundamental relevância ao pertencimento a eles atribuído.

Figura 11. As relações de vizinhança



FONTE: A SIRENE, 2018a, p.25

Aqui, tanto a atitude de resistência relatada por pessoas que não aceitaram se retirar de seu local de pertencimento, quanto a narrativa dos hábitos cotidianos praticados pelas senhoras “Marias” deixam clara a força da territorialidade, evidenciando a dificuldade de readaptação a um contexto díspar daquele que os(as) formou. Como eles(as), o senhor João Celestino Arcângelo Filho, de 56 anos, ainda residente no distrito de Paracatu, afirmou: “O lugar da minha vida é aqui, se eu for pra cidade não aguento ficar lá não. Eu tenho minhas criações e cuido delas aqui. O meu prazer é esse, é a roça [...]” (CÁSSIO, 2016, p. 09).

Esses relatos constituem, entretanto, exceções diante da coletividade atingida. Em sua maioria, as pessoas não puderam permanecer em seus lares, manter seus hábitos e costumes ou perpetuar o seu pertencimento. Ainda assim, mesmo para os(as) que ficaram, surgiram novas realidades com as quais são obrigados(as) a conviver.

“Moro aqui [Paracatu] desde 1987 e nunca coloquei nenhum cadeado, nenhuma chave na porteira até o final de 2017, quando me roubaram pela primeira vez. Foram três roçadeiras, balança, furadeira e ferramentas pequenas. Dois meses depois, em setembro, tinha comprado tudo de novo. No dia 24 de novembro levaram tudo novamente. Entraram na horta e jogaram tudo no chão. Dessa vez, perdi também 30 galinhas. Arrombaram minha casa também e levaram tudo de valor, até uma coleção de dinheiro antigo” Valdir Pollack, morador de Paracatu de Baixo. (QUEIROZ, *et.al.*, 2018, p.12)

A mesma reportagem denuncia diversos outros crimes de furto que passaram a ocorrer nas comunidades após o rompimento, atingindo equipamentos públicos e propriedades privadas em consequência do quase completo esvaziamento desses locais e do aparente aspecto de abandono causado pela lama. Diferente de antes, quando as portas e janelas podiam ficar abertas o tempo inteiro (QUEIROZ, *et.al.*, 2018), agora as comunidades destruídas carecem de um novo sistema de proteção.

Também, para os que foram forçados a se mudar, “a vida [...], da forma que existiu, preenche dos poros às memórias de quem se viu sem sua maior ou única referência de lar. Restou um vazio. (RODRIGUES, 2016 *in* SANTOS, 2016b, p.14). Relocadas em moradias “temporárias” e espalhadas por todo o território do município de Mariana (CÁRITAS, 2020¹²) essas pessoas estão, desde o rompimento, impedidas de perpetuar as relações socioculturais que mantinham nos antigos territórios. Assim, distanciadas e aguardando pelo reestabelecimento territorial prometido pelos processos de reassentamento em curso, o

¹² Os dados sobre Cáritas Brasileira (2018, 2019, 2020) e da Comissão dos Atingidos e Atingidas de Mariana (2017, 2019) correspondem a informações verbais levantadas quando da atuação profissional da autora no território.

pertencimento dessas pessoas está comprometido e o cotidiano longe de aproximar-se do que era antes de Fundão. Desde o rompimento até os dias atuais, nem mesmo os hábitos, rotinas e projetos de vida estão mais sob o controle dos atingidos e atingidas, como expõe a fala do senhor Manoel Marcos Muniz (Figura 12), de 53 anos, morador do antigo Bento Rodrigues: “A ideia era curtir minha aposentadoria lá em Bento. Lá eu vendia laranja, banana, jabuticaba, ovos, frango. Tinha criação de gado, porcos, galinhas e codornas” (CÁSSIO, 2016, p.10).

Figura 12. Mudanças territoriais pós catástrofe

Encontramos Seu Nonô moendo café no pilão de sua casa na comunidade de Pedras e vestindo uma camisa azul muito parecida com a que ele usava quando foi registrado em abril de 2016, na edição número 2 do Jornal. Ele nos contou que tem diminuído a frequência das visitas ao subdistrito, pois anda chateado com as formigas que destroem a plantação. Também disse que a mulher e os filhos não têm mais interesse em voltar para a comunidade, e que, dessa maneira, ele também não poderia viver lá sozinho. Até o momento, ninguém deu conta de consertar a vida de Seu Nonô, que agora mora em Águas Claras. Perguntamos se ele tinha conseguido outra mula, da qual lamentava a perda na matéria que publicamos em 2016. Além de não ter reavido o animal, Seu Nonô disse que, desde então, nunca mais andou a cavalo.



FONTE: A SIRENE, 2018b, p.05 (Modificado pela autora)

Logo, tendo permanecido em seus territórios ou sido obrigados a se mudar para o distrito sede de Mariana, vemos que há nas narrativas dos atingidos e atingidas uma convergência comum a respeito dessas experiências territoriais: as diferenças entre a vida no campo e a vida na cidade (Figura 13). “Dona Benedita Sena, 77, relembra das horas passadas ao sol, cuidando de suas plantas e frutas. Agora, passa os dias assistindo televisão e sonha com o ‘Novo Bento’” (ALVES, 2016, p.17).

Figura 13. Vida no campo x Vida a cidade



Eu já morei na cidade, morei em Mariana, mas não gosto de rua não. Já tratei de vaca hoje cedo, cortei capim, meu irmão tirou o leite. Morar na roça é bom. Só dá muito serviço, né?

**Hebert Figueiredo Cota
(Tinho), Gesteira**

FONTE: A SIRENE, 2018a, p.22 (Modificado pela Autora)

Para muitos, a realidade vivenciada hoje em nada se assemelha aos moldes antigos:

“Paracatu tinha muita festa, a gente é muito devoto, muito religioso.

Eu era caseiro, massagista e meia auxiliar do time de futebol que tinha. Em Mariana, fizeram um time, mas eu não gostei não. Perdemos muita amizade, porque é difícil encontrar as pessoas agora, tá cada um para um lado” (PAULA, 2016 *in* SANTOS, 2016b, p.14)

Em Mariana, até hoje, “[...] apenas medidas mitigatórias (ou emergenciais) foram tomadas [...] [garantindo] às vítimas [as] condições mínimas de sobrevivência enquanto as demais ações [de reparação] não são tomadas.” (BENTO; DRUMOND, 2018, p.03). Entretanto, na nova realidade, até mesmo essas medidas têm trazido complicações. Dentre elas, um exemplo que merece ser destacado é o cartão de auxílio emergencial fornecido pelas empresas responsáveis pelo desastre como uma das medidas acordadas no processo judicial.

Diante do rompimento, não é novidade que muitos atingidos e atingidas perderam seus empregos, suas fontes de renda e/ou seus cultivos para troca e subsistência. Por isso, este auxílio visa prover aos núcleos familiares atingidos uma renda mensal mínima que lhes garanta o sustento neste período “provisório” e anterior à reparação. Até 2015, segundo o MAB (2016), 566 famílias atingidas recebiam o cartão de auxílio emergencial nos municípios de Mariana e Barra Longa. Entretanto, uma série de denúncias, ora dos próprios atingidos e atingidas, ora de alguns de demais agentes envolvidos neste processo, nos permitem elencar, pelo menos, três conflitos principais relacionados ao cartão: o valor do auxílio, o acesso ao direito emergencial e a titularidade do cartão.

Em um primeiro lugar, por ser uma medida paliativa e emergencial, o valor mensal pago aos núcleos familiares é fixo, não semelhante ou proporcional às rendas anteriores. Em muitos casos, é muito menor, comprometendo a situação financeira de muitas dessas famílias tendo em vista o modo de vida que a renda anterior lhes provinha (CÁRITAS BRASILEIRA, 2019). Em seguida, está o constrangimento causado aos atingidos e atingidas, que ocorre ora pela luta para direito de acesso ao auxílio, ora pelo seu uso após garantido o direito.

De um lado, denúncias diversas registram situações onde os atingidos são pressionados a aceitar o que lhes é imposto sem questionar para que consiga adquirir o que é seu por direito. A este respeito, Jocelli Andriolli, membro do Movimento dos Atingidos por Barragens (que apoia a luta e a causa dos atingidos e atingidas), relata que “[...] a Samarco chegou a chantagear as pessoas dizendo que só daria cartões de auxílio [...] se elas saíssem do movimento dos atingidos por barragens, e várias saíram pra poder ganhar o cartão” (2016 *in* CÁSSIO, 2016, p.09). Além da perseguição às lideranças, o MAB (2016) também denuncia outras estratégias adotadas pelas empresas e/ou por simpatizantes para constranger e criminalizar a luta dos atingidos e atingidas, desmoralizando a população e “[...] estimulando

a exclusão de benefícios aos quais tem pleno direito” (SCOTT, 2012, p.138). Ao todo, segundo o movimento, 13 pessoas atingidas já foram processadas pelas empresas mas os atingidos e atingidas têm consciência dessa estratégia de criminalização e tentativa de deslegitimação da luta.

“Eles vão tentar jogar a culpa sempre para cima dos atingidos, pra gente se sentir culpado e parar, deixas eles fazerem o que quiserem, agir da forma deles. Nós não vamos desistir, vamos bater de frente. Eles tiraram tudo da gente, então a gente tira o sossego deles também” Edilaine Marques dos Santos, moradora de Bento Rodrigues. (MARTINS *et.al.*, 2019, p.06)

Por outro lado, no segundo momento, quando finalmente alcançado o direito de acesso ao cartão, os atingidos e atingidas alegam sentirem-se hostilizados por parte da população marianense quando do seu uso em lojas e supermercados. No geral, conforme apontou a Comissão de Atingidos pela Barragem de Fundão (CABF, 2019), esse constrangimento parte de pessoas que culpam os atingidos e atingidas pelo não retorno total das atividades da Samarco após o rompimento, A mesma postura excludente foi enfrentada, até mesmo, pelas crianças/adolescentes atingidos(as) para as quais precisaram ser criados novos centros educacionais distintos daqueles já consolidados no município em virtude da não aceitação (não generalizada) dessas pessoas por parte dos que ali já estavam e também por questões de insuficiência na infraestrutura escolar pré-existente no distrito-sede (CABF, 2019).

Longe de tentar justificar situações como estas, em parte, elas podem ser explicadas pelo impacto rentário que abalou não só os removidos e removidas mas muitos dos trabalhadores diretos e indiretos da mineração local. Além do município, o estado e a nação, nos quais a mineração em Mariana tem grande participação.

Luciano Gonçalves Martins, 40 anos, trabalhou na Samarco durante oito anos até ser convidado a participar do Pedido de Demissão Voluntária (PDV), iniciado em 2016. “Esse pedido de demissão voluntária foi só uma maneira de fazer pressão porque eu não arrumei outro emprego. Ou você saía ou quando comessem as demissões, você iria embora sem nada”, conta o técnico em mecânica industrial. Luciano explica que após o PDV, enfrenta dificuldade em pagar a faculdade, escola para os filhos e outras despesas. (FERREIRA, 2016, p.35)

Além da perda de postos de trabalho, o município, como um todo, também sofreu um notório prejuízo de renda. De uma lado, pelos trabalhadores e trabalhadoras desempregados em consequência do desastre, como relatou Luciano Gonçalves, ou impedidos de manter suas atividades econômicas. De outro, pela queda da arrecadação do município já que “mais de

80% da arrecadação de Mariana vinha da mineração” (FERREIRA, 2016, p.34). Além disso, os governantes municipais também acusam impactos à educação uma vez que, em razão da queda na arrecadação causada pelo desastre-crime, o município não tem mais condições de arcar com as escolas de tempo integral, por exemplo. É o que nos mostra o relato do então prefeito do município:

Desistimos de conversar com a fundação. Estamos preparando a ação judicial e voltaremos a escola por nossa conta. Eles não conseguem perceber nem ter a sensibilidade do prejuízo que a falta do integral causa na vida de cada família. (JÚNIOR, 2015 *in* FERREIRA, 2015, p.16)

Muito embora essa complicação econômica crônica possa ampliar os horizontes em direção a novas perspectivas e alternativas à minerodependência (COELHO, 2017), os pedidos “Volta Samarco” podem encontrar suas raízes no apelo dos numerosos trabalhadores e trabalhadoras da mineração – que tiveram sua renda perdida ou diminuída em consequência do rompimento e os acontecimentos que dele decorreram. Dessa perspectiva, esses pedidos podem até fazer um pouco de sentido, trazendo à tona os perigos do comprometimento histórico e quase economicamente exclusivo do território de Mariana com as práticas da mineração.

Logo, assim como na construção dessa dependência da prática mineradora, vem também do passado o terceiro conflito relacionado ao cartão de auxílio emergencial: aquele ligado à luta histórica das mulheres. Os relatos de Ferreira (2016) elegem o machismo e a ganância como os degraus que trouxeram a mineração ao patamar que assume hoje em Mariana. Na mesma linha estrutural, foi concedido aos homens – tidos como “chefes de família” – o direito à titularidade dos cartões de auxílio emergencial. Sobre isso,

Thiago Alves, integrante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), relata que os cartões de subsistência [...] têm sido entregues [...] em 90% dos casos, aos homens das famílias. São 70% das mulheres cadastradas sem resposta, ou seja, sem o reconhecimento da Renova. “A Renova prejudica milhares de mulheres na sua condição econômica dentro de casa, submetendo-as ao mando do marido, que agora controla o cartão e a indenização.”, analisa. Mulheres que tinham renda com a pesca ou agricultura passaram a depender do cartão que o marido controla, e maridos que usam o dinheiro para outros fins, deixando esposa e filhos à míngua”, descreve Thiago. (DOTTA, 2018, p.03)

Aqui, mais que o duplo impacto ao município, vemos também a manifestação de outra forma de atingir as mulheres já que, por convenção social do “[...] patriarcado como sistema de dominação [...]” (MAB, 2015, p.40), ainda são elas quem principalmente se

responsabilizam pelos cuidados com os(as) filhos(as) e com a família de um modo geral. Por isso, o abalo rentário e educacional ao município significa, sobretudo, sucessivas violações dos direitos dos alunos à educação; dos trabalhadores e trabalhadoras a um emprego digno; e das mulheres ao tempo, ao cuidado, à saúde, ao trabalho e à educação (MAB, 2016).

Xavier (2018) nos mostra, ainda, que o conflito gerado pela marca de nossa sociedade capitalista e patriarcal se repetiu também no desenvolvimento dos processos de elaboração dos projetos de reassentamentos das comunidades atingidas, como no caso específico de Bento Rodrigues, primeiro local atingido pela onda de rejeitos dos minérios de Fundão. Segundo a autora, na construção do *Master Plan* de Bento Rodrigues – nome dado ao projeto de reassentamento –, também aos homens é que foi concedido o direito ao voto para “[...] tomadas de decisões políticas e técnicas que afetam a vida de muita gente [...]” (SCOTT, 2012, p.128) como, por exemplo, a escolha do terreno para o reassentamento. Por situações como estas, atingidos e atingidas lidam, rotineiramente, com conflitos de outras naturezas, que surgiram ou se agravaram em consequência das reverberações do desastre (Figura 14). Luzia Queiroz, de Paracatu de Baixo, afirma: “Já vivi até conflitos familiares. Parei para escutar, pois as coisas acontecem rápido e não sei qual consequência virá” (2017 *in* CAMPOS, 2017, p.02).

Figura 14. Os sonhos de uma mulher atingida

Enquanto Dona Tita terminava o banho, conversamos com os três filhos que dividem a casa com ela, em Mariana. Cota, Naná e Nonô, assim como fizeram na edição número 3, em junho de 2016, ajudaram a contar a história da mãe. Eles falaram sobre como ela mudou desde que precisou sair correndo de Ponte do Gama e deixar para trás uma vida na roça e os costumes vividos em seus mais de 90 anos - “Ficou muito nervosa”. Também disseram sobre como o sonho de Dona Tita voltar para casa parece distante e burocrático. Nonô ainda disse que, para reparar o terreno de vargem, a venda dos ovos, da produção de queijo e da plantação de mandioca, o projeto da casa de campo para os amigos que iam acampar e a irrigação que vinha da queda da cachoeira, o que se espera é que as empresas, além de devolverem o justo, comprem uma propriedade para que eles possam ter geração de renda. Saímos de lá com o pensamento de que essa família sente. em

FONTE: A SIRENE, 2018b, p.05 (Modificado pela autora)



As colocações postas acima nos mostram que, nas condições de matriarcas, irmãs, tias, avós, filhas, netas, esposas, companheiras, primas ou amigas, as mulheres atingidas são golpeadas de diferentes formas. Entre elas, “o número de problemas de saúde estourou [...] [pois] passaram a ficar mais sobrecarregadas [...] [e] ‘o número de problemas psiquiátricos também ficou grave’” (DOTTA, 2018, p.03).

A vida aqui era muito mais tranquila, mais gostosa, mas a gente tinha mamãe. Ela era a peça-chave. Sem ela, fica um vazio, mas a gente vai levando. Poucos dias depois de estourar a barragem, ela teve o primeiro infarto. A barragem trouxe as pedras da cachoeira todas pra cá. Aquela zoeirada d'água lá, mamãe ficava impressionada com aquilo. Ela falava com todo mundo que chegava: “Vocês que vão tirar essas pedras e refazer minha horta?”. Faz sete meses que mamãe faleceu. Não dá pra dizer que foi por isso, mas foi muito aborrecimento. A ganância destrói tudo. (FONTE: CARNEIRO, 2018 *in* A SIRENE, 2018a, p.11)

De um modo geral, sem suas referências identitárias e vendo seus vínculos sociais interrompidos e seus lares destruídos, o desastre causou dano psicológico a muitas pessoas atingidas, cujas falas quase sempre expressam a falta que faz o antigo território. Com a base existencial de suas memórias destruída por ação da “modernidade”, grande parte dos atingidos e atingidas sentem-se sem território algum (CABF, 2017).

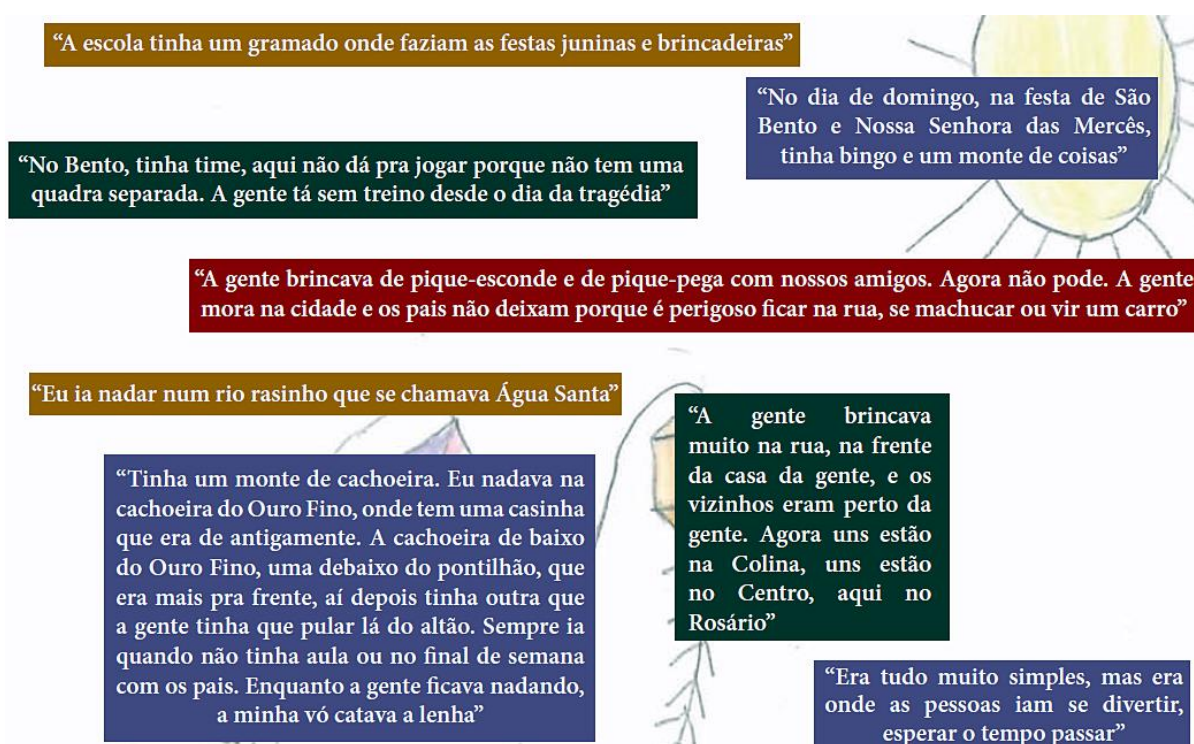
Assim, aprendendo a ser atingidos(as), as pessoas “[...] cuja vida a lama sujou” (D'ANGELO, 2017 *in* DRUMMOND, 2017) seguem a luta travada em disputas diárias arrastadas por um longo processo judicial. Apesar disso, mais que da destruição causada pelo rompimento, a história dessas pessoas fala, também, sobre força e superação. Todas as mudanças que ocorreram desde aquele 05 de novembro conduzem a luta dos atingidos e atingidas ao alcance do estabelecimento de marcos regulatórios que normatizem e institucionalizem os direitos das pessoas atingidas por conflitos dessa natureza (XAVIER, TEIXEIRA, 2019). Assim, nos “[...] caminhos de uma luta tão indesejada quanto necessária [...]” sobre elas, recai a difícil missão de fazer História, em meio ao duro desafio de refazer suas vidas. (BENTO; DRUMOND, 2018, p.02). E esse peso cotidiano de carregar, em suas feridas, a responsabilidade de “fazer História” é marca axiomática nos quase cinco anos aprendendo a ser atingidos e atingidas. Para a Dona Maria Geralda, de Paracatu de Baixo, o que resta é a esperança por dias melhores.

[...] Estamos vivendo na esperança de que as empresas façam alguma coisa, mas, até agora, nada. Tudo está do mesmo jeito. Temos muitas reuniões, nada é decidido e nem sabemos quando vai ser. Vivemos em um lugar que não é nosso. Tivemos que vir pra cidade, viver de aluguel, de cartão. Essa não é a nossa vida. Eu cuidava da minha casa, vivia tranquila, cuidava das minhas plantas. Agora, acabou a nossa liberdade. As empresas acham que o direito é deles, que podem pisar em nós. Não estamos sendo reconhecidos. Atingido(a) não tem valor para eles. Isso não é certo. A culpa é das empresas. Foram elas que cometeram um crime. Tenho ido a reuniões, por exemplo, e fico pensando no meu povo de Paracatu. Muitos já perderam a esperança. Às vezes, olho para as pessoas e vejo isso nos olhos de muitos. Uns estão doentes, outros já se foram e nem puderam ver o novo Paracatu. [...] Tudo o que queremos é

justiça, e a empresa nega nossos direitos. Não conseguiram devolver a nossa vida ainda. [...] Agora, eu vivo preocupada, pensando em quando vamos sair dessa. É muito sofrimento, muita dor, muito desespero. São [...] anos de angústia e sofrimento. Eu diria que essa marca nunca vai se apagar, essa marca vai ser pra sempre, mas a gente vai aprendendo com a vida. (SILVA, 2018 *in* SILVA *et.al.*, 2018, p.07)

Embora alguns casos possam indicar vestígios de uma adaptação à nova realidade, outros – como o acima registrado – são marcados pela sensação de pertencimento a lugar nenhum. Os lugares antes qualificados como territórios estão, hoje, marcados pela “[...] a presença de uma ausência que [...] [condena] tudo a um estado de suspensão e travamento” (WISNIK, 2018, p.101). É o que nos provam as crianças atingidas ao rememorar as antigas comunidades (Figura 15).

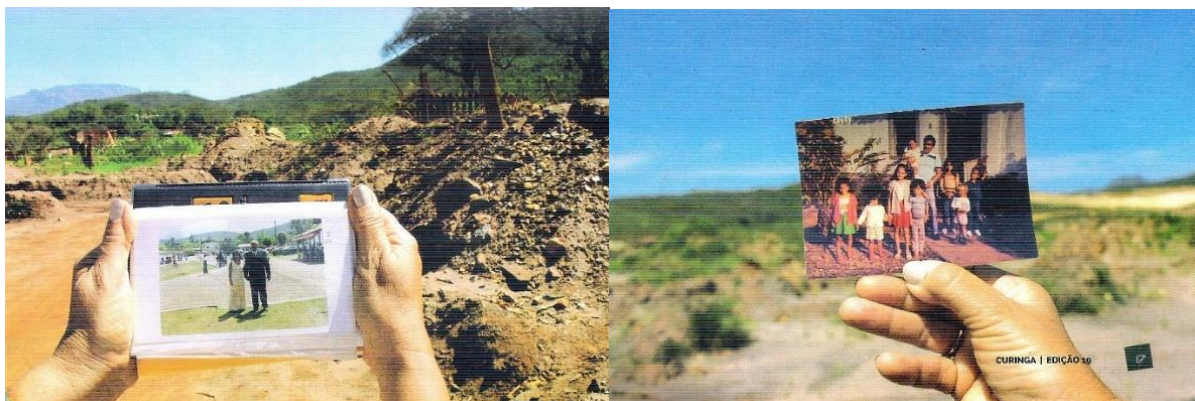
Figura 15. As crianças atingidas



(FONTE: A SIRENE, 2016b, p.09)

Ou, ainda, Genival Pascoal, de 37 anos, ex-morador de Bento Rodrigues quando, ao caminhar pelo antigo território em posse de fotografias capturadas em momentos que viveu, junto aos seus na comunidade, tentou registrar (Figura 16) o “[...] Bento que ainda resta [...]” (ALVES, 2016, p.17) utilizando-se de fotografias “[...] como instrumento de rever o cotidiano [...]” (PAOLIELLO, 2015, p.21), de trazer o passado para o presente.

Figura 16. Marcas dos antigos territórios



(ALVES, 2016, p.17)

A ação de sobrepor as imagens sobre o estado atual dos territórios onde essas memórias aconteceram nos faz perceber que lembrar dispõe, necessariamente, a circunscrição daquela memória em um lugar territorial, o que demonstra, mais uma vez, a importância dos territórios nas construções sociais que estabelecemos para com os lugares. Assim, mais que a saudade expressa por esses depoimentos e imagens, o vazio que preenche a vida dos atingidos e atingidas se expande para além das comunidades em si. Nos territórios destruídos, as relações entre as comunidades atingidas também era um fator marcante que já não existe mais da forma como existia antes. Os territórios destruídos hoje tornaram-se espaços de memória.

“A saudade é um sentimento presente em nossa vida de agora, e ela aumenta quando falamos de Águas Claras. Era lá que íamos ao armazém quando chegava visita em casa e não tinha o que oferecer, ou quando faltava algo para o almoço. A cerveja gelada a gente bebia era lá, além dos serviços e materiais de construção que só tinha em Águas Claras. Tempo bom quando encontrávamos os amigos e reunia todo mundo pra prostrar.” As palavras de Luzia Queiroz explicam essa saudade que Paracatu sente de Águas Claras e vice-versa. O que antes fazia parte de uma rotina simples, da lista feita a lápis para a compra do mês, a conta riscada no caderninho do estabelecimento e o domingo no banco da praça, não existe mais. Só o afeto permanece. (MARIA *et.al.*, 2018, p.15)

Sobre Paracatu, os moradores de Águas Claras dizem o mesmo. “Sempre tinha entrega para Paracatu, às vezes, era ração, farelo ou então material de construção. [...] Eles fazem falta, porque, além de clientes, eles frequentavam Águas Claras, vinham para as festas também” (MARIA *et.al.*, 2018, p.15). Assim, vemos que, da mesma forma que se desconstruíram as relações intracomunitárias, a impossibilidade ou inviabilização de manutenção das relações entre as demais comunidades atingidas constitui-se como um afastamento que causa dor: “Eu tinha uma vida simples e feliz, agora tomo dois

antidepressivos por dia” (D’ÂNGELO, 2016 in CÁSSIO, 2016, p. 09).

Nos tempos atuais, a insegurança e a espera tornaram-se atributos inerentes ao cotidiano dos povos atingidos pelo desastre de Fundão (CABF, 2019). Nessa indefinição, muitos têm se apegado às promessas de reconstrução das comunidades destruídas mas, mesmo aqui, também são violentados por uma série de transgressões de direito. Um exemplo disto está no fato de que, mais que pelas aprovações ambientais e urbanísticas necessárias, a elaboração dos projetos e sua efetiva concretização são marcados pela ausência de participação das pessoas atingidas (XAVIER, CARNEIRO, 2020). De tal modo, as propostas apresentadas quase nunca correspondem[correspondiam] ao esperado pelas comunidades, gerando a necessidade de adaptação e reelaboração de sucessivas propostas.

Além disso, fatores outros como questões de salubridade ambiental, topografia dos terrenos, a ameaça à ambiência rural das novas comunidades e a qualidade do solo para atividades de plantio e subsistência (XAVIER, 2018) têm protagonizado grande parte das problemáticas enfrentadas nos reassentamentos. Somam-se a eles, os enfrentamentos para definição das diretrizes de reassentamentos (A SIRENE, 2018b) e os questionamentos a respeito da “[...]oferta de água nos terrenos e a responsabilidade, no futuro, pela manutenção de possíveis tecnologias de captação” (BENTO; DRUMOND, 2018, p.08). Dentre tantos percalços, após um longo processo de licenciamento e aprovação, a comunidade de Bento Rodrigues foi a primeira a ter seu projeto aprovado e suas obras iniciadas (Figura 17. Status dos processos de reassentamento) mas, ainda assim, a reconstrução da comunidade continua pendente.

Figura 17. Status dos processos de reassentamento



FONTE: CORREA, 2020

Para mais, com relação a esta questão específica da participação, é fato que a carência se expande ao processo de reparação, como um todo. Outro exemplo está na possibilidade de ação e influência dos atingidos e atingidas dentro dos Conselhos da Fundação Renova¹³. Neles, os sujeitos que deveriam protagonizar os processos de tomada de decisão são, na verdade, utilizados para dar legitimidade às ações da Fundação (PARREIRAS, 2015). Tal participação é vista com desconfiança por parte das lideranças que integram as comissões que optam, muitas vezes, por não participar dos momentos decisórios em consequência da notória presença da falsa participação, nos moldes que nomeou Souza (2003).

Tal postura, entretanto, não está invisível aos olhos do mundo. No cenário internacional, “[...] o relator especial das Nações Unidas (ONU) para os Direitos Humanos, a Água e o Esgotamento Sanitário, Léo Heller, pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz, considera o modelo da Renova ruim por negligência a vontade dos atingidos” (PARREIRAS, 2015, p.15). Assim, os problemas relativos ao processo são latentes e resultam, em muitos casos, no cansaço e na desistência de lutar por seus direitos.

Eu não vou mais para o reassentamento não porque o terreno lá tem morro. Eu não vou caçar encasquetar com morro não, começar do zero lá. Esse pé de manga meu produz muito. Um pé de manga desse, pra dar, tem que esperar 10 anos. Se eu tô colhendo agora, vou esperar 10 anos? Eu não. Ó, jabuticaba, segundo ano que ela dá. Não quero ir. O que eu vou fazer lá? Quem acostudou mexer, sempre trabalhou, não consegue ficar parado. (PAULA, 2018 *in* A SIRENE, 2018a, p.20)

Neste caso, outros atingidos e atingidas – como Silvia Inês, de 33 anos, também de Paracatu – reforçam os sentimentos expressos pelo senhor Geraldo: “[...] para nós, moradores, nunca será algo válido. Será erguido a base de memórias sofridas. Não terá nossa horta, os animais criados, as lembranças da infância, muito menos a casa que batalhamos para construir [...]” (ANACLETO, 2016 *in* RAMOS; INDRUSIAK, 2016, p.20), comenta a atingida.

Ainda, para além do desagrado com relação às novas comunidades, os programas de reconstrução de moradias e reforma de benfeitorias elaborados pela Fundação Renova na zona rural de Mariana, têm “[...]ocorrido de forma morosa, seletiva e dispersa” (BENTO; DRUMOND, 2018, p.08). Para os autores, além de corroborarem com a permanência de pessoas em áreas de risco – tendo em vista os efeitos ambientais ainda pouco medidos com relação ao desastre de Fundão–, tais ações da empresa demonstra o modo iníquo como os atingidos e atingidas têm sido tratados. Na mesma direção, a Samarco/Fundação Renova, que

¹³ Instituição criada no âmbito de um Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) para implementar as ações de reparação.

prefere tratar os atingidos e atingidas como “impactados”, insiste em reconhecer a “intensidade do impacto” do rompimento sobre a vida das pessoas de acordo com a quantidade de lama que adentrou seus respectivos lares e propriedades.

Um dia, o engenheiro da Samarco me ligou para ir lá em casa ver o que tinha acontecido onde eu morava. Chegou lá, ele começou a menosprezar dizendo que era pouca lama, que tinha sujado pouco. Eu sai de lá com o astral muito baixo, aborrecido, porque se você olhasse, sim, era pouca lama, mas o estrago que ela tinha feito na minha vida era imenso. A Samarco tá medindo o tanto que a pessoa é atingida de acordo com o quanto a lama sujou o que ele tem. Só que não é assim. Atingido é aquele que a lama sujou a vida. E, nesse sentido, eu tô afogado na lama (D'ÂNGELO, 2017 *in* HELENA, 2017, p.02)

De modo semelhante, outros depoimentos reforçam a mesma situação.

No meu caso, me consideram como “meio atingido”, os meus direitos são pela metade, e tem também aquelas pessoas que ainda não tiveram os direitos reconhecidos. É uma situação simples de ser resolvida, mas a Renova/Samarco prefere subtrair daqueles que eles sabem que são atingidos e que perderam tudo num piscar de olhos, como num passe de mágica, arrancados por eles mesmos, resultado da ganância. Preferem gastar quantias volumosas com o jurídico, nos humilhando nas audiências, buscando esconder atrás das leis o crime que cometeram, transformando o atingido em réu. Por quanto tempo mais nós vamos ter que continuar “mendigando” nossos direitos, sendo humilhados e constrangidos diante das empresas e da justiça? Os projetos de vida que eu tinha foram interrompidos. Até quando? (MUNIZ, 2018 *in* SILVA *et.al.*, 2018, p.06)

A postura assumida pelas entidades que deveriam reparar os danos causados pelo crime que elas próprias cometeram é a mesma que se utiliza da necessidade de reconstrução das comunidades atingidas como conteúdo para *marketing* tanto no Brasil, quanto no exterior (XAVIER, 2018). Na prática, técnicas de promoção do desastre, desresponsabilização empresarial e *marketing* institucional se corporificam na propaganda veiculada com relação os reassentamentos comunitários e as reconstruções/reformas, por exemplo.

Entregaram aqui em casa um jornal da Renova com uma foto dos meus pais na varanda da casa que a fundação reconstruiu no meio do barro. A imagem estava mostrando para as pessoas que os meus pais estavam super felizes, que a casa era uma maravilha, quando, na verdade, a casa nem construída pra idosos foi. [...] Eles não falam a verdade, os meus pais estão no meio da lama tóxica, cheia de metais pesados, e a Renova só mostra aquela fachada bonita. (D'ÂNGELO, 2019 *in* LUIZ *et.al.*, 2019, p.03)

Tendo em vista esse contexto desafiador experimentado desde o desastre, na fala de

atingidos(as) pelo rompimento em Fundão no Seminário Mariana três anos depois (2018) ou no I Seminário Temático de Mulheres atingidas pelo Acionamento do Plano de Ação de Emergência de Barragem de Mineração (PAEBM) da ArcelorMittal em Itatiaiuçu (2019) – que promoveu uma troca de experiência entre as mulheres atingidas nos dois municípios –, um fator que não deixa de ser destacado é a continuidade do desastre. Tanto no dia a dia, quanto nesses espaços de fala, os atingidos e atingidas de Mariana defendem, com propriedade, a adequação do nome dado à Fundação Renova. Segundo eles e elas, a Samarco, Vale e BHP Billiton renovam, a todo instante e através da fundação, o crime de Mariana, situação que não só confirma como reforça a desvinculação territorial dos atingidos e atingidas.

Para assimilarmos tal afirmação, outra situação que merece ser pontuada é a delonga do processo de cadastramento dos núcleos familiares atingidos, etapa fundamental para o levantamento das perdas e danos individuais e coletivos de subsídio aos processos de indenização, por exemplo. Em um primeiro momento, o estímulo à ausência de respostas concretas com direção à reparação integral veio por meio de uma primeira proposta de cadastro apresentada pela Fundação Renova/Samarco em 2016, composta por um “[...] extenso formulário [que] contemplava, em sua forma, mais de 500 páginas e, em conteúdo, centenas de perguntas que não diziam da realidade dos moradores e moradoras das comunidades atingidas” (QUEIROZ, D’ÂNGELO, 2018b, p.08).

Lá a gente não funcionava à base de dinheiro. A gente trocava os frutos, as verduras, os ovos, o leite. Falamos para a empresa que queríamos revisar tudo do cadastro. Muita coisa não condizia com a nossa cultura. Na proposta deles tinha vários tipos de plantas que nunca nem vimos, até pés de açaí. Esse cadastro abrangia desde Mariana até Regência, ou seja, a empresa não olhava individualmente para as nossas especificidades. (QUEIROZ, 2018 *in* QUEIROZ, D’ÂNGELO, 2018b, p.08)

Com o enfrentamento, as comunidades atingidas conquistaram o direito de reformulação do cadastro. Agora, ele seria construído de forma participativa e aplicado por sua equipe de assessoria técnica independente. Reformulado, hoje o novo cadastro é composto por quatro etapas de aplicação. A primeira reúne informações de perdas e danos materiais, de renda/atividades econômicas, de bens coletivos e de bens imateriais e de danos morais. Em seguida, as segunda, terceira e quarta etapas compõem-se de instrumentos complementares à etapa 1 que se caracterizam, respectivamente, por uma fase de Cartografia Social onde são apresentados dados complementares e documentos comprobatórios sobre os bens e danos declarados, outra de vistoria nos terrenos atingidos para levantamentos técnicos e uma última

de entrevistas/tomadas de termo individuais para levantamento de perdas imateriais e danos morais. Por fim, as aplicações são reunidas em um dossiê por núcleo familiar organizado e sistematizado tecnicamente pela equipe do cadastro contratada pela assessoria técnica, da qual a autora fez parte entre os anos de 2018 e 2019. Após este longo processo, atualmente, cerca de 900 dossiês já foram entregues aos núcleos familiares atingidos (CÁRITAS BRASILEIRA, 2019) permitindo a parte das famílias atingidas iniciar os processos de negociação para o recebimento das respectivas indenizações individuais e demais formas de reparação integral pelos danos causados – que incluem também ações de reabilitação, compensação, não-repetição, etc.

Assim, ainda que o caminho a percorrer com direção à reparação integral por todos os danos causados ainda seja longo (DIAS, 2018, p.12), como foi na conquista do direito à reformulação do cadastro ou na prevalência do termo “atingidos e atingidas” – que corrobora com a compreensão de que o desastre continua nessas subjetividades cotidianas –, na dura realidade experimentada pelas pessoas atingidas também é possível destacar alguns pontos positivos marcados por pequenas, porém significativas, vitórias. Por diferentes meios, as pessoas atingidas tem encontrado uma forma e outra de (r)existir à nova realidade buscando, em meio à desterritorialização, um esforço para se reterritorializar, se reencontrar e se identificar no novo território.

O percurso das mulheres de luta, para ilustrar, mostra uma história de resistência às adversidades do novo contexto. Por exemplo, através da sobrevivência do time feminino de futebol Unidos de Bento Rodrigues (UBR), que tem como integrantes atingidas não só de Bento mas, também, de Paracatu de Baixo. Atleta do time e atingida de Paracatu, a jovem Larissa conta: “Eu jogo bola desde pequena em Paracatu. Quando a barragem estourou e eu vim pra Mariana, fiquei muito tempo parada, não conseguia fazer nada. Aí, busquei superação no futebol. É onde eu busco força pra superar tudo” (2019 *in* SENA, SOUZA, 2019, p.15). E completa: “Aqui em Mariana, eu sou conhecida como Paracatu e tenho orgulho de carregar o nome em todo lugar que vou jogar. É um apelido que vou levar pro resto da vida. É bom que, pelo menos, Paracatu não fica esquecido” (2019 *in* SENA, SOUZA, 2019, p.15).

Como uma das formas encontradas para perpetuar o nome e tradições das comunidades de origem, o time de futebol que permanece também enfrenta dificuldades, como expressa Valéria, de Bento Rodrigues: “Lá era diferente, a quadra era nossa. Podia marcar jogo o dia e a hora que fosse que a gente conseguia. Aqui não, aqui é burocrático. Para ter um patrocínio pro nosso time é mais difícil. Eles entendem que a gente, por ser de Bento, recebe algum auxílio” (2019 *in* SENA, SOUZA, 2019, p.15). Ainda assim, mesmo diante das

dificuldade, a tradição do time de futebol é mantida. Passada de geração em geração, tem encontrado formas de (r)existir não só enquanto uma equipe esportiva mas como um grupo que carrega e reverbera a história e a memória das comunidades atingidas.

Como pretende o time de futebol, também destacamos a manutenção de algumas tradições, como as festas congas e outros eventos de cunho religioso (Figura 18). Presença marcante nas comunidades atingidas, as diferentes formas de manifestação religiosa também têm encontrado formas de sobreviver. Ainda que enfrentando adversidades diversas, segundo os atingidos e atingidas, o que os(as) mantém unidos(as) é a fé.

Figura 18. Manutenção de tradições religiosas

Continuamos fazendo as festas, a mesma coisa. Nós temos uma Folia de Reis, aí a gente passa nas comunidades tocando. Teve a festa do Menino Jesus no dia 12 de setembro. Fizemos um almoço para mil pessoas lá embaixo. Só com dinheiro da Folia, não é dinheiro da Samarco. Agora teve a festa de Nossa Senhora da Aparecida. A comunidade junto todo mundo e ajuda.

**Elias Geraldo de Oliveira,
Paracatu de Baixo.**



FONTE: A SIRENE, 2018a, p.26 (Modificado pela autora)

Nestes casos, ainda que no duro percurso da reparação integral surjam novos desafios, as pessoas atingidas permanecem unidas, reinventando formas de expressar sua força e união.

Figura 19. Manutenção de tradições religiosas



O mês de junho marca o início das celebrações e das festividades para a religião católica. Como de costume, mesmo após o rompimento da barragem, os(as) atingidos(as) se reúnem em seus territórios para celebrar a alegria, a fé e a devoção. Neste ano, porém, o isolamento social devido à pandemia da Covid-19 impede, por hora, esses momentos de contato coletivo. Ainda assim, mais do que nunca, é importante relembrar a força e a união

FONTE: A SIRENE, 2020, p.12 (Modificado pela autora)

Como em tais iniciativas, também cabe citar a Feira Noturna dos Atingidos e Atingidas. Idealizada pelas próprias pessoas atingidas no intuito não só de valorizar a cultura desses povos, como estimular o emprego, a renda e a retomada dos vínculos entre as pessoas atingidas. Com frequência semanal, a feira acontece sempre às quintas-feiras, após às 17horas, na Praça dos Ferroviários, no centro de Mariana (Figura 20). Os eventos da feira contam com a venda de produtos alimentícios e artesanais diversos produzidos pelos próprios atingidos e atingidas. Além disso, é também um espaço para socialização, que faz referência aos territórios atingidos através de manifestações culturais que contam com a participação não somente das pessoas atingidas mas da população local como um todo.

Figura 20. Feira Noturna dos Atingidos e Atingidas



FONTE: SILVA, 2019; GOOGLE MAPS, 2020 (Modificados pela autora)

Além disso, há de se notar o importante crescimento político que o constante processo de disputa tem fornecido aos atingidos e atingidas, especialmente aqueles que atuam como lideranças comunitárias. Apesar da difícil realidade de pagar “[...] com seus direitos o preço do ‘progresso’ [...]” (MAB, 2015, p.25), os atingidos e atingidas seguem crescendo na luta para que o desastre de Fundão não continue se arrastando pelo tempo.

Esses [...] anos foram de muita luta e de muita incerteza. Tive que aprender muito, porque não estava acostumado a reuniões e audiências. Mas, com a ajuda do Ministério Público, da Assessoria Técnica e de outras pessoas/órgãos que nos auxiliam a entender o processo, tivemos algumas vitórias ao longo desse tempo. Por isso, hoje, eu consigo trabalhar, minha memória tem voltado. A saúde da gente ainda não está boa, mas, agora que começou o reassentamento, tenho um pouco de esperança. Mesmo que não esteja 100% resolvido, há uma esperança. Antes, eu me sentia uma pessoa livre, hoje, mudou. [...] Me sinto como um passarinho que estava solto e você prende ele na gaiola, depois o solta e ele nunca será o mesmo. Fica sem rumo. É difícil até para quem está de fora entender, só

quem é atingido(a) sabe. Então, para o Kaé de antes, eu digo que você tem que seguir em frente, tocar a vida, erguer a cabeça e enfrentar os problemas. Só assim você vai conseguir. (SILVA, 2018 *in SILVA et.al.*, 2018, p.07)

Essa força vem da resistência de um povo que insiste em não permitir que o desastre-crime de Fundão apague suas memórias, destrua o que restou de seus territórios. O caminho percorrido foi longo. O caminho a percorrer é maior ainda (DIAS, 2018). Apesar disso, é um percurso que ensina. Seja pela forçosa remoção de seus locais de pertencimento, pela perda das relações territoriais, pelas dificuldades de adaptação às novas realidades, pela perda do trabalho e da saúde, pelo constrangimento e desgaste na conquista por direitos, pelas formas diversas de violação dos direitos das mulheres ou pelo delongar dos processos de reassentamento e reparação, ensina, cotidianamente, o que é ser atingido e atingida.

Assim, ainda que os vínculos territoriais dessas pessoas estejam sofrendo abalos de variadas naturezas, desde aquele 05 de novembro, as pessoas atingidas também tem encontrado formas de restabelecê-los, recriá-los e reforçá-los, transformando Mariana não em seu local de pertencimento e reterritorialização mas em seu espaço de resistência. Diante de todo o exposto, vemos que a realidade experimentada pelos núcleos familiares atingidos é dura, desgastante e tortuosa mas é, também, expressão de força, união e amadurecimento. Desse modo, veremos a seguir as formas como essa realidade tem seus efeitos materializados no município de Mariana, de forma que teremos perspectivas materiais e imateriais para análise da paisagem municipal sob o prisma da destruição continuada causada pelo desastre e à luz dos parâmetros conceituais aqui estabelecidos.

2.3 Marcas da Destruição: a paisagem em sua materialidade

Lá se vai Paracatu, Bento e Valadares, mar de Lama em Linhares. Acabou-se o que era Doce. Pelo minério, pelo erário. A falta de critério, a morte do operário. Do alto do cemitério, se avista a enxurrada. Casas, ruas, escolas e até o sino da igreja. Diante da memória levada, o olho mareja. (AUTOR DESCONHECIDO, 2018 *in DINARDO*, 2018, p.07)

Uma das marcas materiais mais latentes do desastre de Fundão no município de Mariana é a destruição física que tal crime causou (Figura 21). Como bem descreveu o(a) desconhecido(a) autor(a) do poema acima, a onda de rejeitos de minério devastou não somente as bases materiais de existência dessas comunidades, como também o lugar de suas memórias. Dentre os efeitos da máquina mineradora na paisagem dos territórios destruídos,

ainda é possível sentir a destruição causada pelo rompimento em meio às ruínas do que sobrou dos antigos territórios.

Figura 21. Destruição causada pelo rompimento em Fundão



FONTE: RICHTER, 2020

Como nesses lugares consumidos pela lama, uma série de outras transformações que não teriam acontecido senão em razão do desastre podem ser identificadas se nos propusermos novas perspectivas para olhar o contexto do município para além dos territórios fisicamente destruídos. Assim sendo, demonstrando como as cidades são sensíveis aos processos de transformação entranhadas em seu interior (MARTINS, 2009), para conhecer as formas materiais que marcam a destruição do rompimento na paisagem de Mariana, propomos tanto uma combinação de estratégias metodológicas quanto, considerando suas possibilidades de aplicação, uma delimitação física do território de análise.

Assim, considerando o fato dos trabalhos de campo terem sido praticados unicamente pela autora, adotamos o distrito sede do município de Mariana como nosso recorte territorial. Em primeiro lugar, retomando brevemente o introduzido no capítulo um, de um lado, tomamos a cidade como um espelho dos ditames capitalistas, tendo em Careri (2013) o subsídio dos modos de experimentação espacial por meio dos movimentos possíveis no interior citadino. Instruídas pelo autor, mais que caminhar pelos espaços comuns, fez-se necessário deixar-se retirar da “[...] cidade mais praticada [...]” (JACQUES, 2013 *in* CARERI, 2013, p.08), atravessando significados e, portanto, territórios. Nesse sentido, a

“*transurbância*” sugerida pelo arquiteto se estabeleceu como uma das contribuições mais relevantes de Careri a este estudo já que ensinou como o ato de se deslocar entre os diversos territórios pode orientar práticas sensoriais e artísticas que permitiram conhecer a paisagem.

Parafraseando o autor, fomos convidadas a descobrir a Nova Mariana, a Mariana pós desastre. De tal modo, caminhando pela cidade foi possível identificar o que ali não estaria caso o rompimento não houvesse acontecido, reconhecendo reflexos do crime de Fundão nas formas atuais da organização material do município. Buscar por esses elementos foi, como chamaria o próprio Careri (2013), procurar a “cidade nômade” que está inserida na “cidade sedentária” e que foi ensejada pelo compulsório nomadismo dos atingidos e atingidas pelo desastre. Verificamos, portanto, que a Paisagem da Destruição em Mariana depende essencialmente da desterritorialização dos muitos atingidos e atingidas. Dessa forma, encontramos não somente os componentes espaciais que compõem essa Paisagem da Destruição, como também os praticantes/atores que se inter-relacionam na Nova Mariana.

De modo a operacionalizar o caminhamento sugerido pelo autor, contamos também com a colaboração de outra perspectiva analítica para as investigações tangíveis propostas: as lições de Guy Debord (1958) – que também caracterizam o caminhar como um instrumento crítico para se conhecer uma paisagem. Com Debord (1958), essa caracterização se deu na perspectiva do acaso, utilizando a Teoria da Deriva como ação prática que permitiu investigações que envolvem sujeitos caracterizados pela mobilidade física, psicológica e social do caso aqui observado. Nos lançando à Deriva, tornamo-nos capazes de descrever a paisagem e suas estruturas organizacionais, de entender de fato o lugar deslocando-se por meio dele e deixando-se afetar por ele.

Deste modo, orientamo-nos também por esta estratégia psicogeográfica de estudo urbano (JACQUES, 2002), caminhamos sem rumo por lugares diferentes daqueles cotidianamente percorridos e afastamo-nos do caminhar direcionado que, sempre indo a algum lugar com um objetivo específico, nos habituamos a praticar (ESPÓSITO, JUSTO, 2016). Buscamos ver o local percorrido sob a perspectiva de análise aqui proposta, transitando pelo ambiente sem uma rota pré-determinada e indo por onde o meio urbano conduziu, o que permitiu a identificação de situações em curso a partir da experimentação individual do espaço. Assim, tornamo-nos capazes de cartografar não só o caminhar não direcionado sugerido pelo método como também as percepções do corpo caminhante sobre a cidade.

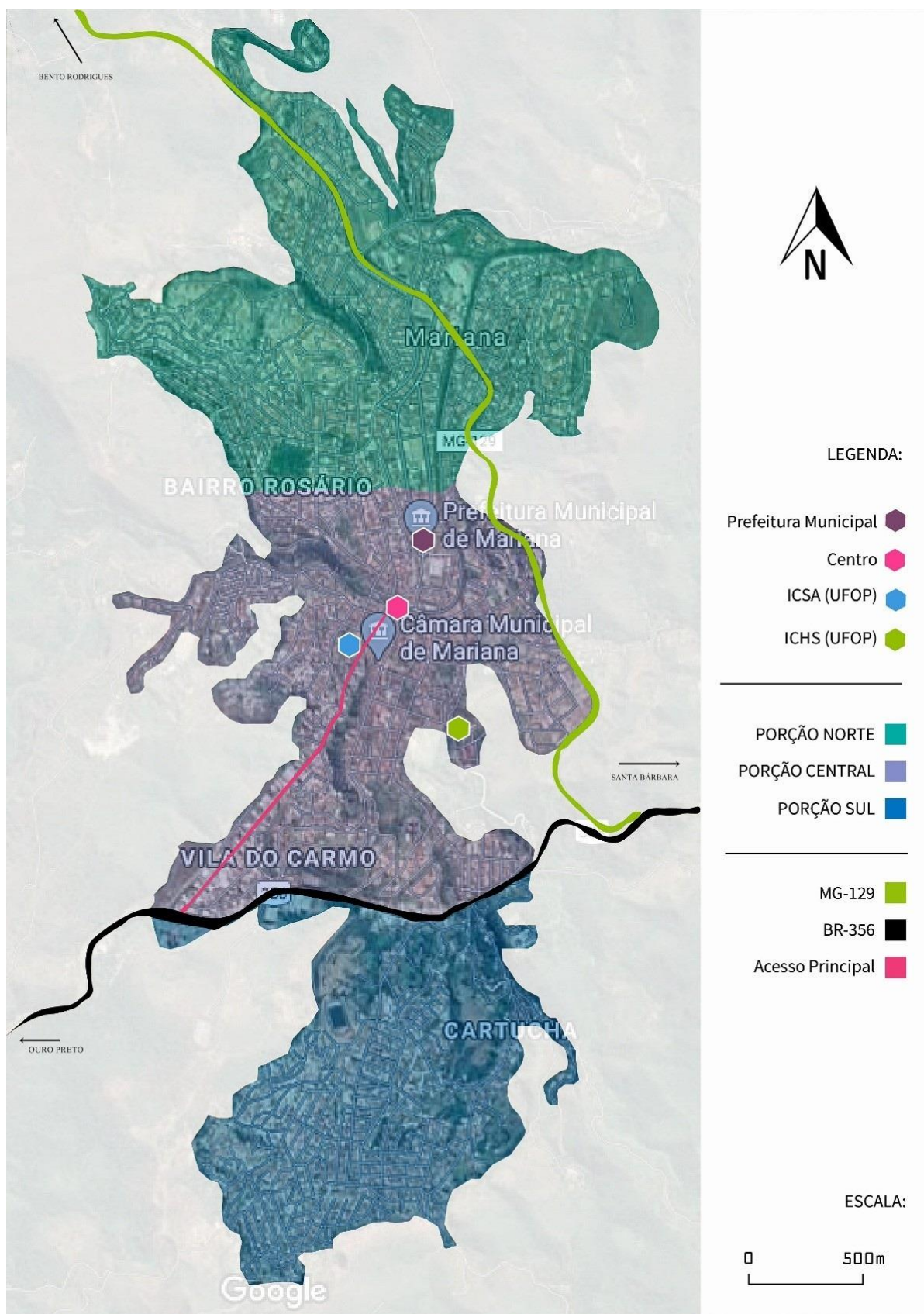
Portanto, utilizando-nos da Deriva como meio metodológico adotado para aceitar o *convite ao caminhar* de Careri (2013) – como denomina Jacques (2013 *in* CARERI, 2013) –,

a autora imergiu em campo como sujeito ativo de percepção e (re)conhecimento de elementos materiais que demonstram a Nova Mariana. Deixando-se conduzir pela cidade, buscou identificar, entre os fatores tangíveis da paisagem (como cartazes, construções, eventos, pichações e outras marcas materiais), elementos que visivelmente surgiram ou se modificaram após o rompimento da barragem de Fundão. Se deixando caminhar à Deriva, abriu-se ao reconhecimento da paisagem buscando permear pelos diversos territórios que a compõe (MOTTER, 2011).

Então, observando o mapa geográfico da cidade por meio do Google Earth (2020), o distrito-sede do município foi dividido em três grandes regiões: a porção Norte, a Central e a Sul. Considerando a maior extensão do município no vetor Norte-Sul, essa divisão foi proposta apenas por questões práticas. Ou seja, longe de pretender delinear métricas e padrões rígidos para as experimentações de campo, essa proposta de divisão se deu, apenas, como estratégia para que a execução da atividade prática abrangesse a maior parcela possível do território municipal. Em nenhum momento, ao contrário disto, serviu como forma de delimitação do espaço pretendido para se investigar em cada um dos momentos de análise. Sendo assim, em acordo com essa separação, foram propostos três lançamentos à deriva no município, de modo que fosse possível percorrer regiões distintas da cidade já que as famílias removidas estão espalhadas por todo o território municipal (CÁRITAS BRASILEIRA, 2018).

Como registrado na Figura 22, o acesso principal da cidade de Mariana se dá por meio da BR-356, localizada nos limites das porções Central e Sul, interligando o município às cidades como Ouro Preto e Belo Horizonte, à Oeste, e Santa Bárbara, à Leste. Caminhando pelo município foi possível perceber que, beirando a rodovia, estão localizados equipamentos de prestação de serviços automobilísticos, rodoviários e destinados à venda de materiais construtivos e hortifrutigranjeiros. Ao Sul da rodovia, a extensa e muito íngreme área de que se constitui a porção Sul é marcada pela presença predominante do uso residencial de média e baixa renda. Ali, estão implantados, ao final da ocupação urbana e muito distanciados do centro da cidade, projetos de habitação social do município e comércios locais. Ao Norte da rodovia, como é comum aos centros urbanos, a área central da cidade é melhor dotada de infraestrutura e serviços urbanos. Nela estão localizados os principais equipamentos públicos e privados, como os Institutos de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA) e de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), a Prefeitura Municipal da cidade e uma grande diversidade de bares e restaurantes. A porção central é também aquela onde está predominantemente inserida a Mariana histórica, marcada por padrões construtivos tradicionais, protegidos e normatizados por instituições de cunho patrimonial como o IPHAN.

Figura 22. Divisão analítica e territorial do distrito sede do município de Mariana



FONTE: Elaboração própria, 2019

A porção Norte, por sua vez, é uma área mais modernizada em termos construtivos. O

uso industrial é bastante comum, acrescido de equipamentos para prestação de serviços (como escritórios e clínicas) e residencial de classe média. A região dá acesso à MG-129, direção que conduz à diversos distritos e subdistritos do município, como Bento Rodrigues e Monsenhor Horta.

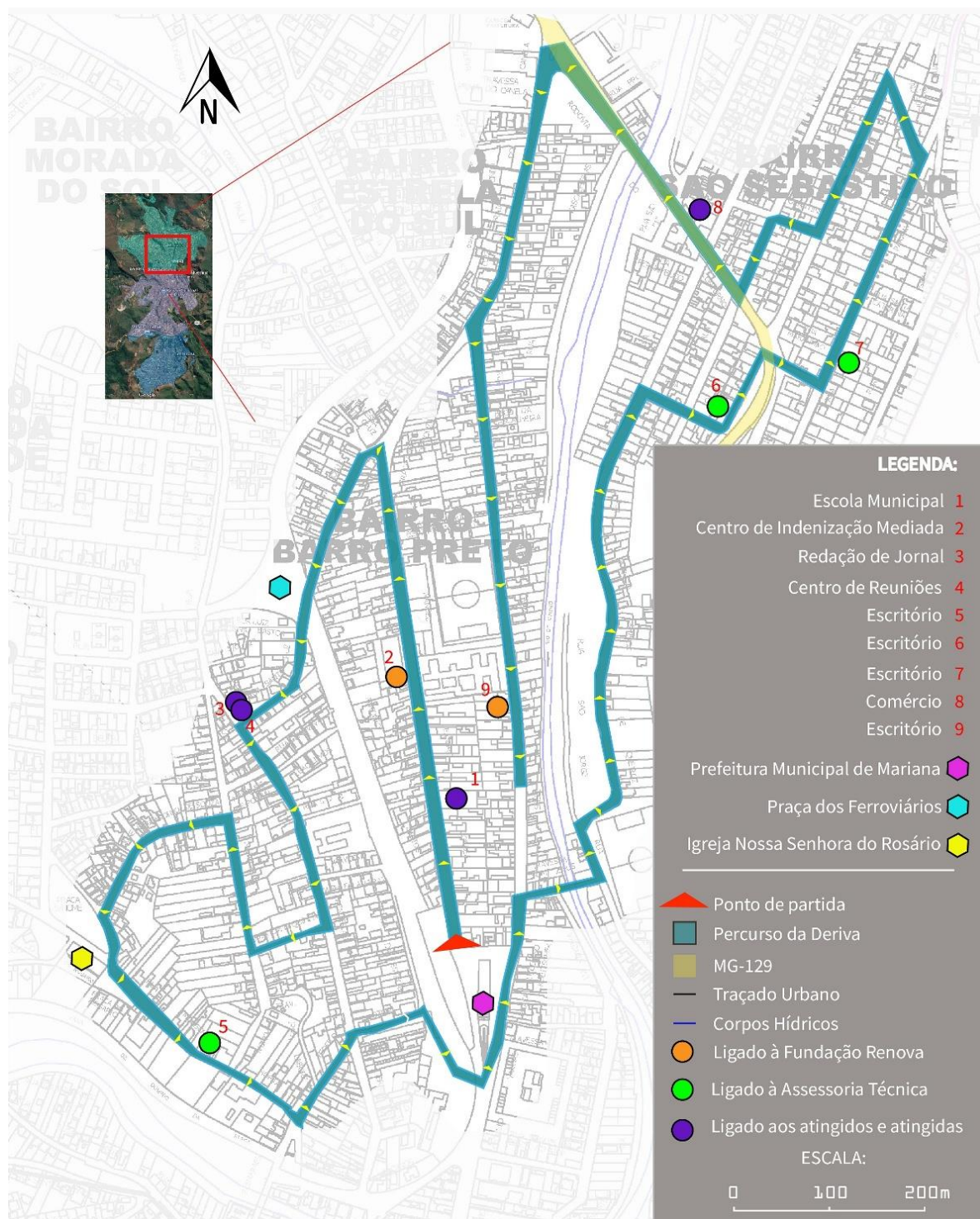
Assim, em acordo com os recortes territoriais propostos, cada porção municipal correspondeu a um lançamento à deriva, totalizando 03 momentos de imersão no território estudado. Em campo, cada lançamento foi registrado, em tempo real, por meio do aplicativo Wikilock, produzindo representações dos lugares de passagem por meio da localização via GPS. Quando identificado algum elemento de interesse, este foi anotado, georreferenciado e fotografado como forma de registro. Posteriormente, a autora dedicou-se à pesquisa bibliográfica para aprofundar a coleta de informações a respeito desses elementos/agentes e suas respectivas funções dentro da cidade. Ainda, com auxílio de ferramentas como o ArcGIS e o Adobe Illustrator, reproduziu os mapas de campo digitalmente, somando-os à localização dos elementos arquitetônicos identificados na Paisagem da Destruição em Mariana. Deste modo, semelhante à forma como Martins (2009) nomeou os produtos dessa junção de informações, os resultados das derivas foram registrados em “mapas influenciados” que representam os “[...] lugares de passagem com [...] [as] respectivas percepções” (MARTINS, 2009, p.888) do corpo caminhante.

Antes de partir para a descrição das aplicações metodológicas, entretanto, é importante destacar que, tendo composto a equipe técnica contratada para levantamento das perdas e danos sofridos pelos núcleos familiares atingidos pelo rompimento, a autora tinha conhecimento prévio sobre a existência de alguns dos equipamentos registrados, embora não conhecesse, de fato, a localização de todos eles ou por que caminho acessá-los. Apesar disso, sendo a deriva calcada no caminhar não direcionado, foi interessante perceber como, seja pelas formas sobressaltadas de suas fachadas, seja pelo movimento que provocam em seus arredores, os equipamentos de interesse dessa pesquisa surgiram imperantes na paisagem material, podendo ser facilmente identificados ao longo de um percurso tomado ao acaso por qualquer indivíduo. Deste modo, mais importante que encontrar, à deriva, suas localizações, foi identificar as formas como a presença destes equipamentos se destacou dentre os demais, contando a história do desastre por intermédio dos processos desencadeados por ele mesmo.

Assim, o primeiro lançamento à Deriva se deu no dia 04/11/2019, com duração aproximada de 01h50min. Nesta primeira experiência, foram percorridos os espaços da Porção Norte do município, observando atentamente o ambiente de modo a identificar presenças que denunciassem processos desencadeados, necessariamente, em razão do

acontecimento do desastre-crime de Fundão. Para tanto, sabendo que, conforme a subdivisão municipal sugerida, essa porção iniciava-se nos limites próximos à localização da Prefeitura Municipal de Mariana, a autora se conduziu até o local para dar início às atividades. A partir dali, o percurso no território não seguiu nenhuma lógica pré-determinada, o próprio meio urbano é que foi o condutor do caminho registrado na Figura 23. *Mapa Influencial 1*

Figura 23. Mapa Influencial 1



FONTE: Elaboração Própria, 2020

Neste percurso, foram identificados diversos elementos arquitetônicos de relevância a este estudo, ligados a 03 novos agentes inseridos no território em razão do rompimento de Fundão. Pouco tempo de caminhada foi necessário para notar, ainda nas imediações da Prefeitura Municipal, dois grandes equipamentos cujas presenças suntuosa claramente contam, por elas mesmas, parte da história do desastre. Um, em consequência de um grande sinalizador afixado em sua fachada. O outro, em razão de sua desarmonia arquitetônica com relação às construções circundantes.

Muito embora suas formas arquitetônicas e materiais construtivos sejam um pouco mais concordantes com as construções históricas situadas naquela via, o primeiro elemento identificado se destaca em meio aos demais, sendo caracterizado por um grande letreiro improvisado sinalizando que, ali, é a Nova Escola Municipal de Paracatu de Baixo [1]. A história contada aqui tem relação com o fato de que, com sua antiga unidade fragilizada pelo rompimento em Fundão (Figura 24), os alunos atingidos e atingidas da comunidade de Paracatu de Baixo foram inicialmente reinseridos(as) nas escolas do distrito sede (CABF, 2019).

Figura 24. Antiga Escola de Paracatu de Baixo



FONTE: CORREA, 2020

Entretanto, algum tempo depois, diante de situações como as que vimos no item anterior deste capítulo, estes alunos precisaram ser, novamente, remanejados para uma nova instituição (Figura 25. *Nova Escola de Paracatu de Baixo*). Nela, eles(as) têm “[...] aulas em uma turma somente com crianças e uma professora do distrito” (RAMOS; INDRUSIAK, 2016, p.20).

Figura 25. Nova Escola de Paracatu de Baixo



FONTE: Elaboração Própria, 2019

Com arquitetura, dimensão e contexto totalmente díspares das características anteriores, temos, na escola, a clara identificação do primeiro agente vinculado à Nova Mariana, para o qual dedicamos uma extensa análise no item anterior: os atingidos e atingidas pelo rompimento em Fundão. Compulsoriamente inseridos nessa nova realidade, o grupo de atingidos e atingidas removido de seus territórios compõe, hoje, a Paisagem da Destruição em Mariana. Nessa realidade “em espera”, os núcleos familiares atingidos se fazem presentes no território a partir da luta e resistência que desempenham à frente do processo de construção da reparação justa e integral. Entretanto, essa presença é também marcada por claros níveis de segregação socioespacial, como exhibe a escola criada especialmente para este público, materializando razões e relações excludentes das quais já tomamos conhecimento.

Um pouco mais adiante, na mesma rua onde identificamos este primeiro elemento, foi possível perceber uma segunda existência vinculada a um segundo grupo territorial (Figura 26): o Centro de Indenização Mediada da Fundação Renova [2]. A destacada fachada do edifício dificulta que ele não seja percebido diante dos demais. Utilizando-se de materiais e acabamentos bem diferentes da arquitetura ao seu redor, o centro é facilmente identificado como um grande equipamento privado com localização privilegiada dentro da cidade.

Figura 26. Centro de Indenização Mediada da Fundação Renova



FONTE: Elaboração Própria, 2019

Constituída em março de 2016 por meio de um Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC, 2016) assinado entre as empresas Samarco, Vale e BHB Billiton e os governos da União e dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, cabe à Fundação Renova – muito presente nos relatos dos atingidos e atingidas – a elaboração e implementação de programas de reparação para os danos causados pelo rompimento em Fundão. Dentre as medidas estabelecidas pelas pessoas atingidas junto com sua assessoria técnica, as indenizações foram elencadas como uma das formas efetivas de se alcançar a reparação integral. Nesse sentido, a Fundação Renova consolidou, por todo o território atingido na Bacia do Rio Doce, diversos centros como o exibido acima com o objetivo principal de efetuar negociações mediadas a partir do levantado pela assessoria técnica junto aos atingidos e atingidas, conforme instituem os acordos da ação judicial.

Posteriormente, percebendo que a região se tratava, ainda, de adjacências da zona central, em um esforço para se direcionar aos caminhos menos praticados da cidade conforme instruíram Debord (1958) e Careri (2013), a autora adentrou por ruas mais locais o que permitiu a identificação dos terceiro e quarto elementos (Figura 27). Mais discretos e harmônicos com a arquitetura ao redor, em uma rua muito estreita e movimentada pela forte presença de serviços diversos (como salões de beleza e minimercados), essas identificações só foram possíveis em consequência do entra e sai de pessoas que, notadamente, discutiam a respeito da situação dos atingidos e atingidas pelo rompimento em Fundão. Observando a cena, a autora notou que se tratavam, respectivamente, do Espaço/Redação do Jornal A Sirene

[3] e de um Centro de Reuniões [4]. Embora com acessos distintos, ambos compõem um mesmo edifício e estão vinculados ao primeiro grupo territorial aqui identificado: os atingidos e atingidas pelo rompimento em Fundão.

Figura 27. Redação do Jornal A Sirene e Centro de Reuniões



FONTE: Elaboração Própria, 2019

Presença marcante no território, o Jornal A Sirene (cuja redação está registrada na foto mais à esquerda) é tido como a voz dos atingidos e atingidas. Seu sugestivo nome faz referência à ausência de sirenes de alerta nos territórios atingidos quando da ruptura em Fundão (A SIRENE, 2019). Não fosse a ação das próprias pessoas das comunidades, cujos avisos encarregaram-se do papel que deveriam assumir as sirenes, precaveram as comunidades de uma perda humana ainda maior. Desde sua criação, o veículo continua ecoando a voz das pessoas atingidas. Produzido por elas próprias com o auxílio de assessores e apoiadores técnicos da Universidade Federal de Ouro Preto, da Universidade Federal de Minas Gerais e outras instituições, sua primeira publicação se deu em fevereiro de 2016. As novas edições seguem sendo publicadas sempre no dia 05 de cada mês, data marcada na história da vida dessas pessoas. Por tamanho significado simbólico, o Jornal foi eleito como uma das principais fontes das informações contidas no item anterior, constituindo-se como um acervo riquíssimo de expressão e relato dos próprios atingidos e atingidas como forma de demonstração da realidade a que vêm sendo sujeitados(as) desde o rompimento.

Hoje, os atingidos e atingidas tem o Jornal como espaço para “[...] compartilhar histórias de tradição, pertencimento, resistência e luta” (A SIRENE, 2018, p.09). “[...] O

Jornal A Sirene expõe a realidade que a gente vive sem rodeios e fala a verdade. Esse é o nosso jornal, o jornal dos atingidos” (A SIRENE, 2019, p.03), disse Maria do Carmo D’Ângelo, moradora de Paracatu de Cima. Ao lado da redação, está situado um Centro de Reuniões onde, conforme verificado junto à equipe de assessoria técnica (2019), acontecem importantes encontros entre os membros da Comissão de Atingidos pela Barragem de Fundão e os demais agentes envolvidos em seu processo de reparação. Apesar da presença tímida em meio ao tumulto da rua onde se localizam, esses equipamentos guardam e demonstram a força de um povo organizado e consciente, que persiste na luta pela reparação dos danos causados e pela reconstrução de suas vidas.

No trabalho pós campo, um fato interessante foi notado. Entre a identificação do Centro de Indenização Mediada da Fundação Renova, da Redação do Jornal a Sirene e o Centro de Reuniões da Comissão de Atingidos e Atingidas de Mariana, a deriva percorreu os arredores do espaço da Praça dos Ferroviários, onde ocorre a Feira Noturna citada no item anterior. Entretanto, como o percurso foi tomado à luz do dia, o espaço passou despercebido pelo olhar da autora que, no momento da caminhada, não associou aquela praça vazia ao local cheio de vida de que se caracteriza nas noites de quinta feira.

Apesar disso, voltando à descrição do percurso, o caminhar pela cidade (CARERI, 2013) continuou buscando adentrar por ruas ainda mais locais de modo que, convergindo entre uma rua e outra aos mandos do acaso (DEBORD, 1958), vez ou outra percebia-se algum grande equipamento, como a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, situada em um ponto de elevação tal que permitia uma bela vista de Mariana. Entre as ladeiras, ruas tortuosas e belas vistas da cidade, deparamo-nos com a quinta marca no desastre na paisagem de Mariana (Figura 28): um escritório da Equipe Fixa de Assessoria Técnica aos Atingidos e Atingidas pela Barragem de Fundão [5]. Nele, um discreto cartaz afixado por entre as janelas coloniais denuncia o atividade que o edifício abriga.

O direito a uma equipe de assessoria técnica escolhida pelos atingidos e atingidas e com atuação independente das empresas mineradoras foi instituído por meio de um parecer conjunto dos Ministérios Públicos Federal e Estadual (CASTRO, 2016). Em Mariana, o acompanhamento técnico por território é desenvolvido pela equipe da Cáritas Brasileira – Regional Minas Gerais desde outubro de 2016, conforme votado pelas pessoas atingidas.

Figura 28. Escritório da equipe de Assessoria Técnica



FONTE: Elaboração Própria, 2019

No território, a entidade é responsável por assessorar tecnicamente os núcleos familiares atingidos, fornecendo-os aporte técnico tal que reduza a assimetria de poder existente entre os dois grupos em disputa: a saber, as empresas e os(as) atingidos(as). Junto às pessoas atingidas, a assessoria é responsável por, dentre outras coisas, auxiliá-las no reconhecimento de suas perdas e danos, além de construir, lado a lado, as estratégias e diretrizes norteadoras do almejado alcance à reparação integral. Avistamos aqui, o terceiro agente territorial: a equipe de assessoria técnica independente.

As assessorias técnicas autônomas e independentes ao longo da Bacia do Rio Doce contribuem para a garantir dos direitos dos atingidos e atingidas, sobretudo para a justa e integral reparação dos danos causados pelo desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton que alterou modos e projetos de vida e territorialidades de forma extremamente danosa. As já implementadas [...] tem sido fundamentais, para além do já mencionado, na identificação e impedimento das sucessivas violações. (CARNEIRO, 2018 *in* BENTO; DRUMOND, 2018, p.11)

Algum tempo de caminhada após perceber o escritório, avistou-se novamente a Prefeitura Municipal da cidade. Portanto, percebendo ter, inesperadamente, retornado às proximidades do ponto de partida, a autora buscou dirigir-se no sentido contrário. Assim, na direção de uma ponte estreita utilizada somente por pedestres, deparamo-nos com uma rua quase vazia. De um lado, cercada por um grande e extenso muro. De outro, margeada pelo rio

que havíamos acabado de cruzar. A partir dali, por um período considerável de tempo, em uma região marcadamente residencial, não foi identificado nenhum elemento de interesse até que, convertendo para outras direções, uma movimentação chamou a atenção.

O entra e sai de pessoas e veículos que se dirigiam entre uma casa e outra, cujos materiais e vestimentas estampavam a logo da instituição de assessoria técnica, assinalaram na paisagem a presença de mais dois escritórios da instituição de assessoria (Figura 29 e Figura 30). O primeiro, direcionado à equipe contratada para executar e sistematizar o levantamento de perdas e danos – ou, simplesmente, cadastro – dos núcleos familiares atingidos [6]. O segundo, prioritariamente direcionado a questões administrativas, de mobilização e gerência [7], conforme informou a Comissão de Atingidos (CABF, 2019).

Lado a lado com a assessoria e os atingidos, atuam também instituições/organizações outras (XAVIER, 2018), como movimentos sociais (como o MAB) e redes de pesquisa formadas por grupos como o de Estudos e Pesquisa Socioambientais (GEPSA), da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e o de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG),

Figura 29. Escritório da equipe do cadastro da assessoria



FONTE: Elaboração Própria, 2019

Figura 30. Escritório administrativo da assessoria



FONTE: Elaboração Própria, 2019

No percurso, seguindo a acentuada subida onde se localizava o terceiro escritório da assessoria, encontramos um trecho urbano aparentemente mais planejado, menos tortuoso. Não tão distante dali, entre os quarteirões e lotes que, apesar de declivosos, são bem definidos, uma marquise chama a atenção ao sinalizar a “Lanchonete da Sandra de Bento Rodrigues” [8]. Dentre as muitas saudades relatadas pelos atingidos, as “Coxinhas da Sandra” estão no topo (CABF, 2019). Famosos não só entre os antigos moradores das comunidades, o antigo restaurante de comida mineira e a antiga pousada (Figura 31) administrados por Sandra em Bento Rodrigues faziam sucesso também entre os turistas que visitavam a região, sendo tidos por muitos como “[...] um refúgio na estrada real” (TAVARES, 2015, p.01).

Figura 31. Antigo estabelecimento da Sandra de Bento Rodrigues



FONTE: TAVARES, 2015

Somados, a localização privilegiada na porção central do antigo subdistrito e a receptividade de Sandra fizeram do Casarão herdado do pai um dos principais pontos turísticos da região, segundo a reportagem de Tavares (2015). Hoje, por trás do ponto de ônibus, de um modo bem mais discreto e amortecido por inúmeros outros estabelecimentos comerciais situados no mesmo local de passagem, o novo Bar da Sandra [8] não conta mais com os aportes de um estabelecimento para estadia e não se localiza mais na rota de importantes pontos turísticos estaduais.

Figura 32. Lanchonete da Sandra de Bento Rodrigues



FONTE: Elaboração Própria, 2019

Aqui, cabe destacar que, conforme sinalizado na Figura 23. *Mapa Influencial 1* a via onde se localiza este elemento é, na verdade, um trecho da cidade cortado pela MG-129, o que aponta um caráter transitório e de passagem. Com pouco espaço até mesmo para enquadrar a fachada do estabelecimento na fotografia, no momento do registro, captamos uma das principais características atuais do estabelecimento: fornecer lanches rápidos para transeuntes e, com mais frequência, para funcionários das empresas de transporte que tem, no local, um de seus pontos finais. Ainda assim, sua presença sinaliza um importante ato de (r)existência ou, em outros termos, sobrevivência diante das tantas adversidades impostas pela nova realidade, conforme vimos no item anterior.

Ao fim da caminhada, saindo da rodovia com direção a vias mais urbanas, nota-se mais um escritório da Fundação Renova [9]. Desta vez mais discreto e menos imponente, com letreiro já bastante desgastado por ação do tempo, o local parece ser, apenas, um escritório comum (Figura 33) que abriga as atividades de rotina dos trabalhadores e trabalhadoras da fundação. Portanto, não causa em seu entorno grande movimentação, sendo sua presença marcada, principalmente, pelo ícone empresarial afixado na fachada do edifício.

Figura 33. Escritório da Fundação Renova



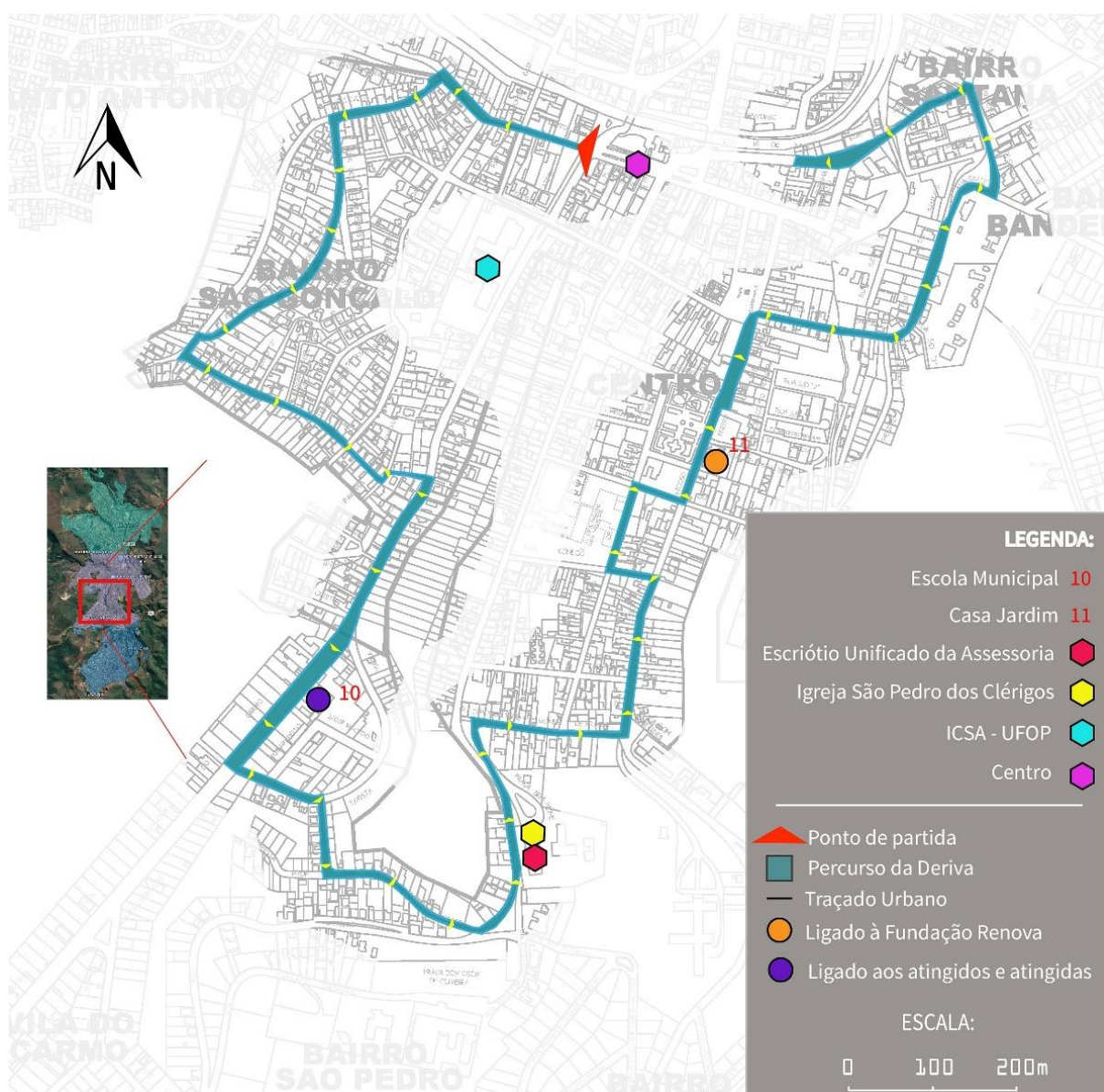
FONTE: Elaboração Própria, 2019

Assim, semelhante ao Centro de Indenização Mediada da Fundação Renova, o equipamento conta com uma localização privilegiada dentro da cidade, situado em uma via que dá acesso direto ao centro do distrito sede, onde foi encerrado o primeiro momento de imersão em campo. Naquele dia, foram identificados 09 edifícios que, claramente, surgiram ou se modificaram em consequência do rompimento em Fundão. Para rememorar: a Escola Municipal de Paracatu de Baixo, o Centro de Indenização Mediada da Fundação Renova, a Redação do Jornal a Sirene, o Centro de Reuniões da Comissão de Atingidos, 03 Escritórios da Assessoria Técnica, a Lanchonete da Sandra de Bento Rodrigues e mais um Escritório da Fundação Renova. Notadamente, essas presenças marcam na paisagem de Mariana o acontecimento do desastre e os processos que ele desencadeou na cidade.

Após um tempo para organização e sistematização das primeiras informações coletadas, o segundo lançamento à deriva ocorreu no dia 10/01/2020, pouco mais de dois meses depois da primeira imersão. Nesta data, a atividade correspondeu ao ato de caminhar

pela porção central do município de Mariana (Figura 34. *Mapa Influencial 2*). Desta vez, foram identificados mais 02 elementos que visivelmente não existiriam não fosse o desastre, conforme podemos ver a seguir.

Figura 34. Mapa Influencial 2



FONTE: Elaboração Própria, 2020

Iniciando a caminhada a partir do ponto mais central da cidade, encontramos uma Mariana colonial típica. Nela, permitindo-se conduzir por becos, vielas e ruas muito estreitas, em dado momento, alcançamos uma via visivelmente mais agitada, com grande fluxo de veículos e pessoas, presença marcante de comércio e serviços nos pavimentos térreos e habitações nos andares superiores das construções. Tratava-se da Avenida do Catete, principal via de acesso ao distrito-sede, que interliga a cidade à BR-356. Nela, um grande letreiro

chama atenção. Assim como a Escola de Paracatu, a Escola de Bento Rodrigues [10] também sobressaiu na paisagem que a circunda. Com seus “pontos de estada” bem delimitados, os alunos e alunas atingidos e atingidas de Bento Rodrigues também precisaram de remanejamento escolar em consequência da destruição da Escola Municipal de Bento Rodrigues (Figura 35) e dos acontecimentos do porvir.

Figura 35. Antiga Escola de Bento Rodrigues



FONTES: VIA COMERCIAL, 2018; BENTO RODRIGUES, 2020 (Modificados pela autora)

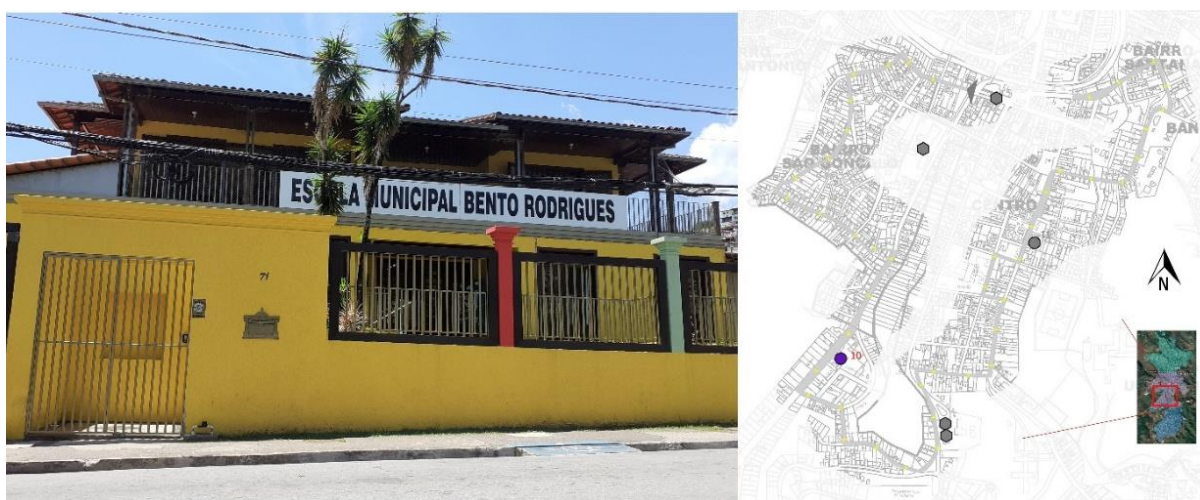
Era uma escola de corredores largos, por onde, através das janelas, podia-se ver a movimentação do pequeno distrito que a rodeava. Nas paredes, que nem se sabia tão frágeis quanto os cartazes de papel nelas colados, estavam os desenhos dos alunos. [...] Meninos e meninas que moravam tão perto da Escola Municipal Bento Rodrigues que de suas casas podiam ouvir o sinal tilintando. Latidos de cachorro, pipas apuradas no céu e bicicletas circulando por ali compunham o cenário do subdistrito de 307 anos de idade. (GARCIA, 2016, p.01)

Segundo a reportagem, cerca de três dias após o rompimento em Fundão, a Secretaria Municipal de Mariana contatou a diretora da escola para que, juntos, pudessem estudar formas de continuar as aulas de um ano letivo que estava prestes a terminar. Apesar do pouco tempo decorrido desde o desastre, a diretora viu com bons olhos essa iniciativa, entendendo que retomar as aulas e os convívios sociais seria importante para que os alunos e alunas iniciassem o processo de superação do trauma. De tal modo, as crianças, jovens e adolescentes atingidos foram emergencialmente remanejados para uma das escolas municipais localizadas no distrito sede (CABF, 2019). Ao contrário do que muitos poderiam imaginar, a adesão à “volta às aulas” foi grande, demonstrando a importância da retomada desse convívio para as pessoas atingidas: “Vimos que as crianças aos poucos iam se recuperando, no ato de rever os amigos e os professores. [...] Foi uma recuperação positiva do choque que estavam vivendo”

(SANTOS, 2016 *in* GARCIA, 2016, p.01).

Muito em breve, entretanto, a realidade se transformou. O aumento de *bullying* e exclusão – não generalizadas – praticadas contra os atingidos e atingidas não somente de Bento Rodrigues mas de todas as comunidades atingidas (A SIRENE, 2016a) fez com que estes alunos e alunas também enfrentassem uma nova realocação. Nessa direção é que foi instituída a Escola Municipal de Bento Rodrigues (Figura 36) que, apesar de enfrentar dificuldades outras como os desafios de atender, em um mesmo local, estudantes do ensino infantil até o médio, representou a possibilidade de manutenção da identidade e das relações próprias dos atingidos e atingidas.

Figura 36. Escola Municipal de Bento Rodrigues



FONTE: Elaboração Própria, 2020

Mesmo sem conhecer os limites interiores do prédio, notadamente, ele em muito se difere da antiga escola. Agora se localizando em uma das principais vias de acesso à sede do município e tendo em vista o espalhamento dos atingidos e atingidas pelo território municipal, a relação íntima e próxima que os(as) alunos(as) e funcionários(as) possuíam com o antigo edifício (GARCIA, 2016) se vê inviabilizada. Ainda, mesmo que reinscritos em um novo centro educacional, as marcas do desastre permaneceram expressivas.

Mesmo seguras em sua nova escola, as crianças e os adolescentes que presenciaram a tragédia de Mariana ainda se alarmam a qualquer barulho ou perturbação. A diretora Eliene relata que, em uma ocasião, a caixa da água encheu mais do que devia, provocando um barulho incomum. Crianças e adolescentes formados correram em desespero, em busca de abrigo. (GARCIA, 2016, p.02)

Levará tempo para que este trauma seja superado. Entretanto, como em um ato de resistência, a presença dos atingidos e atingidas no território municipal é marcante.

Demonstra sobretudo a força dos vínculos de uma coletividade que, apesar de compulsoriamente desvinculada de seu território, não se permite perder suas raízes.

Continuando o percurso, retirando-se da agitação da via onde se insere a escola, seguimos por um longo caminho sem identificar nenhum elementos de interesse. Aqui, entretanto, cabe destacar que, com presença camuflada pela vizinha e contígua Igreja barroca de São Pedro dos Clérigos, um elemento de interesse a este estudo não foi percebido pela autora. Hoje, as três casas utilizadas como escritórios de assessoria (identificados na primeira deriva) não abrigam mais este uso (CÁRITAS BRASILEIRA, 2020). De tal maneira, os assessores e assessoras técnicos(as) atuam, desde o início do ano de 2020, integradas em um escritório unificado com fins ao aperfeiçoamento dos trabalhos da assessoria. No momento da primeira deriva, entretanto, essa unificação ainda não havia ocorrido, permitindo a percepção dos três equipamentos anteriormente utilizados como escritório.

No segundo momento de imersão, sem perceber a presença do novo escritório unificado da assessoria diante da bela vista que surge à frente da igreja em suas adjacências, o percurso continuou até encontrar, em meio a um tecido urbano aparentemente espontâneo, uma cidade mais formal e linear em termos urbanísticos. Nela, uma segunda presença se demonstra vívida e imperante (Figura 37) em uma das regiões turísticas mais centrais do município: a Casa do Jardim da Fundação Renova [11]. Aberto ao público para visitação, o espaço foi criado, segundo a Fundação (2018), como local de interação, produção e estímulo ao conhecimento, contando com sessões dedicadas, dentre outras coisas, a informações sobre o rompimento de Fundão e relatos das memórias dos atingidos e atingidas da região.

Figura 37. Casa do Jardim da Fundação Renova



FONTE: Elaboração Própria, 2020

Apesar dos objetivos e ideologias apresentadas no site da Fundação Renova (2018), os

relatos dos atingidos e atingidas denunciavam que o Casarão (Figura 38) nada mais é do que “[...] uma paisagem de fachada que esconde uma ruína mineral [...]” (WISNIK, 2018, p.31) através da “[...] venda da imagem da cidade [...]” (OLIVEIRA, 2007, p.173) e da “boa lida” das empresas com as situações desencadeadas pelo desastre (A SIRENE, 2019).

Figura 38. Reportagem do Sirene sobre o “Museu” da Fundação Renova



O museu do crime

Dentre as estratégias de publicidade da Fundação Renova, uma tem localização central na cidade de Mariana e funciona como atração turística. Os(As) visitantes, quando saem, levam a sensação de que sabem o que se passa nas comunidades atingidas e de que a fundação/empresas estão reparando os danos. Nós, que estamos do outro lado e vivemos a realidade, sabemos que o casarão da Renova mente, assim como a fundação.

FONTE: QUINTÃO, CARNEIRO, 2019, p.07

O casarão, para mim, não tem utilidade nenhuma. Quem vai, fica encantado e acha que está tudo bem. Mauro, outro dia, falou certo, a Renova faz hipnose e ilusionismo, porque ela hipnotiza quem vai lá. Fizem aquele casarão lindo, gastaram uma grana, se for olhar, ficou maravilhoso igual o marketing deles, mas não beneficia a cidade. Por mim, aquilo não existiria, só vou lá quando sou obrigada a pegar um documento. Entro com vergonha e medo, porque, só de entrar lá, os outros já falam que você tá indo buscar dinheiro. É humilhante entrar nesses lugares. A empresa não tá me dando nada, ela tem de repor o que me tirou e não vai conseguir repor nem metade. (QUINTÃO, CARNEIRO, 2019, p.07)

Com opiniões totalmente díspares, atingidos(as) e Fundação Renova têm sensações contrárias com relação ao museu, situação que indica não somente a ação de uma territorialidade imperante por parte da Fundação, como também a desterritorialização das pessoas atingidas, que não reconhecem sua verdadeira história no espaço. De um lado, a Fundação discursa em sua defesa, elegendo-o como importante centro de estímulo ao conhecimento, informação e incentivo à cultura. De outro, atingidos e atingidas manifestam

seu repúdio quanto ao edifício e sua discursada ideologia, assinalando seu caráter agressivo para com suas perdas e danos, principalmente com relação ao *marketing* feito pela Fundação por intermédio do museu e da impressão de reparação de danos que os(as) visitantes(as) podem sentir ao visitá-lo. Sem adentrar para seu interior, o caminhar sem rumo foi retomado encontrando novamente a região mais central e finalizando, assim, a deriva do dia.

Por fim, o terceiro e último lançamento ocorreu em 09/03/2020 e se propôs a percorrer a porção Sul do município (Figura 39). Margeado pela BR-356, o percurso se iniciou ali. Entre oficinas mecânicas e um fluxo intenso de veículos, propusemos a retirada dessa zona de transição direcionando o caminhar para uma via cujo acesso é quase imperceptível.

Figura 39. Mapa Influencial 3



FONTE: Elaboração Própria, 2020

Bastaram alguns metros percorrendo a rua para notar que se tratava, na verdade, do início de um extenso aclive. Entre as vias espontaneamente dispostas, permitindo-se mudar de direção ora ou outra, verificou-se que essa é uma região predominantemente residencial, não dotada de equipamentos públicos de relevância para além do contexto local. Nela, não foi identificado nenhum elemento de inscrição de pertinência às análises aqui propostas, fato que comentaremos no item a seguir. Agora, portanto, diante da somatória de informações materiais e imateriais que reunimos com relação à Paisagem da Destruição em Mariana, formularemos análises sob a perspectiva aqui abordada de modo que, no capítulo seguinte, estabeleceremos um conjunto de relações entre o contexto analisado e as formulações teóricas apresentadas nos capítulos anteriores.

2.4 Mariana: da destruição à reconstrução

O desastre-crime do rompimento em Fundão foi, sem dúvidas, o que fez surgir a Paisagem da Destruição em Mariana. De muitas maneiras, demonstrou que a Natureza tornou-se maleável sob o olhar do aperfeiçoamento técnico-tecnológico e passou a ser encarada pura e simplesmente como provedora de “recursos” que, agora transformados em *commodities minerais*, são submetidos à comercialização aos mandos do comportamento do mercado internacional. Nessa ideologia produtiva insustentável e criadora de Paisagens da Destruição, os minérios tornaram-se produtos, os cidadãos tornam-se atingidos e atingidas e o valor do espaço passou a ser medido pelo montante que ele possa representar como mercadoria.

Assim, essa prática econômica hegemônica exerce poder e controle sobre os espaços e condições da vida humana. Embora com existência autônoma, funciona a despeito dos demais agentes territoriais, trazendo para os lugares onde se inserem uma realidade submissa e não emancipada. Nessa condição, tratando-se fundamentalmente de um contexto socioespacial, vimos que o sentido essencial das cidades passou a ser ignorado. Mariana, como todo lugar no globo, está submetida a um contato multiescalar que complexifica as relações socioterritoriais testemunhando que, globalmente articulados, todo espaço está susceptível à exploração e dominação de agentes globais.

Nesse contexto e na linha das formulações que construímos no capítulo 2, toda Minas Gerais é testemunha de nossa crescente capacidade de engendrar ofensivas com direção à destruição massiva do ambiente onde vivemos. Neste “campo minado” (XAVIER, TEIXEIRA, 2019), os resultados das ações arbitrárias do modelo minero-exportador brasileiro

demonstraram a contradição contida no discursado progresso que o setor alega. E assim, como milhares de Drummonds do século XXI que assistem a aniquilação dos variados “Picos do Cauê” mineiros, assistimos pávidos – embora passivos, ao contrário do poeta – o extermínio dos territórios mineiros pelos moldes da mineração. A este engendramento de destruições é que damos o nome de “progresso”. Mas progresso para que? E para quem?

A esta altura, já é possível afirmar que, nesse arranjo de forças, os benefícios incidem sobre poucos e o que resta para as populações atingidas por grandes empreendimentos são medidas de mitigação pelos danos causados. Ou, como vimos em Mariana, medidas emergenciais paliativas tomadas sem considerar questões como desigualdade econômica ou o grau de autonomia que elas são capazes de fornecer aos grupos sociais que visam atender. No epicentro dessa dialética, o conflito instaurado no município evidenciou que a mineração brasileira protagoniza os moldes macroeconômicos fomentadores de conflitos socioambientais, como foi Fundão.

Dentre as consequências do desastre vimos que, tendo permanecido à beira dos rios contaminados ou sido relocados(as) em moradias provisórias, os núcleos familiares atingidos são, mais que vítimas de uma crise social, ética e global, mártires de uma postura hegemônica desterritorializadora e violadora de direitos humanos fundamentais (BRASIL, 1988). Assim, como marca expressiva da ação da territorialidade dominante, a Paisagem da Destruição em Mariana revela tanto as influências globais sobre o ambiente local, quanto a resposta local à tal interferência através da drástica alteração de modos de vida, hábitos, rotinas e relações socioterritoriais das pessoas atingidas. No primeiro ponto, podemos citar o momento do avanço da indústria mineradora com direção a novas áreas de exploração quando da alta mundial no preço das *commodities* minerais. No segundo, quando o próprio desastre pode ser lido como uma consequência local do avanço minero-exportador sobre o território ou por meio da realidade relatada pelos depoimentos das pessoas atingidas, que contam do surgimento de novos agentes, espaços e relações dentro município. Nesse escopo, os aspectos materiais e imateriais levantados sobre essa paisagem impõem reflexões sobre os significados deste novo lugar permeado por novas relações, novos níveis de apropriação e novos atores(as) se relacionando em seu interior.

Uma primeira situação que o caso de Mariana nos coloca é a caracterização de um novo elemento construtor de espacialidades: a lama. Por intermédio da homogeneização espacial, a onda de rejeitos liberada pelo rompimento em Fundão não somente equalizou os territórios destruídos, despindo-os de suas individualidades, marcas e vitalidade, como também impulsionou o surgimento de outros territórios e organizações socioespaciais nas

paisagens envolvidas nesse processo. Nestes moldes, tendo em vista a construção dessas novas formas organizativas e relacionais, podemos também tratar a Paisagem da Destruição em Mariana como Paisagem da Reconstrução. Ou, em outras palavras, como um processo de viciosas reconstruções decorrentes de ações massivas de destruição de paisagens e relações territoriais.

Segundo essa lógica de destruição criativa do espaço (BRENNER, 2014), a desconstrução espacial causada pelo rompimento em Fundão pode ser vista, por muitos, como o custo necessário à acumulação capitalista e ao desenvolvimento técnico-tecnológico. Deste viés, destruir para reconstruir em nome de ideologias progressistas se tornou uma ação que, apesar de destrutiva, movimentou o capital e remodelou o espaço em acordo com as pretensões dos agentes capitalistas, enfatizando dispositivos de estímulo à (re)produção de capitais e, por isso, promovendo a manutenção do capitalismo como sistema político e financeiro do qual os resultados inevitáveis são as Paisagens de Destruição.

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que o rompimento em Fundão destruiu, também transportou a vinculação territorial dos atingidos e atingidas para três estágios distintos e inter-relacionados. Os territórios destruídos, por exemplo, estão agora vinculados à memória, a uma realidade que já não é mais possível viver e que em quase nada se assemelha ao cotidiano atual. O lugar de estada no presente, por sua vez, não é nem mesmo caracterizado como um território para a maioria das pessoas atingidas, cujos depoimentos contam da falta de identificação com o contexto e rotinas atuais e do desenlace afetivo com o lugar do presente. Mas a construção das novas comunidades por meio dos processos de reassentamento em curso, por sua vez, demonstra de muitas formas o surgimento de um vínculo territorial que nasce do apego à esperança pela retomada dos modos de vida.

Para além dessas reformulações afetivo-territoriais, o acontecimento do crime de Fundão também gerou outros níveis de reconstrução. A proposta da Casa do Jardim, por exemplo, sugere uma releitura do desastre na perspectiva das causadoras do dano. Ao nosso ver, em uma tentativa de reconstruir a imagem das empresas responsáveis pelo desastre o que, como vimos, também ocorre por meio da publicidade e propaganda veiculadas sobre as ações de reparação. Isto, mesmo e ainda que, como também vimos, elas não estejam sendo implementadas por livre e espontânea vontade das empresas mas sim em razão da construção e solidificação da luta das pessoas atingidas pela reconstrução de suas vidas.

Até os próprios processos de reassentamento vêm sendo tomados, pelas empresas, como meio de promoção. As formas como vêm sendo conduzidos estes processos aponta uma direção contrária a uma maneira efetiva de, mais que reestabelecer estruturas físicas,

viabilizar a construção de territórios qualificados por verdadeiros vínculos territoriais. Este alcance só seria possível se as comunidades tivessem possibilidade concreta de participar e gerir os processos de construção dos projetos, situação que autoras como Xavier (2018) ou Xavier e Carneiro (2020) demonstraram não acontecer. Além disso, mais que promover os responsáveis pelo desastre diante da destruição dos antigos territórios e de sua necessidade de reconstrução, tais processos também movimentam indústrias como a da construção civil e, até mesmo, a própria indústria mineradora.

A desenvoltura do processo de reparação de danos também exigiu novas formas de organização, novas rotinas e novas dinâmicas aos agentes envolvidos nestes processos. Para construir e dar andamento ao processo reparatório, a chegada/criação de instituições como a equipe de Assessoria Técnica Independente, a Comissão de Atingidos(as) pela Barragem de Fundão (CABF) e a própria Fundação Renova também trouxe à tona novas relações de poder, novas rotinas e novas articulações espaciais. Sob esta perspectiva, mesmo que as reconstruções materiais e afetivas ainda não tenham sido efetivas em sua totalidade, novos territórios foram construídos e, em consequência, as paisagens envolvidas nestes processos foram transformadas. Pessoas “comuns”, por exemplo, tornaram-se atingidos e atingidas; organizações de terceiro setor e de articulação popular se inseriram no local em prol da luta dessas pessoas; Além disso, novas configurações institucionais foram criadas e, como estas, uma infinidade de outros arranjos configuraram, também, a demarcação de novos territórios, novas articulações e novas formas organizacionais.

Não fosse a destruição dos antigos territórios, teriam as comunidades atingidas sido submetidas às novas relações, articulações e enfrentamentos dos quais contam seus relatos? Não fosse a vinda de novos agentes para lida com o processo reparatório, teriam sido criados os novos espaços ou os novos usos e apropriações identificados no trabalho de campo? Não fosse o início dos processos de reassentamento, teriam surgido novos níveis de apropriação espacial por parte de uma população que, finalmente, pôde vislumbrar a retomada do seu pertencimento e de sua vinculação com um lar? De uma ou outra forma, chegamos a um lugar comum: uma coletividade com pouquíssima ou nenhuma vinculação espacial e afetiva com o lugar atual. Como indicaram seus próprios relatos, Mariana é, para as pessoas atingidas, um local de passagem – ainda que a estadia esteja perdurando mais tempo do que o imaginado.

Mas ser um lugar “de espera” não quer dizer, necessariamente, que Mariana não tenha nenhum significado na vida dessas pessoas. As atividades de campo aqui desenvolvidas podem nos ajudar a compreender essa perspectiva. Primeiro, é importante destacar que, ainda que nas imersões em campo não tenhamos buscado especificamente por elementos

arquitetônicos como marcas materiais da paisagem, as novas construções ou construções transformadas foram os elementos que se impuseram no sentido de denunciar o acontecimento do desastre-crime de Fundão e das situações e dinâmicas que a ele se seguiram. Caso essas atividades tivessem sido realizadas nos territórios homogeneizados pela lama, os elementos identificados poderiam ter sido outros, como pichações, ruínas ou o próprio vazio que se instalou nos locais destruídos pela onda de rejeitos (Figura 40).

Figura 40. Marcas do desastre nos territórios destruídos

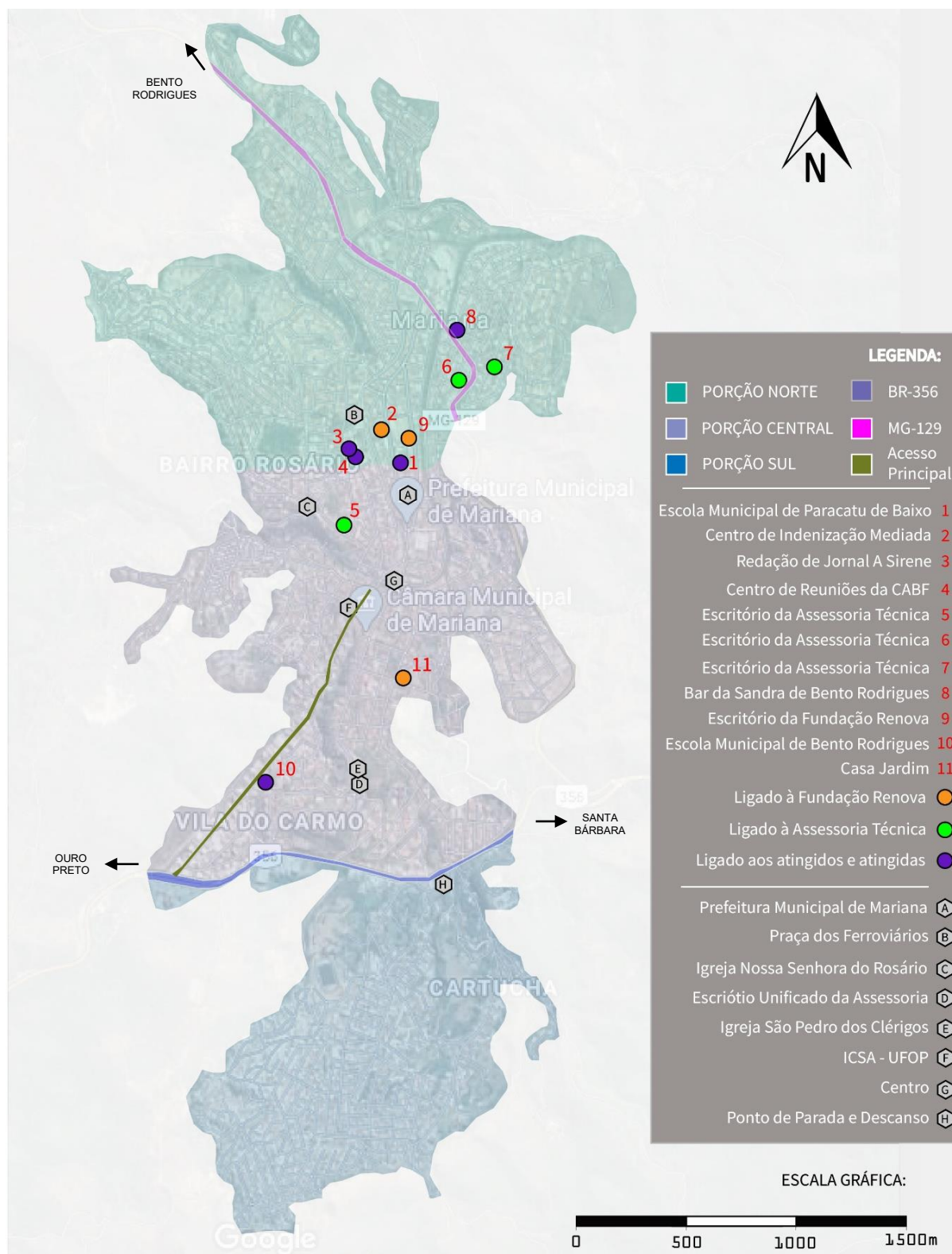


FONTE: PASSARINHO, 2019

O que vimos, ao contrário, foi uma cidade aparentemente comum, com pessoas e veículos se deslocando entre um território e outro em razão de suas atividades cotidianas. Mas, em meio à rotina da cidade, pudemos observar a presença de elementos vinculados a agentes que, em disputa, ora foram inseridos no território para dar apoio aos atingidos e atingidas, ora para subsidiar as ações das empresas responsabilizadas pelo desastre-crime e então responsáveis por lidar com a reparação das pessoas atingidas. Logo, os elementos identificados representam alterações materiais que corroboram com a perspectiva da reconstrução aqui construída. Ainda, se questionarmos o porquê deles estarem onde estão, faremos várias constatações interessantes relativas a esta realidade “em espera”.

Ao observarmos o levantamento total dos dados realizado no terceiro item deste capítulo (Sumarizado na Figura 41), veremos que, não coincidentemente, as áreas Central e Norte do distrito-sede abrigam a maior parte dos elementos materiais identificados na Paisagem da Destruição em Mariana.

Figura 41. Marcas do desastre de Fundão no contexto de Mariana-MG



FONTE: Elaboração Própria, 2020

A este respeito, vale relembrar que, na cidade, as Porções Norte e Central correspondem às áreas mais “formais”, onde há uma oferta maior de comércios e serviços, além de uma visível maior regularização dos padrões funcionais, estéticos e patrimoniais

normativos. Como também observamos no item anterior, nas regiões centro e Norte se localizam os principais equipamentos públicos e privados da cidade, estando eles concentrados principalmente na área central. Basta caminhar pelo espaço citadino para perceber a clara transmutação de cenário que ocorre junto ao deslocamento para a porção Sul, essencialmente residencial, com presença marcante de comércios característicos de “beira-de-estrada” e intenso fluxo rodoviário que interliga o município a outros grandes centros como a histórica Ouro Preto. Por tais características, não é difícil concluir o porquê da localização majoritária de tais elementos.

Os equipamentos vinculados à Fundação Renova quase sempre estão inseridos de forma imperante e majestosa, destacando-se entre os demais elementos da paisagem como se criando “[...] territórios que [,localizados estrategicamente,] sirvam de vitrines para os observadores da cidade” (OLIVEIRA, 2007, p.194). A Casa do Jardim (11), por exemplo, está implantada na principal praça pública de Mariana: a praça Gomes Freire. O famoso “Jardim”, guardião de parte do patrimônio histórico e cultural brasileiro, além de um dos mais relevantes locais de socialização da cidade é, também, um dos principais pontos turísticos do município. Da mesma forma, o Centro de Indenização Mediada (02) e o Escritório da Fundação (09) localizam-se nas imediações da Prefeitura Municipal da Cidade, em vias bastante movimentadas e bem servidas de serviços urbanos. Em qualquer destes casos, o caráter de visibilidade parece ter sido um dos principais interesses na escolha do local de implantação.

Enquanto isso, aqueles vinculados aos atingidos e atingidas ou à instituição que presta assessoria técnica possuem inserção mais discreta e menos preponderosa. Com exceção das novas escolas municipais, cujos chamativos letreiros impõem sua presença sobre os outros elementos da cidade. Assim, vemos que os equipamentos que se prestam ao “conhecimento” ou “admiração” de agentes externos localizam-se justamente na área mais praticada de cidade: a região central e suas adjacências. A Escola de Bento Rodrigues (10) está implantada em um dos principais acessos de Mariana, passando a impressão de normalidade e readaptação. A Casa do Jardim (11), claramente dedicada ao turismo, está situada na principal praça pública do distrito-sede, como já observamos. E a Escola de Paracatu de Baixo (01), nos arredores de influentes outros equipamentos, como a Prefeitura Municipal e a Estação Ferroviária da cidade. Tais localizações são notadamente estratégicas levando em consideração a intenção semioculta de externar uma tranquilidade que não existe (A SIRENE, 2018b) quando, na verdade, o que há é um tipo de ruptura que descontinua mas não separa completamente os atingidos e atingidas do restante da cidade.

Para um visitante, talvez estes elementos pouco se destacassem dentre os demais componentes da paisagem. Ou talvez até marcassem o momento da apreensão, mas se anulassem em seguida entre os demais. Para quem mora em Mariana e arredores, provavelmente, pode ficar uma lembrança profunda de um acontecimento que lavrou uma triste marca na história da cidade. Apesar disso, essas pessoas não necessariamente possuem uma relação direta com os territórios que surgiram em Mariana desde Fundão. Por este motivo, os elementos a que nos atentamos talvez contracenem, sem nenhum protagonismo, em meio a tantos outros significados que a cidade tem para quem a vivencia. Mas qual será a paisagem que fica para aqueles e aquelas que foram destruídos pelo rompimento?

Independente do território utilizado como base para experimentação espacial, o que os fatos levantados sobre a Paisagem da Destruição em Mariana nos mostram são, como vemos, variadas formas de reconstrução. No âmbito da significação, elementos/fatos/situações que podem não importar para muitos têm muito significado na vida e na rotina dos atingidos e atingidas. Um escritório da Fundação Renova pode passar despercebido ao olhar de qualquer um. Mas, para alguém que teve sua vida completamente modificada pelo rompimento em Fundão, ele pode lembrar os intermináveis momentos de reunião, negociação e debate sobre perdas e danos em que se transformou a sua rotina. Os escritórios da assessoria técnica os(as) lembram que ainda não é hora de parar de lutar porque os danos continuam, ainda que o cotidiano pese e grite a vontade de descansar. E a nova configuração do bar da Sandra os(as) ensina a resignificar. Para quem sofreu e sofre com as consequências do rompimento, o cotidiano é a própria Paisagem de Destruição (ou da Reconstrução). Nesse sentido, o local do presente tem significado para quem luta, diariamente, pela reconstrução de sua vida. E esse significado, diferente do caráter da estadia nesse lugar, pode ser permanente. Essa não é uma memória fácil de ser apagada.

Ainda, ao considerarmos, a partir de seus próprios depoimentos, a quase completa desvinculação material-afetiva dos atingidos e atingidas de Mariana para com o lugar onde residem na atualidade – seja ele o distrito sede ou a própria comunidade transformada –, comprovaremos que, em nível de apropriação e inclusão socioespacial, as pessoas atingidas estão dentro da paisagem mas em uma condição completamente singular. A presença das escolas de Bento e Paracatu, para ilustrar, os(as) coloca diante de uma realidade de segregação em níveis, inclusive, institucionais.

Inseridos(as) em um lugar que não é o seu, a tentativa de resignificação é uma exigência da realidade das pessoas atingidas. Tudo porque esse novo lugar também trouxe novas situações. Famílias que sempre se entenderam passaram a brigar. Os vizinhos que se

costumava ver todos os dias, agora é raro encontrar. O lugar onde se vive hoje em nada se assemelha à propriedade que se possuía, onde era possível plantar, criar e cultivar. Claramente, as pessoas atingidas encontram-se, nos dias atuais, despidas ou fragilizadas em suas relações espaciais, afetivas e materiais.

Nessa nova realidade, tudo está em disputa. Até mesmo o direito de dizer sobre suas perdas e danos, o reconhecimento sobre todas as formas de ser atingido(a) e os termos utilizados para definir a situação dessas famílias. Se do lado de lá, agentes como a Samarco ou a Fundação Renova preferem utilizar o termo “impactados”, como se os resultados do rompimento se ativessem ao impacto imediato causado pela lama e terminassem ali, do lado de cá, percebemos que aquele 05 de novembro permanece atingindo, diariamente, não só a vida dessas pessoas, como todo o território inserido neste conflito socioambiental. Assim, nessa cadeia de reconstruções diárias, a paisagem do município escancara a nova realidade instaurada para os núcleos familiares atingidos, demonstrando a latência dos problemas territoriais enfrentados por essas pessoas.

Nesse sentido, a Paisagem da Destruição em Mariana pode ser lida, também, como o epicentro da tragédia de Fundão. Exibe-se como vitrine para um contexto em que o desastre se repete diariamente na desterritorialização dos atingidos e atingidas: “[...] Uma população que sofreu uma brutal intervenção na sua vida cotidiana [...]” (SCOTT, 2012, p.136). Manifesta-se na transformação da paisagem material local, na atual a-territorialidade de muitos ou mesmo no multipertencimento de outros, nas lembranças de um modo de vida que já não é mais possível viver, na pulverização da coletividade no meio urbano, nas abruptas mudanças de hábitos/rotinas, na inviabilização dos projetos de vida, nas disputas travadas cotidianamente, na criminalização da luta, no constrangimento, na falsa participação, nas disputas conceituais, na demora do processo, na luta pelo reconhecimento e no descaso das empresas com as pessoas atingidas.

Apesar disso, não podemos deixar dar ênfase aos aspectos que, de muitas maneiras, provocam a revalorização dos vínculos e relações territoriais que os atingidos e atingidas mantinham nos “primeiros” territórios e a recomposição desses laços justamente em razão da atual dispersão. Nisso, através da arte, da culinária, do esporte e da luta cotidiana, os atingidos e atingidas tornam-se “[...] distantes próximos [...]” (HAESBART, 2004, p.169), apesar da pulverização. Encontraram estratégias de (r)existência ao novo contexto. Nesse sentido, a Feira Noturna, a manutenção dos times de futebol, das atividades religiosas e da força e união comunitárias diante das disputas diárias asseguram certa manutenção da identidade que ainda os(as) vincula aos territórios destruídos provando que, mesmo que neste contexto

completamente díspar do habitual, é possível se reencontrar. Então, como uma forma de “[...] coesão, autodefesa e proteção de [...] [sua] identidade cultural [...]” (HAESBAERT, 2004, p. 261), a dispersão tem sido, neste e em outros sentidos, força motriz para expressão das comunidades atingidas, permitindo-as interagir e rememorar suas referências culturais.

Nessa perspectiva, os atingidos e atingidas têm também transformado Mariana em um espaço de resistência, aprendendo e esforçando-se para se reteritorializar em novas bases, seja ela o próprio distrito sede do município, os territórios modificados ou as novas comunidades planejadas por meio de projetos de reassentamento. Logo, a Paisagem da Destruição em Mariana é, também, lugar de integração dos grupos sociais compulsoriamente migrados, de resgate à territorialidade e de reforço aos laços comunitários no esforço pela reteritorialização.

E, assim, em Mariana, a Paisagem da Destruição revela a existência de um lugar “[...] condenado a servir a uma modernização que não moderniza” (WISNIK, 2018, p.105). Escancara a força da mineração como uma das máquinas mais expressivas de transformação das paisagens, ameaçando a (r)existência dos territórios previamente estabelecidos e estimulando o surgimento de novas Paisagens da Destruição. Demonstra, por fim, “[...] uma tendência evolutiva do tipo regressiva” (MOTTER, 2001), p.41), o que seria, por definição, o fundamento e a essência do conceito Paisagem da Destruição.

3. NOVA MARIANA: TEORIA E MÉRITO

Simplificadamente, podemos afirmar que a desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território, “é a operação da linha de fuga”, e a reterritorialização é o movimento de construção do território (DELEUZE, GUATTARI, 1997, p.224)

Conhecendo a Paisagem da Destruição em Mariana tornou-se claro que, para além dos efeitos imediatamente identificados, as reverberações do desastre de Fundão variam desde a assombrosa destruição instantaneamente causada, perpassa pela completa modificação da vida e dos projetos de centenas de pessoas, movimenta a criação e instituição de novos agentes, dinâmicas e articulações inseridos no território, até alcançar implicações em níveis estadual, nacional e, até mesmo, internacional.

Aqui, para complementar as formulações analíticas do capítulo anterior, analisaremos a Paisagem da Destruição em Mariana sob cinco aspectos principais vinculados ao arcabouço teórico aqui adotado: o primeiro deles está associado ao poder que o global tem exercido sobre o local nos dias atuais; o segundo está relacionado às formas como a realidade vivenciada no município revela os moldes capitalistas de destruição criativa dos espaços; o terceiro, formador e formado por estes dois primeiros, elege as características econômicas como ponto fundamental de análise; o quarto tem ligação com táticas frequentemente utilizadas pelas empresas que deveriam reparar os danos causados aos núcleos familiares atingidos no que tange a lida com o processo de reparação; e o quinto por sua vez, é relativo às variadas formas de desterritorialização às quais os atingidos e atingidas pelo desastre de Fundão foram e ainda são submetidos(as).

Sendo assim, a lógica inconsistente que deu origem à Paisagem da Destruição em Mariana nos leva de encontro ao nosso primeiro ponto de análise: a *glocalização* (HAESBAERT, 2004). Sobretudo por meio da globalização econômica, o acontecimento do desastre em Fundão relacionou e impulsionou condições e dinâmicas que não podem ser caracterizadas como meramente locais, tão somente como exclusivamente globais mas sim, *glocals* (HAESBAERT, 2004). Por meio de processos mais ou menos lentos de consolidação da prática mineradora, Mariana tornou-se ponto central de uma disputa territorial firmada e moldada por ditames, ao mesmo tempo, nacionais e internacionais, econômicos e políticos, locais e globais.

No município, a operação dessa máquina precisa de desterritorialização deixou marcas incalculáveis, transformando os territórios pré-estabelecidos em “[...] espaços sem tempo [...]” (HAESBAERT, 2004, p. 155) de serem vividos. Ou, ainda, em novos espaços sem uma

possibilidade qualificada de manutenção das relações materiais, sociais e culturais antes praticadas. No caso do maior desastre-crime sociotecnológico e ambiental brasileiro (ZHOURI *et.al.*, 2018), apesar de ainda ser encarado por muitos como um acontecimento acidental, vimos como o ambiente econômico global influenciou diretamente na construção e na ruptura de Fundão. Por sua ação, o desastre provocou o esvaziamento de comunidades inteiras, corroborando com o pretendido pelas empresas mineradoras conforme acusam os membros da Comissão de Atingidos pela Barragem de Fundão (2019) e indicam estudos como os de Ribeiro e Prado (2016):

Documentos aos quais a Curinga teve acesso revelam que o Sistema de Disposição de Rejeitos (SDR) – projeto que pretendia construir uma barragem a 1,2km no subdistrito de Mariana – estava nos planos da Samarco desde 2009. Com análises que acumulam mais de 600 páginas, a mineradora tinha informações detalhadas sobre a comunidade, com o propósito de transferir os 418 habitantes daquela época para um dos 12 possíveis locais na cidade [...] Paulo Henrique de Andrade, 39 anos, conta que a Samarco sempre fez a sondagem de fazendas e terrenos que cercavam o subdistrito, o que evidencia a possibilidade de expansão das obras da empresa, em função da crescente extração de minério. [...] Em caso de não remanejamento da comunidade, a mineradora possuía como indicação elaborar um plano diretor para o subdistrito, com o objetivo “da ordenação e regularização no uso das áreas, tanto pela comunidade, quanto pelas empresas mineradoras presentes na região, pela população e eventualmente por novos investidores”. Sendo assim, a empresa se tornaria responsável por planejar o “desenvolvimento de Bento Rodrigues a curto, médio e longo prazo” – atuando, então, em uma tarefa que deveria ser exclusividade da prefeitura. Ainda hoje, após a destruição da comunidade que já estava, indiretamente, sob seu poder, o território do que restou do subdistrito continua às vistas da mineradora. (RIBEIRO, PRADO, 2016, p.24)

Hoje, o território de Bento Rodrigues foi transformado em uma nova barragem por meio da construção do chamado Dique S4 com a justificativa de contenção dos rejeitos liberados pelo rompimento (SAMARCO MINERAÇÃO S.A, 2016). Segundo a reportagem dos autores, as comunidades atingidas pelo desastre de Fundão sofreram um “esvaziamento incentivado” já que a defluxão desses territórios seria interessante não só à concretização de projetos anteriores, como também para o estabelecimento de parceiras público-privadas que se apropriariam de ações devidas ao poder público em troca da efetivação e aprovação dos projetos das empresas: “Eu vi como uma moeda de troca, assim como foi a vida inteira. A Samarco prometeu essa moeda de troca para a prefeitura fazer o asfalto de lá e em troca teria a licença para fazer [a barragem] Mirandinha” (QUINTÃO, 2016 *in* RIBEIRO, PRADO, 2016, p.26).

Sendo assim, o rompimento Fundão nos permite comprovar que a desconstrução tornou-se, no sistema capitalista, um modelo de negócio (LEITE, 1994). Isto porque, no Brasil, mesmo após os desastres de Mariana e Brumadinho, por exemplo – e ainda que diante do risco iminente de outros rompimentos, como nas cidades de Barão de Cocais, Nova Lima e Itatiaiuçu – as ações da Vale voltaram a subir (JORNAL O TEMPO, 2019). Além disso, concordando com o julgamento dos atingidos e atingidas (A, SIRENE, 2019), as ações através das quais a Fundação Renova tem alegado atender as “[...] necessidade[s] de [re]construção do[s] povoado[s] e do reestabelecimento de suas condições e modos de vida” (FUNDAÇÃO RENOVA, 2019, p.01) são, como vimos, utilizadas como estratégias de *marketing* e promoção empresarial na tentativa de reconstruir a imagem mundial das empresas envolvidas no desastre (XAVIER, 2018).

Assim, por meio de uma atuação que parece pender mais para ao lado das empresas responsáveis pela barragem que rompeu do que para a reparação efetiva dos atingidos e atingidas, a Fundação reverbera “[...] investidas tendentes a reduzir o impacto do desastre na opinião pública” (ACSELRAD, 2018 *in* ZHOURI *et.al.*, 2018, p.158).

Enquanto isso, as empresas rés continuam faturando bilhões de dólares. É a justiça? A justiça que se espera é com as famílias dos que perderam a vida, com o meio ambiente e os milhões de seres vivos soterrados. Justiça com o Bento Rodrigues, Camargos, Bicas, Ponte do Gama, Paracatu de Cima, Paracatu de Baixo, Pedras, Campinas, Barreiros, Gesteira e Barra Longa. Justiça com os milhares de atingidos urbanos e ribeirinhos e suas perdas, como a falta de água para beber e nadar e a perda do rio para pesca até a foz. Justiça com os pescadores de Regência no Espírito Santos e demais pessoas que tiveram perdas com a interrupção da atividade do truísmo e outras inviabilizadas pela contaminação do mar. Justiça com o povo Krenak, que teve seu modo de vida profundamente destruído. (MANUELZÃO, 2018, p.21)

Neste ponto, “[...][ocorre uma] inversão do lugar da [...][empresa], que ao invés de estar sendo julgada pelo crime socioambiental que cometeu, está sendo promovida como empresa cidadã na resolução de conflitos” (MAB, 2016, p.16). De tal modo, sob esta primeira perspectiva, vemos no desastre de Fundão a comprovação de que, autodestrutiva, nossa sociedade conveniou uma justificativa romântica para a reconstrução por meio da destruição criativa dos espaços (BRENNER, 2014). Nela, reorganizar ou reconstruir possibilita novas formas de organização relacional e espacial, movimentando o mercado de forma tal que se tornou interessante destruir ou permitir desconstruções (LEITE, 1994) em nome do progresso, do desenvolvimento ou da atualização (LEONARD, 2008). No fim, se confirma a destruição criativa ensinada também pelo economista e cientista político Joseph Schumpeter (2008).

Mas, apesar dessa intensa investida em propaganda e movimentação industrial, até hoje, os reassentamentos não foram finalizados (CORREA, 2020) e a reparação integral está longe de ser concluída já que os núcleos familiares atingidos permanecem afastados de suas raízes e de seu modo de vida.

Observando a situação instaurada em Mariana sob o prisma analítico da questão econômica, podemos ressaltar dois pontos principais: em primeiro lugar, a sobressaltada capacidade concentradora de renda que os empreendimentos de mineração possuem, qualificando-os como grandes geradores de emprego e renda mas, também, de livre arbítrio setorial, dominação e dependência econômica em seus territórios de inserção – fato que justifica a hegemonia de sua territorialização mesmo e ainda que ela seja, essencialmente, desterritorializadora; em segundo lugar, a aquisição territorial praticada pelos agentes mineradores no entorno imediato dos empreendimentos minerários provocando a expulsão de comunidades inteiras situadas em seus territórios de interesse e, conseqüentemente, fazendo com que “[...] tenham grande poder de decisão sobre os usos futuros do território, influenciando não apenas nos aspectos socioeconômicos [...] como também nas relações identitárias das comunidades locais” (CARSALADE *et.al.*, 2012, p.04). Nisto, vemos que

Antes o território continha o dinheiro, que era em parte regulado pelo dinheiro, pelo território usado. Hoje, sob a influência do dinheiro, o conteúdo do território escapa a toda regulação interna, trazendo aos agentes um sentimento de instabilidade, essa produção sistemática de medo que é um dos produtos da globalização perversa dentro da qual vivemos, esse medo que paralisa, esse medo que nos convoca a apoiar aquilo que não cremos apenas pelo receio de perder ainda mais. (SANTOS, 2007, p.19)

Nessa cultura colonialista, a manipulação mental (FERREIRA, 2016) fomentada desde o Brasil colonial cria uma convicção coletiva de que a mineração é um mal necessário, “[...] constrói-se uma ideia de que o povo de Mariana é que depende da empresa [Samarco], quando na verdade é ao contrário, é a empresa quem depende das pessoas [...] e da região. Há uma inversão de valores” (ANDRIOLLI, 2016 in CÁSSIO, 2016, p.09). Aqui, podemos encontrar a explicação para os pedidos de “Volta Samarco” algumas vezes reclamado no território municipal. Tal perspectiva tem muita relação com o quarto prisma analítico aqui elegido, ligado às táticas utilizadas pelos agentes capitalistas para enfraquecer ou deslegitimar a resistência dos atingidos e atingidas por seus empreendimentos (SCOTT, 2012). Dentre essas “táticas repetidas” elencadas pelo autor, estão: o constrangimento, a metamorfose institucional, o abandono planejado e, por fim, a incorporação burocrática nos processos de reparação de danos.

Para ilustrar a primeira tática, podemos citar as situações relacionadas ao cartão para recebimento do auxílio emergencial mensal, por exemplo. Aqui, o constrangimento alegado pelos atingidos e atingidas quando do seu uso revela que “[...] a principal interferência [na reteritorialização] pode ser aquela da leitura que o Outro faz do indivíduo [...] [migrado]” (HAESBAERT, 2004, p. 249). De tal maneira, lidos(as) como intrusos(as) ou como culpados(as) pelo não retorno total da mineradora – e, portanto, pelo abalo econômico ao município –, os atingidos e atingidas lidam, cotidianamente, com essa opressão. Outro ponto que pode estar vinculado à esta primeira tática são os relatados avanços das empresas com direção à violação de direitos e à criminalização dos atingidos e atingidas. Aqui está a prova de que “[...] a identidade positiva dos atingidos é uma peça fundamental na construção de uma defesa eficaz; conseqüentemente, é um dos pontos pelos quais podem ser expostos a uma fragilização” (SCOTT, 2012, p.137). Como vimos, é exatamente o que ocorre em Mariana por meio das sucessivas tentativas de deslegitimação da luta pela reparação (MAB, 2016).

Com relação ao mecanismo da metamorfose institucional, o autor destacou assertivamente que “[...] toda empresa se adapta aos novos acontecimentos que ocorrem no seu campo de atuação com o passar do tempo” (SCOTT, 2012, p.138). Em Mariana, apesar dos fatos de que, claramente, a lida com a reparação foge do escopo técnico de atuação das empresas mineradoras e, além disso, a reconstrução da vida dos atingidos e atingidas deveria estar desvinculada do poder das empresas responsáveis pelo desastre, essa tática se confirma por meio das ações da Fundação Renova. Isto porque, conforme apontam diversos dos depoimentos das pessoas atingidas (A SIRENE, 2016a, 2016b, 2018a, 2018b, 2019, 2020), a Fundação atua e assume posturas que notadamente refletem os interesses das empresas responsáveis pelo desastre a despeito do objetivo para o qual foi criada: a reparação integral dos atingidos e atingidas pelo rompimento em Fundão. Ou seja, a Renova tem atuado como um braço das empresas mineradoras e não como uma instituição independente que visa promover a reparação justa e integral das perdas e danos causados pelo rompimento.

No terceiro momento, evidenciam-se fatores de um abandono planejado que, em muito, corroboram com os apontamentos de Zonta e Trocette (2016), Davies e Martin (2009) ou de Acserlrad (2018 *in* ZHOURI *et.al.*, 2018) ao tratarem sobre as condições políticas, técnicas e conjecturais que levaram ao acontecimento do desastre. Além disso, como vimos, muitos atingidos e atingidas denunciam que, na mesma linha de julgamento do desastre como uma ruptura criminosa, a empresa Samarco possuía, há muito, interesse em adquirir terras no entorno do seu complexo minerário. E, assim, quanto à última tática de desmonte elencada por Scott (2012), a incorporação burocrática através da qual [...] as respostas às demandas [...]

são lentas [...] [e] geram incertezas ao processo” (BENTO; DRUMOND, 2018, p.08) se confirma. por exemplo, no acesso aos auxílios emergenciais e demais medidas mitigatórias de reparação. Atingidos e atingidas pela desconstrução planejada do processo de reparação, a população de Mariana vive, hoje, as consequências desse modelo de atuação.

Fato é que, tendo ou não se caracterizado por um “esvaziamento incentivado” (RIBEIRO; PRADO, 2016) ou por um processo de “limpeza” para os fins desejados pelos agentes hegemônicos (OLIVEIRA, 2007), na realidade pós rompimento, o jogo das relações de poder mediadas pelo espaço revela que, mesmo após a privação territorial de que se constituiu o rompimento, a população atingida vive, ainda, uma existência limitada. À luz dos critérios de Haesbaert (2004), a exclusão social relatada por muitos dos atingidos e atingidas pode ser lida também como exclusão territorial, uma das essências capitalistas. Um exemplo dela está em SCOTT (2012, p.138) quando afirmou: “Não consigo esquecer as palavras de um agrônomo adepto da implantação de grandes projetos de irrigação, de que [...] os pequenos e descapitalizados seriam fatalmente excluídos com o tempo ‘por seleção natural’”. Ou, alinhando-nos com as perspectivas norteadoras desta pesquisa, “por seleção do capital”.

Nessas situações encontramos, novamente, a desterritorialização mas, dessa vez, com uma conotação de “[...] exclusão, privação e/ou precarização do território [...]”, impedindo a participação efetiva [dessas pessoas] como membros de uma sociedade” (HAESBAERT, 2004, p.315). Notadamente, a realidade atual das famílias atingidas denuncia a instabilidade socioespacial, a fragilidade dos laços entre os grupos sociais que interagem no território e a indefinição da direção da mobilidade a que as pessoas atingidas estão sujeitadas, tornando-os(as) desterritorializados(as) por uma segunda vez.

Para melhor compreender essa desterritorialização “*in situ*” narrada pelo autor, basta levar em consideração o contexto pandêmico em que foi desenvolvida essa dissertação. A grave crise sanitária que o mundo enfrenta nos dias atuais revela a perda de controle sobre nossa própria mobilidade e atuação nos territórios. As relações territoriais estão, hoje, ditadas pelo avanço ou controle da disseminação do Corona Vírus pelos espaços do mundo. Em tal contexto, nós, que não fomos atingidos pelo maior desastre-crime socioambiental do país – e portanto não sofremos a desterritorialização primeira pela qual passaram os atingidos e atingidas – estamos também desterritorializados(as) “*in situ*”, impedidos(as), pela imobilidade, de estabelecer relações efetivas com as paisagens às quais atribuímos o patamar de território.

Na mesma linha, em Mariana, situações diversas mostram que a reterritorialização dos(as) desterritorializados(as) se caracteriza por uma reinclusão social tão precária e pouco

coesa que resulta na desterritorialização “*in situ*” dos atingidos e atingidas. Para exemplificar este fato, basta observar dois aspectos: o primeiro é a evidente segregação em níveis institucionais exibida por meio das novas escolas municipais de Bento e Paracatu, através das quais “[...] a delimitação de espaços exclusivos-excludentes [...] [coloca] a identidade étnica [...] [como] um elemento central na definição do grupo e de seu território” (HAESBAERT, 2004, p. 334); o segundo é a situação complexificada que vivenciam as mulheres atingidas de Mariana. Seja pela perda da renda, do modo de vida, pela desestruturação dos laços comunitários e familiares ou pela invisibilização política nos momentos de tomada de decisão, a realidade cotidiana vivenciada por elas demonstra uma série de violações dos direitos que o MAB (2015) elenca, com a propriedade de um movimento que tem construído uma luta histórica junto aos atingidos e atingidas por grandes empreendimentos, como frequentes eixos de violação que se repetem nos territórios violados, reforçando a desterritorialização das mulheres nos campos:

- Mundo do trabalho: relacionadas a invisibilidade do trabalho das mulheres, perda do trabalho também gerador de renda, a não adaptação ao trabalho urbano;
- Participação Política: desqualificação das mulheres como sujeitas de direitos, não reconhecimento da voz das mulheres em espaços deliberativos (reuniões de negociações), ausência de serviços básicos que possibilitem às mulheres acessar o espaço público, tais como creche e transporte;
- Relação preconceituosa das construtoras: não reconhecimento das mulheres como interlocutoras, as empresas usam o conceito patrimonialista e patriarcal de atingido;
- Perda de laços comunitários e familiares: as mulheres sentem mais o desmantelamento social pelo lugar que ocupam nas relações familiares e comunitárias que são destruídas, por exemplo, há a destruição da rede de solidariedade e cuidados com os filhos, idosos, entre outros; [...]
- Acesso às políticas públicas: com o inchaço populacional provocado pela barragem, o acesso a serviços públicos (saúde, educação, transporte, segurança), que normalmente já são precários, se torna ainda mais difícil. (MAB, 2015, p.42)

Apesar de precariamente reterritorializados(as), o delongar do tempo e as experiências de aprendizado e luta por eles(as) vivenciadas podem ser fatores que explicam a adaptação de algumas pessoas atingidas à nova realidade. Em muitos casos, seja por influência dos fatores tempo e luta, seja por desesperança em relação à reparação integral, alguns atingidos e atingidas conformaram-se em qualificar os novos contextos paisagísticos que experimentam desde o rompimento como seu novo espaço territorial. Essa situação, ainda que minoritária, é capaz de comprovar que as transformações territoriais, mesmo que compulsórias, podem

“[...]influir e resultar em novas referências e identidades [territoriais]” (CARSALARDE *et.al.*, 2012, p.07) e aqui está demonstrada a multiterritorialidade. Em Mariana, os poucos casos de readaptação expressam “[...] um fenômeno de multipertencimento e superposição territorial” (HAESBAERT, 1997, p.39). Entretanto, afirmar isso não significa dizer da desqualificação das paisagens destruídas/intensamente modificadas como territórios – ou como seu território original, se assim podemos dizer – mas sim da necessária formação de novos laços territoriais – ou, em outros termos, territorialidades – tendo em vista a impossibilidade de vivenciar os antigos territórios tais como eram antes de Fundão.

Nesse sentido vemos que, apesar de territorializadas no aspecto material do conceito, pode-se dizer que as pessoas atingidas de Mariana estão desterritorializadas em sua reterritorialização e “[...] é esse o resultado da influência do dinheiro [...] sobre o território.” (SANTOS, 2007, p.21). Assim, na medida em que analisamos três perspectivas inseridas neste último prisma de análise, perceberemos a intensidade da desterritorialização dos atingidos e atingidas de Mariana: a primeira, mais óbvia e praticada por obra das maquinações minerárias, está relacionada à remoção compulsória dos povos atingidos de seus locais de pertencimento; a segunda, discreta mas crônica, tem relação com a situação de segregação socioespacial e exclusão territorial que as comunidades enfrentam hoje no distrito sede do município; por último, estão os ditames da grave crise mundial de saúde pública provocada pela disseminação do Novo Corona-Vírus, cujo avanço pode significar “[...] a possível formação de uma territorialidade-mundo [...] construída a partir de problemáticas que envolvem o mundo como um todo” (HAESBAERT, 2004, p. 346). Neste último ponto, ocorre também o agravamento da condição de fragilidade que vivem desde o desastre: “Hoje, além dos problemas provenientes dos rompimentos das barragens, essas pessoas precisam mudar mais uma vez seus ritmos de vida devido à pandemia da Covid-19 e lidar com a negligência das mineradoras criminosas e o abandono do governo” (CARLOS *et.al.*, 2020, p.06).

Logo, como na “presença semioculta da mineração” (WISNIK, 2018) no produzir de Drummond (1930, 1973, 1976), a tripla desterritorialização dos(as) atingidos(as) de Mariana revela

[...] um duro princípio da urbanização capitalista, ou seja, sempre produzir [...] [exclusão] em termos simbólicos e/ou materiais [...] [,] processo concretizado por meio de signos que identificam e promovem ideias que projetam na consciência social [...] a visão – a paisagem – de que tais [...] [indivíduos] não fazem parte da cidade ou formam uma “outra” cidade. (FERNANDES, 2007, p.197)

Triplamente desterritorializados(as), a situação experimentada pelos núcleos familiares

atingidos comprova que, apesar de afixados em um espaço material, podemos estar desterritorializados nas esferas simbólico, cultural e de pertencimento, o que comprova a perspectiva territorial deleuze-guattariana (2010), com a qual corrobora o conceito da Paisagem da Destruição, que elege um território como uma condição psicossocial. Nesse sentido, os depoimentos dos atingidos nos mostraram como “[...] o ambiente de uma pessoa, seu ‘espaço de vida pessoal’, [...] acaba adquirindo a conotação de um território a nível psicológico” (HAESBAERT, 2004, p.120) ao mesmo tempo em que demonstram que “primeiro fazemos nossas casas, depois nossas casas nos fazem” (CHURCHILL, *s/d apud SANTOS*, 2007, p.14).

Por tudo isso, podemos concluir que a realidade atual na cidade de Mariana “[...] representa a territorialização através da própria desterritorialização [...]” (HAESBAERT, 2004, p. 366). Neste caso, a territorialização da grande máquina que produziu o desastre engendrou, também, as aqui comprovadas transformações que resultaram na Paisagem da Destruição. Se, por um lado, a nova realidade comprova os reflexos negativos da ação hegemônica do global sobre o local tanto do ponto de vista material quanto do imaterial, por outro, revela os moldes da destruição criativa do espaço (BRENNER, 2014; LEITE, 1994) como curso necessário para acumulação de capital por parte dos agentes hegemônicos minerários.

Desse modo, [vemos que] por menor que seja um lugar, por mais insignificante que pareça, no mundo da competitividade, esse lugar é fundamental porque as empresas globais dependem de pequenas contribuições para que possam manter o seu poder. Esse poder que é cego, porque não olha ao redor. Esse poder que se preocupa com objetivos precisos, individualistas, egoísticos, pragmáticos e um poder cego, já que não olha ao redor. Mas escolher lugares aqui e ali, hoje e amanhã, em função das respostas que imaginam poder ter, e desertam esses lugares quando descobrem que já não podem oferecer tais respostas. (SANTOS, 2007, p.19)

Para estes agentes, desenvolvimento e progresso significam a “[...] redução da cidade a mero apêndice inconveniente da massa de ferro imobilizada como alvo da exploração[...]” (WISNIK, 2018, p.133). Para a massa de atingidos e atingidas de Mariana, uma tripla desterritorialização. Como vimos, essa destruição massiva e continuada de territórios e o comprometimento da saúde e vida de milhares de seres vivos tornou-se, também – e, talvez, principalmente – um pretexto para reconstrução das imagens globais das empresas responsabilizadas pelo desastre (A SIRENE, 2018b) e para (re)criação de territórios (OLIVEIRA, 2007). A despeito de toda a irresponsabilidade e desumanidade envolvida no

crime do rompimento, a comunidade permanece sendo atingida e a realidade atual sendo utilizada como meio para promoção das empresas responsáveis pelo desastre.

Essa destruição criativa do espaço se manifesta também através das intangibilidades do pós-desastre, sobre as quais os relatos das pessoas atingidas revelam intensas transformações nos territórios antigos e atuais, como indicou Santos (2007) ao tratar sobre as influências da globalização nos conteúdos econômico, fiscal, político e social dos territórios. Tais mudanças são, como vimos, retroalimentadas pelas condições cotidianas da nova realidade, transformando a Paisagem da Destruição em Mariana em uma vitrine para sua realidade *glocal* e nos provando que

[...] a presença das empresas globais no território é um fator de desorganização, de desagregação, já que elas impõem cegamente uma multidão de nexos que não do interesse próprio, e quanto ao resto do ambiente nexos que refletem as suas necessidades individualistas, particularistas. (SANTOS, 2007, p.20)

Hoje, “passados [...] [quase cinco] anos da lama, as comunidades de Mariana ainda lutam para não serem levados pela onda de rejeitos” (BENTO; DRUMOND, 2018, p.08). Para muitos, “[...] a catástrofe da Samarco segue como uma ferida aberta [...], com uma reparação contestada por especialistas e uma dívida humana, social e ambiental muito distante de ser quitada” (PARREIRAS, 2015, p.15). De tal modo, conclusivamente, a Nova Mariana é uma autobiografia do desastre de Fundão (GOMES, 1999). Desde o rompimento, se configura como um efetivo cenário de “descaso planejado” no qual a reparação das pessoas atingidas está secundarizada (SCOTT, 2012, p.131). Tem significativas manifestações de uma *glocalização* que ocorre em nível planetário, pautada por dinâmicas cujas origens ancoram-se nas ditaduras hegemônicas econômicas que elegem a mineração como essencial nos dias atuais – sobressai-se a não paralisação do setor durante da pandemia. E “é desse modo que as lógicas do dinheiro se impõem ao resto da vida social” (SANTOS, 2007, p.18), fazendo-nos perceber o necessário redimensionamento socioeconômico diante das desestabilizadas condições territoriais que experimentamos na atualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A indagação que estou fazendo aqui é a respeito destes dois polos da vida contemporânea: o dinheiro, que tudo busca desmanchar, e o território, que mostra que há coisas que não podem desmanchar. (SANTOS, 2007, p.13)

No presente estudo, nos propusemos a fazer considerações sobre o atual estado de “maquinação do mundo”, ensinado tanto em Deleuze e Guattari (2010), quanto em Wisnik (2018). Nessa realidade global onde a nova organização “natural” corresponde àquela onde as máquinas tornaram-se instrumentos totalizantes de exploração e esgotamento do mundo, o domínio da técnica sobre os diferentes setores da vida no planeta colocaram a tecnociência contemporânea – inerente aos modos de (re)produção do capitalismo – no patamar de uma condição objetiva de existência, independente dos custos à ela necessários.

Sendo assim, embasando-nos em tais anotações sobre a realidade global contemporânea, identificamos o maior desastre-crime sociotecnológico e ambiental brasileiro como um acontecimento que não só manifestou seu potencial destrutivo com relação às paisagens e territórios atingidos, como também demonstrou os moldes da contemporânea destruição criativa do espaço enunciada por Brenner (2014) e por Leite (1994). Aqui, a partir da definição e aplicação do conceito da Paisagem da Destruição como unidade de análise capaz de permitir investigações de cunho territorial e paisagístico com relação às consequências materiais e imateriais do desastre, nos propusemos a elaborar análises qualificadas sobre a situação atualmente vivenciada pelos núcleos familiares atingidos pelo desastre e as reverberações desta realidade no espaço do presente: o distrito sede do município de Mariana.

Deste modo, ancorados especialmente na possibilidade de leitura da paisagem demonstrada na poesia política do famoso poeta brasileiro Carlos Drummond de Andrade (1930, 1973, 1976) e em estudos como os de Duncan (1990) e de Neta (2004), utilizamos metodologias de imersão em campo que permitiram comprovar a continuidade do desastre de Fundão na situação atualmente vivenciada no município de Mariana, alcançando os objetivos aqui propostos. Para tanto, dotamo-nos da perspectiva proposta pelo conceito da Paisagem da Destruição como ótica para olhar a realidade.

Por meio deste caso prático comprovamos que, no jogo de instrumentalização do mundo, as práticas econômicas mineradoras se tornam capazes de manipular movimentações e relações de domínio territorial e paisagístico mesmo e ainda que a paisagem seja tida como uma leitura sensível do espaço e o território seja interpretado como uma condição

psicossocial. Analisando a realidade das pessoas atingidas em Mariana, provamos também que o capitalismo se alimenta de uma dinâmica de des-re-territorialização na qual os territórios experimentam uma realidade que pode ser chamada “*glocal*”, como definiu Haesbaert (2004). Deste modo, na Mariana *glocal* conhecida por intermédio da Paisagem da Destruição, ainda que a coletividade atingida precise lidar com uma dura realidade desterritorializada, ela tem encontrado, também, formas únicas de transformar Mariana em seu espaço de (r)existência.

Portanto, por meio da prosa guiada e da análise prática sugerida, sublinhamos a nociva capacidade que a mineração brasileira tem de, nos moldes correntes, interferir na paisagem e no território, atendendo os objetivos gerais e específicos da pesquisa. Assim, diante da insustentabilidade promovida pelo conflito entre tais pretensões globais e as condições sociais, culturais, relacionais, afetivas e econômicas das populações submetidas aos ditames capitalistas, tornam-se pertinentes tanto a criação de unidades de análise que permitam investigar seus desdobramentos – como fizemos por meio da Paisagem da Destruição – quanto a formulação de estratégias que proporcionem condições de acompanhamento e condução dos processos desencadeados pelas imposições capitalistas sobre os territórios globais – como pretendemos dar continuidade em pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACCIOLY, S. M. L. *Uso Futuro de Áreas Mineradas e o Meio Urbano: o Caso de Águas Claras*. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, Belo Horizonte, 2012.

ACSELRAD, H..*A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. 2Ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ALMEIDA, I.M. FILHO, J.M.J. VILELA, R.A.G. Razões para investigar a dimensão organizacional nas origens da catástrofe industrial da Vale em Brumadinho, Minas Gerais, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro: 35 (4), 2019.

ALVES, H. A falta que faz. *Revista Laboratório: Curinga*. Mariana, 19 Ed, 2016.

ALVES, L.A.R. O conceito de lugar. *Revista Virtual Vitruvius*. 087.10, ano 08, 2007. Disponível em: < <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.087/225>> Acesso em: 15 out. 2019.

AMORIM, R.R. OLIVEIRA, R.C. As unidades de paisagem como uma categoria de análise geográfica: O exemplo do município de São Vicente-SP. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia: 20 (2), 2008.

ANDRADE, C.D. Itabira. 1930.

_____ A montanha pulverizada. 1973.

_____ Triste Horizonte. 1976.

ANDRADE, R. Em carta, Itabira pede reconhecimento a papel que exerceu no desenvolvimento da mineração. *Jornal de Fato Online*. 2019. Disponível em: < <https://defatoonline.com.br/em-carta-itabira-pede-reconhecimento-a-papel-que-exerceu-no-desenvolvimento-da-mineracao/>>. Acesso em: 22 nov, 2019.

A SIRENE. Mariana, Ano1. 1 Ed. 2016a.

_____ Mariana, Ano4, 4 Ed, 2016b.

_____ Mariana, Ano3, 32 Ed, 2018a.

_____ Mariana, Ano3, 23 Ed, 2018b.

_____ Mariana, Ano4, 39 Ed, 2019.

_____ Mariana, Ano5, 50Ed, 2020.

BRAGA, G.B.; FIÚZA, A.L.C.; REMOALDO, P.C.A. O conceito de modo de vida: entre traduções, deÞ nições e discussões. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 19, n.45, 2017.

BAXENDALE, C.A. El estudio del Paisaje desde la Geografía: aportes para reflexiones multidisciplinares em las practicas de ordenamento territorial. In: *Paysaje y entorno: Reflexiones multidisciplinares*. 1 Ed. Buenos Aires: Biovisual, 2012.

BAUMAN, Z. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. 1 Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BENTO, L. DRUMOND, R. 5 de novembro, ainda. In: *Boletim UAI: Vozes que não se calam*. Mariana. 2018.

BENTO RODRIGUES, *Escola Municipal*. 2020. Disponível em: <
<https://www.facebook.com/embentorodrigues/>>. Acesso em: 21 jul. 2020.

BESSA, A.S.M. Tempo e Paisagem. *Revista UFMG*. Belo Horizonte, v.23, n.1 e 2, 2016.

BRAGA, G.G.; FIÚZA, A.L.C.; REMOALDO, P.C.A.; O conceito de modo de vida: entre traduções, definições e discussões. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 19, n.45, 2017.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____ Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), *Informações e análises da economia mineral brasileira*. 2012. Disponível em: <<http://www.ibram.org.br/sites/1300/1382/00002806.pdf>>. Acesso em: 05 dez.2019.

_____ Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), O setor de mineração no Brasil: fortalecimento institucional para o desenvolvimento sustentável. *Conselho Internacional de Mineração e Metais (ICMM)*, Londres, Reino Unido. 2013.

_____ Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), *Informações sobre a Economia Mineral do Estado de Minas Gerais*. 2014. Disponível em <<http://portaldamineracao.com.br/wp-content/uploads/2017/05/Economia-Mineral-Brasileira-MG.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2020.

_____ Agência Nacional de Mineração (ANM). *Informe Mineral*. 1. 2019.

_____ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). PIB tem resultado negativo de 0,2% no 1º trimestre de 2019. *Agência de Notícias*. 2019c. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/24653-pib-tem-resultado-negativo-de-0-2-no-1-trimestre-de-2019>>. Acesso em: 09 mai. 2020.

BRENNER, N. Teses sobre Urbanização. E-metropolis. v.19, n.5, 2014.

CABRAL, L.O. Revisitando as noções de espaço, lugar, paisagem e território, sob uma perspectiva geográfica. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, v. 41, n. 1 e 2, 2007.

CAETANO, J.N.; BEZZI, M.L. Reflexões na geografia cultural: A materialidade e a imaterialidade da cultura. *Soc. & Nat.* Uberlândia, Ano 23, n. 3, 2011.

CAMPOS, W. Depoimentos de quem vive na Bacia demonstram que a tragédia não para de acontecer. *Jornal Brasil de Fato*. Belo Horizonte, Edição Especial. 2017.

CARERI, F. *Walkscapes: O caminhar como prática estética*; prefácio de Paola Berenstein Jacques. Tradução de Frederico Bonaldo. 1Ed. São Paulo: Editora G. Gili, 2013.

CARLOS, C.A.; PATAXÓ, C.A.; JESUS, M.S.; SUCUPIRA, PATAXÓ, T. Comunidades tradicionais atingidas em quarentena. *A Sirene*. Mariana, Aano5. 50 Ed, 2020.

CARSALADE, F.L.; MORAES, F.B.; ACCIOLY, S.M.L.; ABREU, R.R.; CRESPO, J.C.M.; BESSA, A.S.M.; ARAÚJO, F.O. Mineração em Minas Gerais: território e paisagem cultural. 2012. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE RECONVERSÃO DE TERRITÓRIOS. 1. 2012, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte, 2012.

CARSALADE, F.L.; ACCIOLY, S.; OLIVEIRA, A.S. As relações entre a paisagem cultural e a mineração - O caso do Quadrilátero Ferrífero (MG). In: FORUM PATRIMONIO: AMBIENTE CONSTRUÍDO E PATRIMÔNIO SUSTENTÁVEL.v.8, n.2. 2015, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Castriota, 2015.

CÁSSIO, F. Reação à lama: o rompimento da barragem de Fundão despertou resistências. *Revista Laboratório: Curinga*. Mariana, 19 Ed, 2016.

CASTRIOTA, L.B. Paisagem cultural: novas perspectivas para o patrimônio. *Revista Virtual Vitruvius*, 162.02, ano 14, nov. 2013. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/14.162/4960>>. Acesso em: 24 mai. 2019.

_____ Paisagem cultural e patrimônio: desafios e perspectivas. In: COLÓQUIO IBERO-AMERICANO PAISAGEM CULTURA. 1. 2017. *Anais...* Brasília: IPHAN; Belo Horizonte-MG: IEDS, 2017.

CASTRO, A. Atingidos por tragédia em Mariana terão assistência técnica para calcular indenizações. *Jornal Hoje em Dia*. 2016. Disponível em: <<https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/atingidos-por-trag%C3%A9dia-em-mariana-ter%C3%A3o-assist%C3%Aancia-t%C3%A9cnica-para-calculer-indeniza%C3%A7%C3%B5es-1.409718>>. Acesso em: 11 mai. 2019.

COELHO, T.P. Mineiro-Dependência e alternativas em economias locais. In: *Texto Base Em defesa da vida frente a mineração*. 2. Brasília-DF, 2017.

CORBIN, A. *L' Homme dans le paysage*. Tradução de Myriam Bahia Lopes. 1 Ed. Paris: Textuel. 2001.

CORREA, B. Mais que erguer casas, reassentar é reconstruir lares. *Revista Dois Pontos*. 2020. Disponível em: < <https://revistadoispontos.org/caminhos/>>. Acesso em: 13 jul. 2020.

CÓX, K. *Political Geography: Territory, State and Society*. 1 Ed. Oxford: Wiley-Blackwell, 2002.

CUCOLO, E.; DUCROQUET, S. *Como é composto o PIB*. 2019. Disponível em: < <https://arte.folha.uol.com.br/mercado/2020/entenda-como-e-feito-o-pib/>>. Acesso em: 22 mai. 2020.

DAVIES, M.; MARTIN, T. *Mining Market Cycles and Tailings Dam Incidents*. In: *13th International Conference on Tailings and Mine Waste*, Banff:AB, 2009. Disponível em: <<http://www.infomine.com/publications/docs/Davies2009.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2017.

DEBORD, G. Teoria da deriva. *Internacional situacionista*. Paris: Manifesto da Internacional situacionista, v.1, 1958.

_____ *A Sociedade do Espetáculo*. 1 Ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Anti-Oedipus: capitalism and schizophrenia*. Tradução de Luiz B. L. Orlandi. 1 Ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

_____ *Mil platôs*. 34 Ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997

DIAS, P.G.M. Uma luta de Davi contra Golias. In: *Boletim UAI: Vozes que não se calam*. Mariana. 2018.

DINARDO, A. Viver e ser assim. *A Sirene*. Mariana, Ano3, 23Ed, 2018.

DOTTA, R. Mulheres enfrentam o descaso e falta de renda. *Jornal Brasil de Fato*. Belo Horizonte, Edição Especial, 2018.

DRUMMOND, R. Dois anos sendo atingido. *Jornal Brasil de Fato*. Belo Horizonte, Edição Especial. 2017.

DUNCAN, J. *The City as Text: The Politics of Landscape Interpretation in the Kandya Kingdom*. 1Ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

ESPÓSITO, A.; JUSTO, J.S. Etnografia e deriva: possibilidades na pesquisa. *Revista Estudos Contemporâneos da Sustentabilidade*. Rio de Janeiro, v.7, n.1, 2016.

FILHO, B.S.S. *Análise de paisagem: fragmentação e mudanças*. 1998. Fundamentos teóricos e técnicas - Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

FERNANDES, N.N. Onde a cidade perde seu nome. In: SANTOS, M. (Org.). *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3Ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

FERREIRA, P. Limiar da mineração. *Revista Laboratório: Curinga*, Mariana, 19 Ed, 2016.

FRÓIS, K.P.. Globalização e cultura: a identidade no mundo de iguais. *Cadernos de pesquisa interdisciplinar em ciências humanas*. n.62. Florianópolis: FPOLIS, 2004.

FUNDAÇÃO RENOVA. Um novo espaço de interação e conhecimento em Mariana. 2018. Disponível em: < <https://www.fundacaorenova.org/noticia/um-novo-espaco-de-interacao-e-conhecimento-em-mariana/>>. Acesso em: 14 jul. 2020.

GALLIANO, A.G. Introdução à sociologia. 1 Ed. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1981.

GARCIA, C. *Volta às aulas: como as crianças de Mariana (MG) estão reconstruindo a identidade da escola após a tragédia que atingiu a cidade*. 2016. Disponível em: < <http://fundacaotelefonicao.org.br/promenino/volta-as-aulas-como-as-criancas-de-mariana-mg-estao-reconstruindo-a-identidade-da-escola-apos-a-tragedia-que-atingiu-a-cidade/>>. Acesso em: 25 jun. 2020.

GOMES, E. Paisagem. Registros de Conceitos a partir a geografia alemã. In VASCONCELOS, P.A.; Silva E.S.M. (Org) *Novos Estudos de Geografia Urbana Brasileira*. Salvador: Editora da Universidade da Bahia, 1999.

GOOGLE EARTH-MAPS. <https://www.google.com/maps/place/Mariana,+MG,+35420-000/data=!4m2!3m1!1s0xa47406526f605d:0xd833f5a1f41650a4?sa=X&ved=2ahUKEwj8jMj-9eDqAhWkHrkGHWFECeMQ8gEwAHoECAsQAQ>. Acesso em: 03 nov. 2019.

GOTTMAN, J. *The significance of territory*. Charlottesville: University of Virginia Press, 1973.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 12 Ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

GUDYNAS, E. *Derechos de la Naturaleza: ética biocéntrica y políticas ambientales*. 1 Ed. Buenos Aires: Tinta Limón, 2015.

GUERRA, I. Modos de vida: Novos percursos e novos conceitos. *Sociologia: Problemas e Práticas*. n.13. 1993.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 11ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004.

_____ Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M (org). *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3Ed. Rio de Janeiro: Lamparina. 2007.

HARVEY, D. From managerialism to entrepreneurialism: the transformation in urban governance in late capitalism. *Geografiska Annaler: the Roots of Geographical Change: 1973 to the Present*. 71B. 1, 1989.

_____ *Spaces of capital. Towards a critical geography*. 1Ed. Inglaterra: Routledge, 2001.

_____ *Condição pós moderna*. 13 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____ *Breve historia del Neoliberalismo*. Tradução de Ana Varela Marcos. 1 Ed. Madrid-Espanha: Ediciones Akal S.A., 2007.

HASHIMOTO, G.; MADUREIRA, L.K. SILVA, R. *Jardins da antiguidade: Da Mesopotâmia a Roma*. 2019. Disponível em: < <https://hav120151.wordpress.com/2017/07/11/jardins-na-antiguidade-da-mesopotamia-a-roma/> >. Acesso em: 13 set. 2019.

HELENA, L. Depoimentos de quem vive na Bacia demonstram que a tragédia não para de acontecer. *Jornal Brasil de Fato*. Belo Horizonte, Edição Especial. 2017.

JORNAL O ESPETO. *Coronavírus: sobe para dez casos suspeitos em Mariana*. 2020. Disponível em: <<https://jornaloespeto.com.br/2020/03/19/coronavirus-sobe-para-dez-casos-suspeitos-em-mariana/>>. Acesso em: 19 jul. 2020.

JORNAL O TEMPO. Ações da Vale voltam a subir por causa da alta no preço do minério. 2019. Disponível em: < <https://www.otempo.com.br/economia/acoes-da-vale-voltam-a-subir-por-causa-da-alta-no-preco-do-minerio-1.2160646> >. Acesso em: 09 jul. 2020.

JUNGES, J.R. Ética Ecológica: Antropocentrismo ou biocentrismo?. *Perspectiva Teológica*. Belo Horizonte, v.33, n.89, 2001.

LEITE, M.A.F.. *Destruição ou desconstrução?*. 1 Ed. São Paulo: Hucitec. 1994.

LEONARD, A. *Story of stuff*. 2008. 21min26s. son. color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3c88_Z0FF4k>. Acesso em: 16 set. 2018.

LIMA, L.P.; NASCIMENTO, R.G.; FARIAS, W.S. *Influência da globalização nos hábitos culturais: aprendizagem significativa a partir da relação teoria-prática*. 2019. Disponível em: < <https://eventos.set.edu.br/index.php/enfope/article/viewFile/2106/800> >. Acesso em: 29 set. 2019.

LOPES, J.G. As especificidades de análise do espaço, lugar, paisagem e território na geográfica. *Geografia Ensino & Pesquisa*, Santa Maria, v.16, n. 2, 2012.

LUIZ, M.A.; D'ÂNGELO, M.C. Qual é a voz do(a) atingida(a)?. *A Sirene*. Mariana, Ano4, 39 Ed., 2019.

MAB, Movimento dos Atingidos por Barragens. *Mulheres Atingidas por Barragens em luta por direitos e pela construção do projeto energético popular*. 1. São Paulo: Secretaria Nacional, 2015b.

_____. *Análise do MAB sobre o crime causado pelo rompimento da barragem da Samarco (Vale/BHP/Billiton)*. 1. São Paulo: Secretaria Nacional, 2016.

MACEDO, S.S. Produção da paisagem urbana contemporânea brasileiro no final do século 20. *Revista Paisagem e Ambiente*. São Paulo, n.14, 2001.

MACIEL, A.B.C.; LIMA, Z.M.C. O conceito de paisagem: diversidade de olhares. *Sociedade e Território*. Natal: v.23, n.2, 2011.

MAGALHÃES, F.N.C. *O neoliberalismo e a produção do espaço na metrópole: Subjetividades, insurgências e redes na economia política da urbanização contemporânea*. 2015. Tese de Doutorado em Geografia - Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

MANUELZÃO. Mariana: acordo ou desacordo?. *Manuelzão*. Belo Horizonte. n.83, 2018.

MARCONDES, D. Mineração representa 30% da balança comercial brasileira. *Agência Envolverde Jornalismo*. 2019. Disponível em: <<https://envolverde.cartacapital.com.br/mineracao-representa-30-da-balanca-comercial-brasileira/>>. Acesso 02 mai. 2020.

MARIA, E.; FRANÇA, L.; QUEIROZ, L. GONÇALVES, R. Paracatu dente saudades de Águas Claras. *A Sirene*. Mariana, Ano3, 23 Ed, 2018.

MARIANO, R.; ADRIELY, P.; PENNA, J.C.F. Tragédia anunciada: colapso em cidades mineradoras afeta toda a economia de Minas. *Jornal Interesse de Minas*. 2019. Disponível em: <<https://interessedeminas.uai.com.br/2019/03/29/tragedia-anunciada-colapso-em-cidades-mineradoras-afeta-toda-a-economia-de-minas/>>. Acesso em: 18 jun. 2020.

MARTINS, A.; RIBEIRO, C.; SANTOS, E.M.; CARLOS, W. Lutar é nosso direito. *A Sirene*. Mariana, Ano4, 39 Ed, 2019.

MARTINS, M. O caminhar como pratica artística de intervir no espaço urbano. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISADORES EM ARTES PLÁSTICAS TRANSVERSALIDADES NAS ARTES VISUAIS. 18., 2009, Salvador. *Anais..* Salvador: Anpap, 2009.

MARX, K; ENGELS, F. *O manifesto do partido comunista*. Tradução de Antônio Carlos Braga. 1ed. São Paulo: LaFonte. 2018.

MAXIMIANO, Liz Abad. Considerações sobre o conceito de paisagem. *Revista RA'E GA*, Curitiba, n. 8, p. 83-91, 2004.

MILANEZ, B.; COELHO, T.; WANDERLEY, L.J. O projeto mineral no governo Temer: Menos Estado, mais mercado. In: *Texto Base Em defesa da vida frente a mineração*. 2., Brasília. 2017.

MINAS GERAIS. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA). *Conjunto Histórico e Paisagístico da Serra da Calçada*. 2020. Disponível em: <<http://www.iepha.mg.gov.br/index/14-patrimonio-cultural-protetido/bens-tombados/157-conjunto-hist%C3%B3rico-e-paisag%C3%ADstico-da-serra-da-cal%C3%A7ada>>. Acesso em: 24 set. 2019.

MINOMI, J.E.; XAVIER, C.S.; COSTA, S.A.P.; TEIXEIRA, M.C.V. Reflexões sobre a presença de barragens de mineração na paisagem da região da Serra do Rola Moça. In: ARQUISUR. 23. 2019. Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: GALOÁ, 2019.

MORAZZI, L. *Códigos culturais: por onde começam as análises*. 2013. Disponível em:< <http://lumorazzi.blogspot.com/2013/08/codigos-culturais-por-onde-comecam-as.html>>. Acesso em: 11 abr. 2019.

MOTTER, A.F.C. *Um olhar sobre o processo de transformação da paisagem na bacia do rio santa rosa (NW do RS), de 1915 até os dias atuais*. 2011. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

NABOZNY, A. Da paisagem como olhar do geógrafo à paisagem como olhar os olhares dos outros. *Geografia Ensino & Pesquisa*, v. 15, n.1, 2011.

NETA, M.A.V. Decifrando o espaço a partir da literatura. *Espaço e Cultura*. Rio de Janeiro. n.17-18, 2004;

NÓR, S. O lugar como imaterialidade da paisagem cultural. *Paisagem e Ambiente*. São Paulo. n.32. 2013.

OLIVEIRA, J.E. *Bento Rodrigues: trajetória e Tragédia de um distrito do ouro*. 2017. Disponível em: < https://www.academia.edu/19713244/Bento_Rodrigues_trajet%C3%B3ria_e_trag%C3%A9dia_de_um_distrito_do_ouro>. Acesso em: 02 ago. 2017.

OLIVEIRA, M.P. O retorno à cidade e novos territórios de restrição à cidadania. In: SANTOS, M (org). *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3Ed. Rio de Janeiro: Lamparina. 2007.

ORTIZ, R. *Um outro território: ensaios sobre a Mundialização*. 1 Ed. São Paulo: Olhos D'água, 1999.

PAOLIELLO, C. Relações entre identidade e paisagem no artesanato brasileiro. In: MAKING FUTURES: CRAFT AND THE (RE)TURN OF THE MAKER IN A POST-GLOBAL SUSTAINABLY AWARE SOCIETY. 4, 2015, Plymouth, Reino Unido. *Anais...* Plymouth, Reino Unido: Plymouth College of Art, 2015.

PARREIRAS, M. Mariana: 3 anos e meio de uma ferida aberta. *Jornal Estado de Minas*. Belo Horizonte, Ed 05 mai, 2019.

PASSARINHO, Nathália. *Brumadinho: 'Pensei que aprenderiam a lição'; a história da 'sirene humana' que salvou centenas de vidas em Mariana*. 2019. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47129648>> Acesso em 14 jun. 2020.

PENA, R.F.A. Paisagem Cultural e Paisagem Natural. *Brasil Escola*. 2019. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/paisagem-cultural-paisagem-natural.htm>>. Acesso em: 27 mai. 2019.

PIMENTEL, G.M.; CHAPUIS, R.J.M.P; SIVA, C.N. Delimitação de unidades de paisagem: Do conceito geossistêmico ao método aplicado ao município de Paragominas/PA. *Bol. Geogr. Maringá*, v.36, n.1, 2018.

PROUS, A. Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico. *Universidade Federal de Minas Gerais*, v. 24, n.1, 2015.

QUEIROZ, A.N. QUEIROGA, E.F. *Unidades de paisagem: materiais e metodologia para uma avaliação paisagística e ambiental*. 2019. Disponível em: < <https://pt.scribd.com/document/401169251/Unidades-de-Paisagem-Materiais-e-Metodologia-Para-Uma-Avaliacao-Paisagistica-e-Ambiental>>. Acesso em: 03 set. 2019.

QUEIROZ, L.; D'ÂNGELO, M. Para uma reparação justa, um cadastro nosso. *A Sirene*. Mariana, Ano3, 23 Ed, 2018b.

QUEIROZ, L.; MARCELINO, L.; SANTOS, M.; SENA, M.; JOSAFÁ, T.; POLLACK, V. Segurança para as comunidades. *A Sirene*. Mariana, Ano3, 23 Ed, 2018b.

QUINTÃO, S.; CARNEIRO, M. O museu do crime. *A Sirene*. Mariana, Ano4, 39 Ed, 2019.

RAMOS, F. INDRUSIAK, L. Ser e não estar. *Revista Laboratório: Curinga*, Mariana, 19 Ed, 2016.

RIBEIRO, F.; PRADO, T. Frágil equilíbrio. *Revista Laboratório: Curinga*, Mariana, 19 Ed, 2016.

RIBEIRO, M.A. *Do Homo sapiens ao Homo ecologicus*. 2018. Disponível em: < <https://docplayer.com.br/28526397-Do-homo-sapiens-ao-homo-ecologicus-mauricio-andres-ribeiro.html>>. Acesso em> 10 out. 2019.

RIBEIRO, R.W. Um conceito, várias visões: paisagem cultural e a Unesco. In: COLÓQUIO IBERO-AMERICANO PAISAGEM CULTURA. 1. 2017. *Anais...* Brasília: IPHAN; Belo Horizonte-MG: IEDS, 2017.

RISSO, L.C. Paisagens e Cultura: Uma reflexão teórica a partir do estudo de uma comunidade indígena amazônica. *Espaço e Cultura*. 23. 2008.

RITCHER, A. Lá se vai Paracatu, Bento e Valadares. *Agência Brasil*. 2019. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2020-07/justica-impede-fim-de-auxilio-para-atingidos-pelo-desastre-de-mariana>>. Acesso em: 12 jul. 2020.

ROMERO, A.G. JIMÉNEZ, J.M. *El paisaje em el ámbito de la geografía*. 1 Ed. Ciudad Universitaria del Mexico: Martha Pavón, 2002.

SAID, E. Narrative and Geography. In: *New Left Review*. Grã-Bretanha (Reino Unido), n.180, 1990.

SALGADO, M. *Ouro Preto: paisagem em transformação*. 2010. Dissertação de Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável – Escola da Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SALINAS, N.S.C. Caso Samarco: implicações jurídicas, econômicas e sociais do maior desastre ambiental do Brasil. Caso de Ensino. *Fundação Getúlio Vargas*. 2016. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/24889/caso_de_ensino_mariana_2016.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21 ago. 2019.

SANSOT, P. *Variations paysagères: invitation au paysage*. Tradução de Myriam Bahia Lopes. 1 ed. Paris Petite Bibliothèque Payot: Payot. 1983.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço: técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 1 Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

_____ O dinheiro e o Território. In: SANTOS, M. (Org.). *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3Ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SANTOS, M. O pior já passou?. *A Sirene*. Mariana, Ano1. 1 Ed. 2016a.

SANTOS, P. Histórias Soterradas. *Revista Laboratório: Curinga*, Mariana, 19 Ed, 2016b.

SAMARCO MINERAÇÃO S.A. *Dique S4 completa o sistema principal de contenção de rejeitos*. 2016. Disponível em: < <https://www.samarco.com/imprensa-arquivos/19-10-2016-dique-s4-completa-o-sistema-principal-de-contencao-de-rejeitos/> >. Acesso em: 06 mar. 2020.

SEMINÁRIO MARIANA 3 ANOS DEPOIS. 1. 2018. Mariana.

SEMINÁRIO TEMÁTICO DE MULHERES ATINGIDAS PELO ACIONAMENTO DO PLANO DE AÇÃO DE EMERGÊNCIA DE BARRAGEM DE MINERAÇÃO (PAEBM) DA ARCELORMITTAL EM ITATIAIUÇU. 1. 2019. Itatiaiuçu.

SENA, L.; SOUZA, V. O que me faz bem. *A Sirene*. Mariana, Ano4, 39 Ed, 2019.

SERRES, M. *Atlas*. Tradução de Alicia Martorell. 2 Ed. Madrid. Catedra, 1995.

SCHULZ, C. N. *Genius Loci: towards a phenomenology of architecture*. Inglaterra: Academy Editions, 1980.

SCHUMPETER, J. *Capitalism, Socialism, and Democracy*. 3 Ed. New York: Harper Perennial. 2008.

SCOTT, R.P. Descaso planejado: uma interpretação de projetos de barragem a partir da experiência da UHE Itaparica no rio São Francisco. In: ZHOURI, A. (org.). *Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais*. 1 Ed, Brasília: ABA, 2012.

SILVA, E.L.; MUNIZ, M.M.; SILVA, M.G.O. Entre o cansaço e a esperança. *A Sirene*. Mariana, Ano3, 32 Ed, 2018.

SILVA, J.P. Feira noturna de Mariana-MG, uma iniciativa que deu certo. *Jornal Voz Ativa*. 2019. Disponível em: < <https://jornalvozativa.com/cultura/feira-noturna-de-mariana-mg-uma-iniciativa-que-deu-certo-2/> >. Acesso em: 23 jun. 2020.

SOJA, E. W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. 1 Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SOUZA, M.; MELO, A.L. Characterization of larval trematodes emerging from gastropod mollusks collected in Mariana, Minas Gerais, Brazil. *Iheringa*. Porto Alegre, 102(1). 2012.

SOUZA, R. *Paisagem natural e paisagem cultural*. 2019. Disponível em: < <https://escolakids.uol.com.br/geografia/ambiente-natural-e-ambiente-modificado.htm>>. Acesso em: 10 out.2019.

SOUZA, M.L. *Mudar a Cidade – Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

TAVARES, M. *Bento Rodrigues: dona de bar famoso lembra tragédia*. 2015. Disponível em: < <https://planejoviajar.com.br/bento-rodrigues-dona-de-bar-famoso-lembra-tragedia/>>. Acesso em: 17 jan. 2020.

TITA, D.; PEREIRA, I.; MAURO, J.; CONCEIÇÃO, M.; XAVIER, M.; NONÔ, S. Dois anos de muitas histórias. *Jornal A Sirene*. Ed 23. 2018.

TOLEDO, V.M.; MOLINA, M.G. El metabolismo social: Las relaciones entre la sociedad e la naturaliza. In: PENA, F.G.; MOLINA, M.G.; MORENO, J.L.S.; RUIZ, J.L.S. (Orgs). *El paradigma ecológico en las ciencias sociales*. Espanha: Icaria, 2007.

TORRES, P.S.U. BASSOLS, N.B. Historia y paisaje: explorando Un concepto geográfico monista. *Revista Andamios*, Ciudad de México, v.5, n.10. 2009.

TROTSKY, L. *Questões do Modo de Vida*. 1 Ed. Bela Vista: Sundermann, 2009.

UNESCO, Organização das Nações Unidas. *The Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention*. 1992. Disponível em: < <http://whc.unesco.org/archive/opguide92.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2019.

VARGAS, M. *Para uma filosofia da tecnologia*. 1 Ed. São Paulo: AlfaOmega. 1994.

VIA COMERCIAL. *Escola de Bento Rodrigues*. 2018. Disponível em: < <https://www.viacomercial.com.br/author/jubermadeira/page/767/>>. Acesso em: 30 jun. 2020.

WANDERLEY, Luiz Jardim. Do *Boom* ao Pós-*Boom* das *Commodities*: O comportamento do setor mineral no Brasil. In: *Texto Base Em defesa da vida frente a mineração*. 2. Brasília-DF. 2017.

WISNIK, J.M. *Maquinação do mundo: Drummond e a mineração*. 1Ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2018.

XAVIER, C.S. *Uma análise do Master Plan como instrumento para reassentamento de Bento Rodrigues: o papel da mineração na produção neoliberal dos espaços*. 2018. Trabalho Final de Graduação – Escola de Minas, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto.

XAVIER, C.S.; CARNEIRO. K.G. O Master Plan como instrumento para reassentar a população de Bento Rodrigues atingida pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana, Minas Gerais: é possível falar de participação popular?. *Revista Estudos Avanzados*. Santiago(Chile), v.1, n.32, 2020.

XAVIER, C.S.; TEIXEIRA, M.C.V. Minas Gerais e os desafios para proteção de um patrimônio em campo minado. In: SIMPÓSIO CIENTÍFICO DO ICOMOS BRASIL 3, 2019, Belo Horizonte, *Anais...* Belo Horizonte: Even3, 2019.

ZONTA, M.; TROCATTE, C. *Antes fosse mais leve a carga: Reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/ BHPBilliton*. v.2a. Marabá: Editorial iGuana. 2016.

ZHOURI, A; OLIVEIRA, R.; ZUCARELLI, M.; VASCONCELOS, M. The Rio Doce Mining Disaster in Brazil: between policies of reparation and the politics of affectations. *Vibrant*. v.14. n.2. 2017.

ZHOURI, A. (Org.). *Mineração, Violências e Resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil*. 1.Ed. Marabá, PA. Editorial iGuana; ABA, 2018.